



RELATÓRIO DE GESTÃO

2023



**Tribunal Regional Eleitoral
do Paraná**

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Rua João Parolin, 224 - Prado Velho - Curitiba - CEP 80.220-902 | (41) 3330-8500

Visite a página do TRE-PR para obter contatos e outras informações: www.tre-pr.jus.br

A reprodução de parte ou do todo desta publicação está permitida desde que citada a fonte.

Elaboração: Secretaria de Planejamento e Logística de Eleições e de Inovação – SECPLEI

Diagramação: Coordenadoria de Planejamento de Estratégia e Gestão - CPEG e Seção de Comunicação Visual - ASCV

Fonte dos dados: unidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Tribunal Superior Eleitoral e Conselho Nacional de Justiça (Relatório Justiça em Números).

Brasil. Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Prestação de Contas Ordinária Anual: Relatório de Gestão do Exercício de 2023. – Paraná: TRE-PR/SECPLIEI, 2023.

131 p.

MEMBROS DO COLEGIADO

Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura
Presidente
Desembargador Fernando Wolff Bodziak
Vice-Presidente e Corregedor
Desembargador Luciano Carrasco Falavinha Souza
Desembargador Substituto
Desembargador Marcel Guimarães Rotoli de Macedo
Desembargador Substituto
Doutor Anderson Ricardo Fogaça
Juiz Estadual
Doutor Guilherme Frederico Hernandes Denz
Juiz Estadual
Doutor Plinio Augusto Penteado de Carvalho
Juiz de Direito Substituto
Doutora Andrea Fabiane Groth Busato
Juíza de Direito Substituta
Desembargadora Claudia Cristina Cristofani
Juíza Federal
Desembargador João Pedro Gebran Neto
Juiz Federal Substituto
Doutor Julio Jacob Junior
Jurista Titular
Doutor Thiago Paiva dos Santos
Jurista Titular
Doutor José Rodrigo Sade
Jurista Substituto
Doutor Roberto Aurichio Junior
Jurista Substituto

MEMBROS DA SECRETARIA

Doutora Daniele Cristine Forneck Franzini
Diretora Geral
Solange Maria Vieira
Secretaria de Planejamento e Logística de Eleições e de Inovação
Danielle Cidade Morgado Maemura
Secretária Judiciária
Mônica Miranda Gama Monteiro
Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral
Lilian Gasparin
Secretaria de Administração
Helton José Sanchez
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Gabrielle Ana Selig Shiohara
Secretaria de Gestão de Pessoas
Gilmar José Fernandes De Deus
Secretário de Tecnologia de Informação
Hillene de Cassia Sbalqueiro Silva Meira
Secretaria de Auditoria Interna

Mais informações em composição do TRE-PR [aqui](#)

APRESENTAÇÃO

Relatório de Gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – Exercício 2023

O presente relatório, elaborado de acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União (Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e Decisão Normativa TCU nº 198/2022), tem como objetivo apresentar à sociedade e ao TCU os resultados da gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no exercício de 2023.

ESTRUTURA

- MENSAGEM DO PRESIDENTE
- VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO
- RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS
- GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO
- INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS
- ANEXOS E APÊNDICES

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Norteado pela missão institucional de garantir a legitimidade do processo eleitoral e o fortalecimento da democracia, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná superou com sucesso, transparência e seriedade, no ano de 2022, uma das mais difíceis eleições da história da Justiça Eleitoral e, com o mesmo espírito, teve a satisfação de alcançar as metas e enfrentar os desafios guardados para o ano de 2023.

A seguir em obediência às disposições constitucionais do parágrafo único do artigo 70, da Constituição Federal e, em atendimento às orientações e determinações do TCU, especialmente as constantes da DN TCU 187/2020, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná apresenta o Relatório de Gestão – ano 2023 à sociedade, elaborado à luz dos princípios relacionados no artigo 4º da Instrução Normativa TCU nº 84/2020.

A apresentação deste relatório tem por finalidade, em benefício da sociedade brasileira, dar transparência e publicidade à gestão desempenhada e às atividades desenvolvi-

das no exercício de 2023 pelo Tribunal, cuja atuação institucional pautou-se na entrega de serviços relacionados em quatro eixos: cadastramento eleitoral, processo eleitoral, prestação jurisdicional e relacionamento com a sociedade.

Os resultados ora apresentados demonstram que as iniciativas adotadas pela Administração foram bem-sucedidas e deram continuidade ao elevado nível qualitativo dos processos de trabalho da instituição, de modo que a maior parte dos indicadores contemplados para o ano de 2023 foram atingidos.

Algumas das diversas ações executadas merecem destaque, notadamente por retratarem a importância dada pela gestão à entrega efetiva, célere e transparente da tutela jurisdicional, ao fortalecimento do processo eleitoral, ao relacionamento com a sociedade em diversas frentes, ao atendimento das determinações do Tribunal Superior Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça e, sobretudo, à manutenção de



um cadastro eleitoral inclusivo, ampliando a integração de grupos minoritários ao eleitorado paranaense.

Inicialmente, registra-se o pleno e efetivo cumprimento de todas as metas nacionais estabelecidas pelo CNJ ao segmento da Justiça Eleitoral para o ano de 2023, tal qual no ano anterior, destacando-se a superação de 100% dos critérios exigidos pelas metas nacionais nº 01, 02 e 04.

De outro lado, fazendo jus à atuação de vanguarda no campo do relacionamento com a sociedade, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná promoveu diversas iniciativas de aproximação com o público jovem, destacando-se a realização da 1ª Edição do programa “Estágio-Visita”, por meio do qual estudantes de diversas áreas de formação puderam ter acesso a atividades multidisciplinares realizadas na estrutura interna da instituição, e as ações direcionadas à rede social “TikTok”, principal canal de comunicação do Tribunal com o público jovem, cuja relevância conferiu à instituição sua seleção

para participar do 19º Prêmio Innovare. Ainda nesse eixo, além da participação de mais de 2 mil alunos nas visitas “Por dentro da Justiça Eleitoral” e na iniciativa “Você e o Voto#MeContaaí!”, os projetos “Parlamento Jovem” e “Eleitor do Futuro”, iniciativas de sucesso já conhecido, seguiram impactando positivamente a população jovem na medida em que atenderam, respectivamente, mais de 44 mil e mais de 20 mil estudantes. Também na perspectiva do contato com a sociedade, mas sob o objetivo estratégico de garantia dos Direitos Fundamentais, o projeto “Cidadania Plena”, criado em 2022 com vistas a facilitar o acesso das cidadãs e cidadãos aos serviços da Justiça Eleitoral, foi ampliado e passou a ser regulamentado pela Resolução TRE-PR nº 916/2023. Sob o manto do programa, cujo sucesso deu origem ao Projeto de Lei nº 1815/2023, que pretende alterar o Código Eleitoral transformando o referido projeto em política pública, foram realizados mais de 3.500 atendimentos entre indígenas, quilombolas

e idosos hospitalizados ou sob cuidados institucionais. Ao final do ano de 2023, além da criação de seções eleitorais em reservas indígenas, o programa contava com a adesão de 14 hospitais e instituições de longa permanência.

Na área da acessibilidade, inclusão e diversidade, a atuação do Tribunal também foi bastante emblemática, sendo imperioso mencionar a realização do Programa “Justiça no Bairro”, em que mais de 500 pessoas em situação de vulnerabilidade social foram atendidas e as iniciativas promovidas em prol da participação feminina na política, como os encontros do programa “Justiça Eleitoral Por Elas” e o encontro com representantes do coletivo suprapartidário “Vote Nas Elas Paraná”.

Nessa seara, ao tempo em que se reconhece a relevância de algumas ações da organização, notadamente as campanhas informativas contra assédio e discriminação e a realização de cursos, seminários e palestras sobre “Cidadania LGBTQIAP+”, “Caminhos

para a Igualdade Racial na Política”, “Introdução ao Letramento Racial” e “Pessoas Com Deficiência e Política”, destaca-se o pioneirismo do “Projeto Supera”, audiência pública realizada com o intuito de promover a qualificação de pessoas com deficiência e contribuir, por conseguinte, com o crescimento de sua representatividade em cargos políticos, tendo resultado na elaboração da Carta Supera, que documenta compromissos e iniciativas aptas a permear as decisões e atividades do Tribunal nos campos da cidadania, da inclusão e da acessibilidade.

No que tange à gestão administrativa, foram adotadas medidas de otimização de recursos e controle de gastos, sempre com o objetivo de garantir a eficiência e a sustentabilidade das ações empreendidas. Relativamente à estrutura interna do Tribunal, medidas importantes contribuíram com a eficiência do serviço prestado como, por exemplo, a implementação do Sistema de Protocolo Eletrônico Administrativo, o remanejamento de zonas eleitorais e uma série

de ações realizadas com foco em sustentabilidade, tais como a preservação de árvores, a elaboração de manual de gestão de resíduos, campanhas de coleta de resíduos plásticos e de resíduos eletrônicos e a realização de diversas palestras dessa temática. Também no âmbito interno, a instituição incrementou a segurança da tecnologia da informação, fortaleceu a estratégia e a estrutura de proteção de dados, proporcionou programa permanente de capacitação da força de trabalho, com destaque para a instrução presencial de 53 novos servidores acerca de temas ligados às Eleições 2024, manteve a política atual de qualidade de vida e de trabalho de seu quadro funcional, com destaque para a adequação da oferta do teletrabalho e realização de palestras de prevenção de doenças físicas e mentais, e desempenhou atividades de auditoria e de natureza correcional em conformidade, respectivamente, com o Plano de Auditoria de Longo Prazo e com as diretrizes emanadas da Corregedoria-Geral Eleitoral, totalizando

15 ações de auditoria, 51 autoinspeções iniciais e 25 inspeções de ciclo. Como se depreende das informações aqui sintetizadas, em que pese não tenham sido realizadas Eleições Gerais, Municipais ou Suplementares em 2023, esse período ficou marcado pelas inúmeras e relevantes ações levadas a termo pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, cujos magistrados, servidores e terceirizados atuam em sintonia sob o princípio de bem servir ao público paranaense. Firme nesse propósito, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná reafirma seu comprometimento com a prestação de serviço público de excelência e, em especial, com a realização das Eleições Municipais de 2024 de forma transparente, segura e acessível a todos os eleitoras e eleitores do Estado do Paraná.

Wellington Emanuel Coimbra de Moura
Presidente do TRE-PR

LISTA DE ABREVIACÕES

ABNT	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS
ADM	ADMINISTRAÇÃO
ADMIN.	ADMINISTRATIVO
ART.	ARTIGO
CAC	CRONOGRAMA ANUAL DE CONTRATAÇÕES
CF	CONSTITUIÇÃO FEDERAL
cf.	CONFORME
CNIL	COMMISSION NATIONALE DE L'INFORMATIQUE ET DES LIBERTÉS - AGÊNCIA FRANCESA DE PROTEÇÃO DE DADOS
CNJ	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
CONSERV	CONSERVAÇÃO
CRC	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
CRED	CRÉDITO
DEV	DEVOUÇÃO
DFC	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DFD	DIAGRAMA DE FLUXO DE DADOS
DG	DIREÇÃO GERAL
DJE	DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO
DOU	DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
DVP	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ED	EDIFÍCIO
EJE	ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL
ELO	SISTEMA DE ATENDIMENTO AO ELEITOR
ENASTIC	ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
ENTIC-JUD	ESTRATÉGIA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO
ESOCIAL	SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS

ETP	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
FGV	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
GSE	SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO
GT	GRUPO DE TRABALHO
IBAMA	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IEC	INTERNATIONAL ELECTROTECHNICAL COMMISSION (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE PADRONIZAÇÃO)
IGP-M	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - MERCADO
IN	INSTRUÇÃO NORMATIVA
INFODIP	SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE ÓBITOS E DE DIREITOS POLÍTICOS
INFORM	INFORMAÇÃO
IPC	ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR
IPCA	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO
ISF P	INDICATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO PERMANENTE
ISO	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE NORMALIZAÇÃO
JE	JUSTIÇA ELEITORAL
LGBTI+	LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXO
LGBTQIA+	LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS, QUEER, INTERSEXUAIS, ASSEXUAIS E DEMAIS ORIENTAÇÕES SEXUAIS E IDENTIDADES DE GÊNERO
LGPD	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
LIBRAS	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS
LIM SET	LIMITE SETORIAL
LIODS	LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO, INTELIGÊNCIA E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
MANUT	MANUTENÇÃO

MAT	MATERIAIS
MPOG	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
NBC TSP	NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE TÉCNICAS DO SETOR PÚBLICO
NBR	NORMA TÉCNICA
NLLC	NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Nº	NÚMERO
NOFTP	NÚCLEO DE OBRIGAÇÕES FISCAIS, TRIBUTÁRIAS E PREVIDENCIÁRIAS DIGITAIS
OAB	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
OE	OBJETIVO ESTRATÉGICO
P.	PÁGINAS
PAA	PLANO ANUAL DE AUDITORIA
PAC	PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO
PAC	PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES
PAD	PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL
PALP	PLANO DE AUDITORIA A LONGO PRAZO
PCD	PESSOA COM DEFICIÊNCIA
PDF	PORTABLE DOCUMENT FORMAT (FORMATO PORTÁTIL DE DOCUMENTO)
PIA	AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE PRIVACIDADE (PRIVACY IMPACT ASSESSMENT)
PJ	PESSOA JURÍDICA
PJ	PODER JUDICIÁRIO
PJE	PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO
PLS	PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
PORTAL BI	PORTAL BUSINESS INTELLIGENCE
PR	PARANÁ
PSI	POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
REC	RECURSOS

RES	RESOLUÇÃO
RP	RESTOS A PAGAR
RPPS	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECAD	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SECAUDI	SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
SECGP	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SECOFC	SECRETARIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
SECPLIEI	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA DE ELEIÇÕES E DE INOVAÇÃO
SECTI	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
SERV.	SERVIÇOS
SGRH	SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SIAFI	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL
SIC	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO
SIOFI	SISTEMA DE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS
SPIUNET	SISTEMA DE GESTÃO DOS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO
STF	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
STJ	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
TCU	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
TEC	TECNOLOGIA
TI	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
TIC	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
TR	TERMO DE REFERÊNCIA
TRE-PR	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
TSE	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
UN	UNIDADE
VPA	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS
VPD	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

SUMÁRIO

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	11
Riscos, Oportunidades e Perspectivas	29
Governança, Estratégia e Desempenho	38
Apoio da Estrutura de Governança à Capacidade de Gerar Valor.....	39
Estratégia e Resultados	40
Objetivos Estratégicos.....	41
Unidades da Gestão.....	56
Informações Orçamentárias e Financeiras	56
Gestão de Pessoas	70
Capacitações.....	81
Gestão de Licitações e Contratos	82
Gestão Patrimonial e Infraestrutura.....	94
Gestão da Tecnologia da Informação	102
Sustentabilidade	106
Supervisão, Controle e Correição.....	112
Informações Contábeis	114
Anexos e Apêndices	126



RELATÓRIO DE GESTÃO - 2023

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO



IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) é um órgão público federal, pertencente a um ramo especializado do Poder Judiciário (Justiça Eleitoral). Sua principal finalidade é organizar o processo eleitoral no estado do Paraná, garantindo sua lisura com vistas ao respeito à soberania popular e à cidadania. Além de organizar o processo eleitoral, o TRE-PR também é responsável pela realização de plebiscitos eleitorais e referendos.

Além da sede do Tribunal, localizada na capital do Estado, a Justiça Eleitoral do Paraná conta com [186 Zonas Eleitorais](#), distribuídas em 158 (cento e cinquenta e oito) municípios. A Zona Eleitoral corresponde a uma área geográfica específica que delimita a circunscrição de um juízo eleitoral e pode abranger um ou mais municípios, ou apenas parte dele. É comum seguir a divisão de comarcas da Justiça Estadual – limite territorial de competência de cada juízo.

Composição da Justiça Eleitoral

Tribunal Superior Eleitoral

Tribunais Regionais Eleitorais

Juízes Eleitorais

Juntas Eleitorais

Processo Eleitoral

Processo eleitoral é o conjunto de etapas relativas às eleições, como o alistamento eleitoral, o registro de candidatos, a propaganda eleitoral, a votação, a totalização, a prestação de contas e a diplomação dos eleitos.

Plebiscito

Plebiscito e referendo são consultas ao povo para decidir sobre matéria de relevância para a nação em questões de natureza constitucional, legislativa ou administrativa. A principal distinção entre eles é a de que o plebiscito é convocado previamente à criação do ato legislativo ou administrativo que trate do assunto em pauta, e o referendo é convocado posteriormente, cabendo ao povo ratificar ou rejeitar a proposta.



Missão Institucional

Garantir a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional, a fim de fortalecer a democracia



Visão Institucional

Ser reconhecida pela excelência quanto à segurança e à transparência do processo eleitoral



Valores

Integridade - Confiabilidade
Inovação - Transparência
Valorização das pessoas
Economicidade - Sustentabilidade
Acessibilidade

PRINCIPAIS NORMAS DE ATUAÇÃO



Regimento Interno do Tribunal – [Resolução TRE-PR nº 792/2017](#)

Regulamento da Secretaria – [Resolução TRE-PR nº 903/2022](#)



Código de Ética - [Resolução TRE-PR nº 709/2015](#)

Programa de Integridade - [Resolução TRE-PR nº 845/2019](#)



Normativos expedidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ),
pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal de Contas da União (TCU)

PRINCIPAIS ATIVIDADES

Manutenção do cadastro eleitoral atualizado.

Organização e realização de eleições, referendos e plebiscitos.

Processamento e julgamento dos pedidos de registro de candidatura relativos aos cargos de Governador e Vice-Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador e das ações relativas às Eleições Gerais e Municipais.

Processamento e julgamento das Prestações de Contas apresentadas pelos partidos políticos e candidatos.

Processamento e julgamento dos crimes eleitorais e comuns que lhe forem conexos, ressalvada a competência originária do Tribunal Superior Eleitoral.

PRINCIPAIS DESTINATÁRIOS



Sociedade



Eleitores



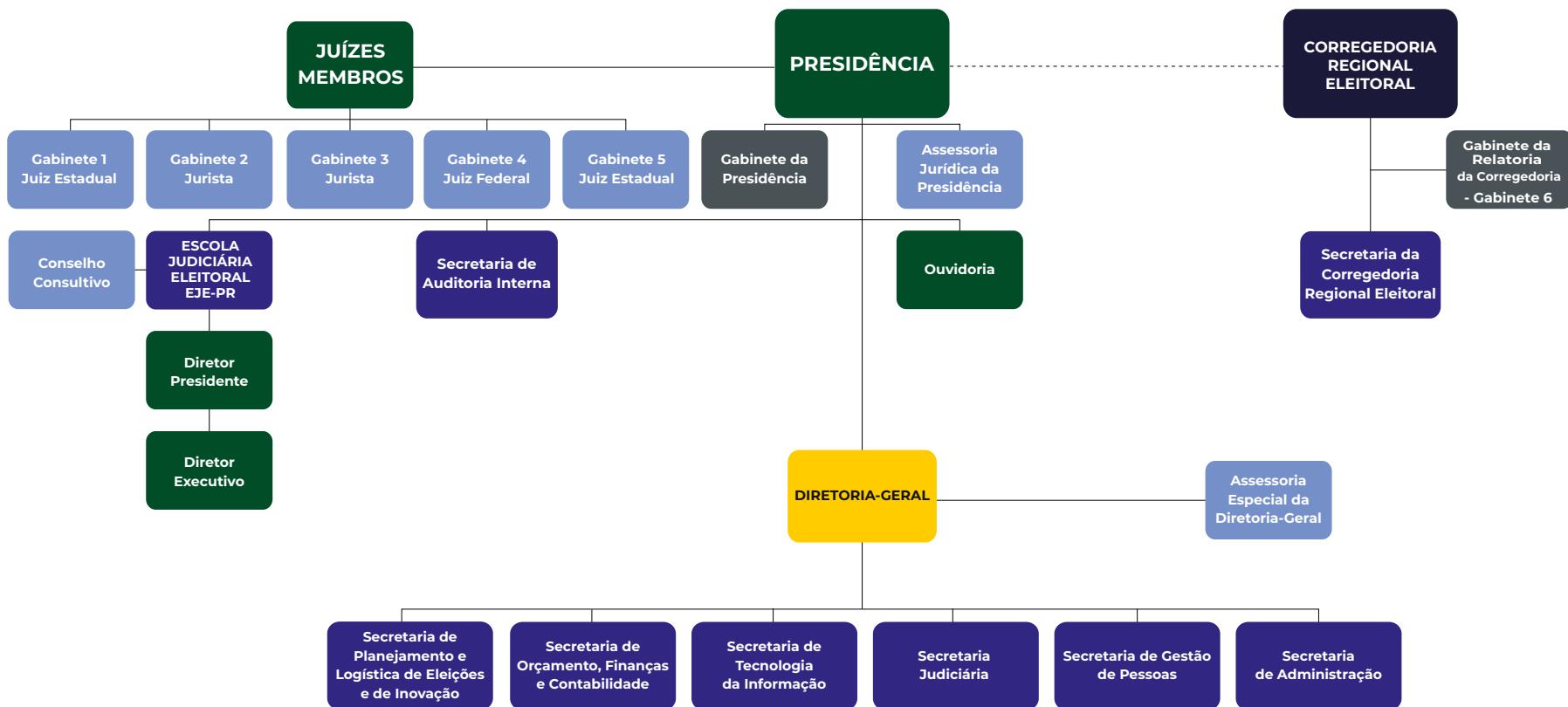
Partidos Políticos

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional está prevista na [Resolução TRE-PR nº 920/2023](#).

Informações sobre as [unidades administrativas do Tribunal](#) estão disponíveis no site do TRE-PR.

Saiba mais [aqui](#).



JUSTIÇA ELEITORAL DO PARANÁ EM NÚMEROS

Eleitores	Seções Eleitorais	Locais de Votação	Urnas eletrônicas	Partidos Políticos
8.466.003	26.824	4.857	34.649	26 órgãos estaduais 2.539 órgãos municipais
Membros da Corte	Juízes(as) Eleitorais	Servidores(as)	Colaboradores(as)	Orçamento
07	186	851	233 requisitados(as) 319 terceirizados(as) 220 estagiários(as)	R\$ 431.999.770,85

ALTA ADMINISTRAÇÃO



DESEMBARGADOR WELLINGTON EMANUEL COIMBRA DE MOURA

Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Aprovado em concurso público no ano de 1990 para o cargo de juiz substituto, judicou inicialmente na comarca de Cornélio Procópio e, posteriormente como juiz de direito, nas comarcas de Marilândia do Sul, Pato Branco, Cascavel e Londrina. Atuou em Curitiba como juiz de direito substituto em 2º grau. Foi Diretor de planejamento estratégico da Associação dos Magistrados do Paraná. É especialista em direito penal e processo penal pela Universidade Estadual de Londrina. Tomou posse como Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no dia 10 de julho de 2014 sendo eleito, em novembro de 2018, para ocupar o cargo de 1º Vice-Presidente em referido órgão, no biênio 2019/2020. Pertenceu ao Conselho da Magistratura e ao órgão especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Em 01/02/2022 tomou posse como Presidente do TRE-PR.



DESEMBARGADOR FERNANDO WOLFF BODZIAK

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná turma 1985. Aprovado em concurso público, ingressou na carreira da magistratura como juiz substituto, sendo nomeado em 8 de janeiro de 1989 para a comarca de Jacarezinho. Promovido a juiz de direito a partir de 12 de setembro de 1989, judicou nas comarcas de Cândido de Abreu, Imbituva, Umuarama, Guarapuava, Ponta Grossa e Curitiba. Atua como membro da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA/PR) desde 1996, tendo sido designado como seu Vice-Presidente no período de 2007 a 2010. Em 28 de setembro de 2004 foi nomeado juiz do Tribunal de Alçada e, no dia 31 de dezembro de 2004, foi promovido a desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Assumiu a 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná no ano de 2014, completando a gestão. Eleito, assumiu a 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná no dia 02 de fevereiro de 2015 para o biênio 2015/2016. É presidente do CONSIJ/PR e do Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos (OIDH/PR). Desde 01/02/2022 exerce o cargo de Vice-Presidente e Corregedor do TRE-PR.



DOUTORA DANIELE CRISTINE FORNECK FRANZINI

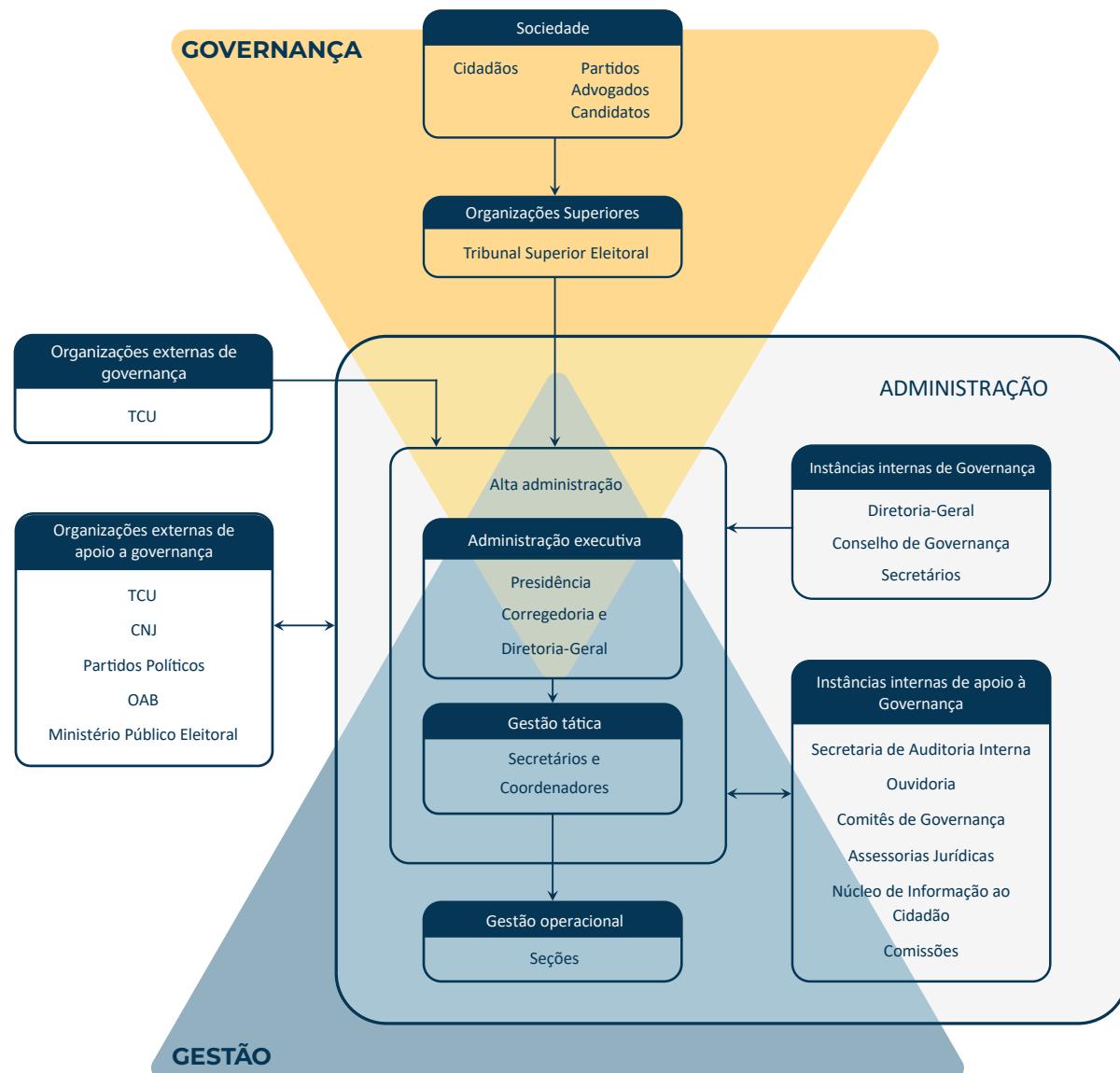
Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR em 1994 e pós-graduada em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral pela Academia Brasileira de Direito Constitucional - ABDConst em 2006. É servidora do TRE-PR desde 07/12/1995, ocupando o cargo de analista judiciário. Entre 1995 e 2003, foi lotada na 3ª Zona Eleitoral de Curitiba. De 1999 a 2006 foi designada membro da Comissão Permanente de Licitação e, a partir de 2002, Presidente e Pregoeira. Entre 2003 a 2006, foi lotada na Assistência da Coordenadoria de Cadastro de Eleitores. Em 2006 foi lotada na Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral no cargo de Assessor Jurídico. A partir de 2016 foi designada substituta da Diretoria-Geral e, em 2022, foi designada Assessora-Chefe da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral. Em junho de 2023 assumiu o cargo de Diretora-Geral do TRE-PR. Participou, ainda, de várias comissões, comitês e grupo de estudos, entre os quais se destacam: Comissão de Concurso Público de 2008 e 2017; Comissão de Sindicância; Comissão de Processo Administrativo Disciplinar; Comissão de Combate à Desinformação/Eleições 2020; Comissão de Revisão do Regimento Interno do TRE/PR de 2014; Comissão de Elaboração do Código de Ética de 2013.

ESTRUTURA E MODELO DE GOVERNANÇA

A governança tem como objetivo estabelecer mecanismos de liderança, estratégia e controle aptos a direcionar, monitorar e avaliar a atuação da gestão.

Conforme a [Resolução TRE-PR nº 876/2021](#), alterada pelas Resoluções TRE-PR nº [887/2022](#), [902/2022](#) e [910/2023](#), adotou-se o modelo descentralizado de governança, estruturado em três níveis: Conselho de Governança, Comitês e Comissões. Destaca-se que o organograma do TRE-PR não prevê as estruturas de governança como unidades organizacionais administrativas específicas.

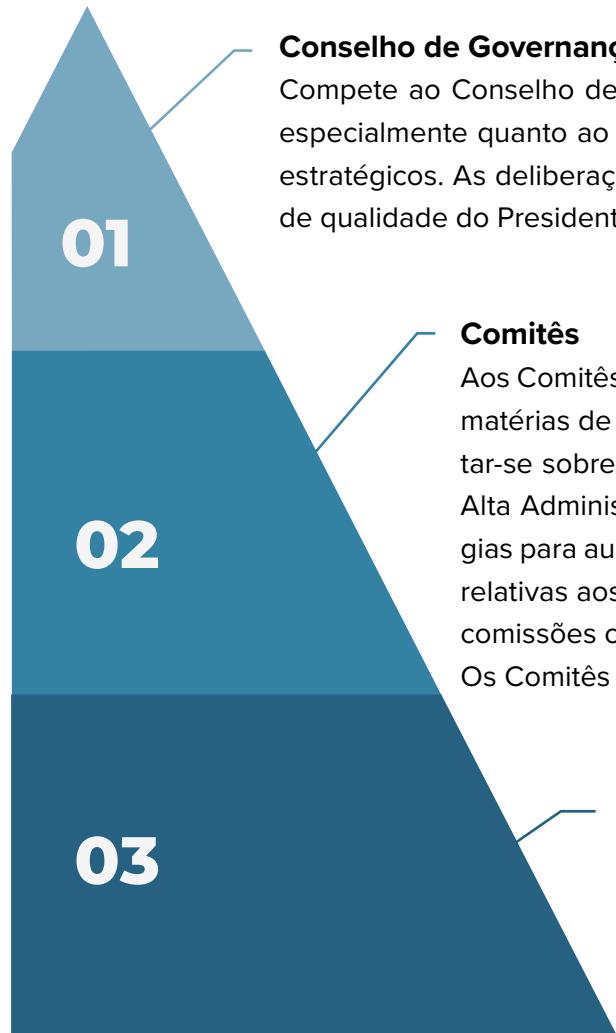
Saiba mais sobre governança [aqui](#).



GOVERNANÇA

- Avaliação do ambiente, cenários, desempenho e resultados atuais e futuros
- Definição do direcionamento estratégico
- Monitoramento dos resultados, do desempenho e do cumprimento das políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas e expectativas das partes interessadas
- Orientação da gestão
- Envolvimento das partes interessadas
- Gerenciamento de riscos estratégicos
- Avaliação do sistema de gestão e de controle
- Promoção da prestação de contas e da transparência

MODELO DE GOVERNANÇA



Conselho de Governança

Compete ao Conselho de Governança avaliar, direcionar e monitorar a gestão da instituição, especialmente quanto ao alcance das metas estabelecidas, bem como deliberar sobre temas estratégicos. As deliberações são tomadas pelo voto da maioria dos seus membros, com voto de qualidade do Presidente em caso de empate.

Comitês

Aos Comitês compete a análise de temas específicos, de caráter permanente, alinhados com as matérias de competência do Conselho de Governança, incumbindo-lhes entre outros: manifestar-se sobre projetos e ações da sua área de atuação; propor ao Conselho de Governança ou Alta Administração o estabelecimento de metas e diretrizes gerais de gestão; definir estratégias para aumentar a produtividade e eficiência; propor normas de funcionamento e de políticas relativas aos seus temas; definir os riscos que serão tratados e mapeados; propor a criação de comissões ou grupos de trabalho; promover a divulgação de boas práticas.

Os Comitês pertencentes à Governança estão previstos na Res. [TRE-PR nº 876/2021](#).

Comissões

São instituídas a critério da administração e responsáveis pela análise de temas específicos, de caráter permanente ou transitório, que não se enquadram nas competências dos Comitês.

MODELO DE NEGÓCIO

O modelo de negócio do TRE-PR foi estabelecido a partir de 04 (quatro) eixos de atuação, essenciais para o cumprimento de sua missão institucional.



Cadastramento eleitoral

Agrupamento de processos de trabalho relacionados à realização de operações de regularização de situação do(a) eleitor(a), à administração e manutenção do cadastro eleitoral, ao sistema de alistamento eleitoral e à revisão do eleitorado



Processo Eleitoral

Agrupamento de processos de trabalho relacionados ao planejamento, execução e monitoramento do processo eleitoral



Prestação Jurisdicional

Agrupamento de processos de trabalho relacionados ao processamento e julgamento dos feitos judiciais, inclusive aqueles relacionados ao processo eleitoral e à publicação das decisões do Tribunal



Relacionamento com a Sociedade

Agrupamento de processos de trabalho relacionados à formação da cidadania, educação, e capacitação, treinamento de auxiliares, orientação e realização de eleições na comunidade contribuindo para o aperfeiçoamento da democracia e promovendo a conscientização política

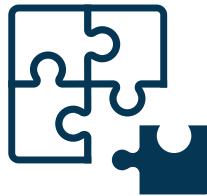
CADEIA DE VALOR

A cadeia de valor, por sua vez, apresenta os macroprocessos de trabalho executados pela instituição que viabilizam as entregas à sociedade e, consequentemente, o cumprimento da sua missão institucional. Estes macroprocessos foram categorizados em 03 (três) perspectivas:



Processos de Governança

Mecanismos de liderança, estratégia e controle utilizados com o intuito de direcionar, monitorar e avaliar a atuação da gestão, visando à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade



Processos finalísticos

Atividades essenciais para o cumprimento da missão institucional (gestão do cadastro eleitoral, eleições, prestação jurisdicional, educação e cidadania). Representam os serviços ou valores entregues ao cliente externo e recebem apoio de processos internos



Processo de suporte

Asseguram a infraestrutura necessária para realização das atividades do órgão e prestam suporte aos processos principais e aos gerenciais (gestão administrativa, de serviços, orçamentária contábil e financeira, de pessoas, de tecnologia e informação)

VALORES ENTREGUES À SOCIEDADE

Cadastro Eleitoral

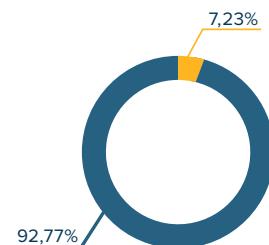
Relação - Eleitores e População



Fonte TSE

Biometria

- Com Biometria
- Sem Biometria



Fonte TSE

11.443.208
População Estimada
2022 - IBGE

8.466.003
Eleitores(as) Regulares

111.843
Alistamentos

74.197
Transferências

42.693
Suspensões

74.656
Cancelamentos

Relacionamento com a Sociedade

As principais atividades realizadas pela Escola Judiciária Eleitoral para promover a conscientização política e ampliar o relacionamento com a sociedade estão relacionadas abaixo. Os eventos foram divulgados na página do tribunal.

Projeto Parlamento Jovem

Projeto Eleitor do Futuro

Visitas às escolas de Curitiba

Projeto Tribunal Eleitoral Jovem

Aldeia Kakané Porã (Projeto Aldeia Cidadã)

Projeto Por dentro da Justiça Eleitoral

Aldeia Araçá-i (Projeto Aldeia Cidadã)

Diplomação dos vereadores mirins do projeto Parlamento Jovem

Diplomação dos políticos mirins do Colégio Católica de Curitiba

Diplomação dos Eleitos do projeto Eleitor do Futuro

Acompanhamento da posse dos vereadores mirins nos municípios

Suporte às Eleições do Conselho Tutelar

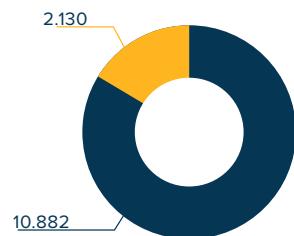
*Fonte: Portal BI TRE-PR / TSE

Saiba mais [aqui](#).

Prestação Jurisdicional

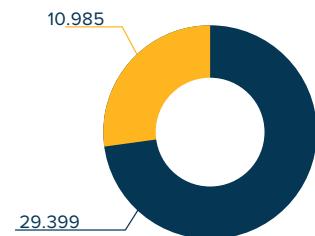
Total de Processos

- 1º Grau
- 2º Grau



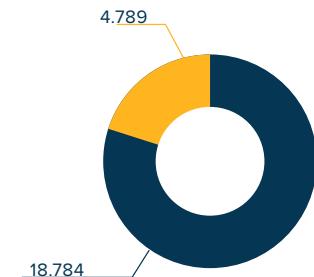
Despachos e Decisões

- 1º Grau
- 2º Grau



Processos Arquivados

- 1º Grau
- 2º Grau



14.336
Sentenças - 1º Grau

1.758
Acórdãos - 2º Grau

*Fontes: Portal BI TRE-PR

O total de processos engloba processos de natureza judicial e administrativa que tramitam no PJE.

ELEIÇÕES SUPLEMENTARES

Não houve a realização de eleições suplementares em 2023.

RELAÇÃO COM AMBIENTE EXTERNO E A SOCIEDADE

O TRE-PR é diretamente subordinado ao Tribunal Superior Eleitoral, que estabelece as diretrizes a serem observadas por todos os órgãos pertencentes à Justiça Eleitoral Brasileira. Sua atuação ainda é influenciada pelo Conselho Nacional de Justiça, instituição à qual compete o controle da atuação administrativa e financeira de todo o Poder Judiciário, principalmente no que diz respeito à transparência.

Mecanismos de Transparência

Com o intuito de disponibilizar à sociedade informações sobre sua atuação, o TRE-PR mantém atualizado o [Portal Transparência e Prestação de Contas](#).

Desde 2019 o Tribunal transmite as sessões de julgamento ao vivo, por meio do canal no [YouTube](#).

Audiências e Consultas Públicas

Com a finalidade de incentivar a representatividade de todos os segmentos sociais no processo eleitoral e fortalecer a democracia, foram realizadas audiências públicas para debater, sensibilizar e buscar soluções para construção de candidaturas bem sucedidas de mulheres e de pessoas com deficiência.

O TRE-PR divulgou, ainda, as Consultas Públicas promovidas pelo TSE e CNJ buscando a contribuição da sociedade para definição das Metas Nacionais aplicáveis à Justiça Eleitoral no ano de 2023.

Ranking da Transparência do Poder Judiciário

Instituído pela [Resolução CNJ nº 260/2018](#), é realizado anualmente e busca valorizar os Tribunais que se destacaram quanto ao fornecimento de informações claras e organizadas.

Em 2023 o TRE-PR cumpriu 95,19% dos itens relativos à transparência ativa e passiva. Saiba mais [aqui](#).

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Atendimento Pessoal

Segunda a sexta-feira, das 12 às 18h

Capital: Rua João Parolin nº 55 e 224,
Curitiba/PR

Telefone: (41) 3330-8500

Disque- eleitor: 0800-640-8400

Interior: endereço e telefones disponíveis
em
[http://www.tre-pr.jus.br/o-tre/zonas-eleitorais/
zonas-eleitorais-tre-pr](http://www.tre-pr.jus.br/o-tre/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais-tre-pr)

Internet: <http://www.tre-pr.jus.br/>

Redes Sociais e Meios Digitais de Comunicação



<https://www.facebook.com/treparana/>



<http://www.twitter.com/treparana>



<https://www.instagram.com/treparana/>



<https://www.flickr.com/photos/tre-pr/>



<https://www.youtube.com/treparana>



https://www.tiktok.com/@tre_pr



<https://soundcloud.com/treparana>



<https://radioeleitoralparatodos>

Canal do mesário: <https://www.tre-pr.jus.br/servicos-eleitorais/mesario-voluntario/canal-do-mesario>

Ouvidoria

Rua João Parolin nº 224, Curitiba/PR

Telefone: (41) 3330-8474

Segunda a sexta-feira, das 12 às 18h

E-mail: ouvidoria@tre-pr.jus.br

Outras informações podem ser obtidas no site do Tribunal
em [aba específica da Ouvidoria](#) e em [Fale com a ouvidoria](#)
e [SIC – Serviço de Informação ao Cidadão](#).

Ouvidoria da Mulher

Por meio da [Portaria TRE-PR nº 47/2022](#) criou-se um [canal específico](#) no âmbito da Ouvidoria do TRE-PR com objetivo de especializar o recebimento e tratamento das demandas relacionadas à violência contra a mulher – notadamente à violência aos direitos políticos, igualdade de gênero e à participação feminina – apresentadas por magistradas, promotoras, servidoras, advogadas, estagiárias, eleitoras, candidatas e demais colaboradoras do Tribunal.

Repositórios de informações disponíveis aos eleitores

Com o intuito de agilizar o atendimento do(a) eleitor(a), o TRE-PR disponibiliza repositórios de informações em seu site:

[Dúvidas Frequentes do Eleitor](#) - ferramenta pela qual podem ser acessadas as respostas aos questionamentos mais frequentes direcionados à Ouvidoria.

[Carta de Serviços ao Cidadão](#) – destina-se a divulgar os serviços prestados pela Justiça Eleitoral do Paraná, estimular a participação do(a) cidadão(ã) e promover a melhoria da qualidade do atendimento. Encontra-se disponível no sítio do Tribunal, na aba “Serviços Eleitorais”.

MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE

A [Resolução TRE-PR nº 860/2020](#) criou na estrutura do Tribunal a Assistência de Acessibilidade e Inclusão. Com a alteração da estrutura promovida pelas Resoluções [TRE-PR nº 900/2022](#) e [903/2022](#), as competências relativas à acessibilidade passaram a ser gerenciadas pela Seção de Gestão da Sustentabilidade, Acessibilidade e Responsabilidade Social, vinculada à Secretaria de Planejamento e Logística de Eleições e de Inovação. O TRE-PR também possui, desde 2018, uma Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão. Ambas atuam em conjunto com a missão de implementar medidas para a remoção de barreiras arquitetônicas, de comunicação e de atitudes, a fim de promover o acesso amplo e irrestrito de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida à Justiça Eleitoral, com segurança e autonomia.

As ações desenvolvidas pretendem tornar a Justiça Eleitoral do Paraná uma instituição acessível e inclusiva, com empatia, inovação e iniciativa.

Entre os instrumentos para acessibilidade digital o TRE-PR disponibiliza em sua página na internet textos para descrição de imagens e conteúdos de formulário, opções de contraste de tela e a Rybená, ferramenta que facilita o acesso e a compreensão dos conteúdos publicados a idosos(as), disléxicos(as), pessoas com dificuldade de leitura e de compreensão de textos, surdos(as), deficientes visuais e pessoas com deficiências intelectuais.

Desde 2020 o TRE-PR conta com o auxílio de um Coordenador de Acessibilidade, convocado para auxiliar os(as) eleitores(as) com deficiência nos locais de votação. Entre as principais ações relativas à acessibilidade realizadas em 2023 destacam-se: orientação dos(as) servidores(as) sobre critérios de acessibilidade digital a serem observados nas publicações realizadas nas páginas do Tribunal, realização das oficinas Sentindo na Pele e adaptações de fóruns eleitorais quanto a medidas de acessibilidade e assinatura da [Carta Supera](#), por meio da qual pretende-se implantar, no ano de 2024, projeto de qualificação para inclusão política, em linguagem simples, que vise à construção de candidaturas bem-sucedidas de pessoas com deficiência.



DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Os temas abordados no Relatório de Gestão 2024 (ano base 2023) foram definidos a partir dos assuntos debatidos nas reuniões do Conselho de Governança, Reuniões de Análise da Estratégia e reuniões realizadas pelos Comitês de Gestão previstos na [Resolução TRE-PR nº 876/2021](#). Também foram consideradas as expectativas da sociedade quanto às informações a serem divulgadas pelo Tribunal relativas à sua gestão administrativa e financeira, identificação dos temas relevantes que afetaram a capacidade do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná de gerar valor público e os principais resultados obtidos pelo Tribunal, em alinhamento aos normativos do TCU, ao [Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026](#) e [Plano de Gestão do Tribunal](#).

No ano de 2023 tiveram destaque a realização de ações destinadas ao fortalecendo da democracia - como o Projeto Cidadania Plena, iniciativas voltadas ao público jovem, população indígena e quilombolas, mulheres e pessoas com deficiência - e também questões relativas à segurança dos sistemas e redes utilizadas pelo Tribunal.



RELATÓRIO DE GESTÃO - 2023

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

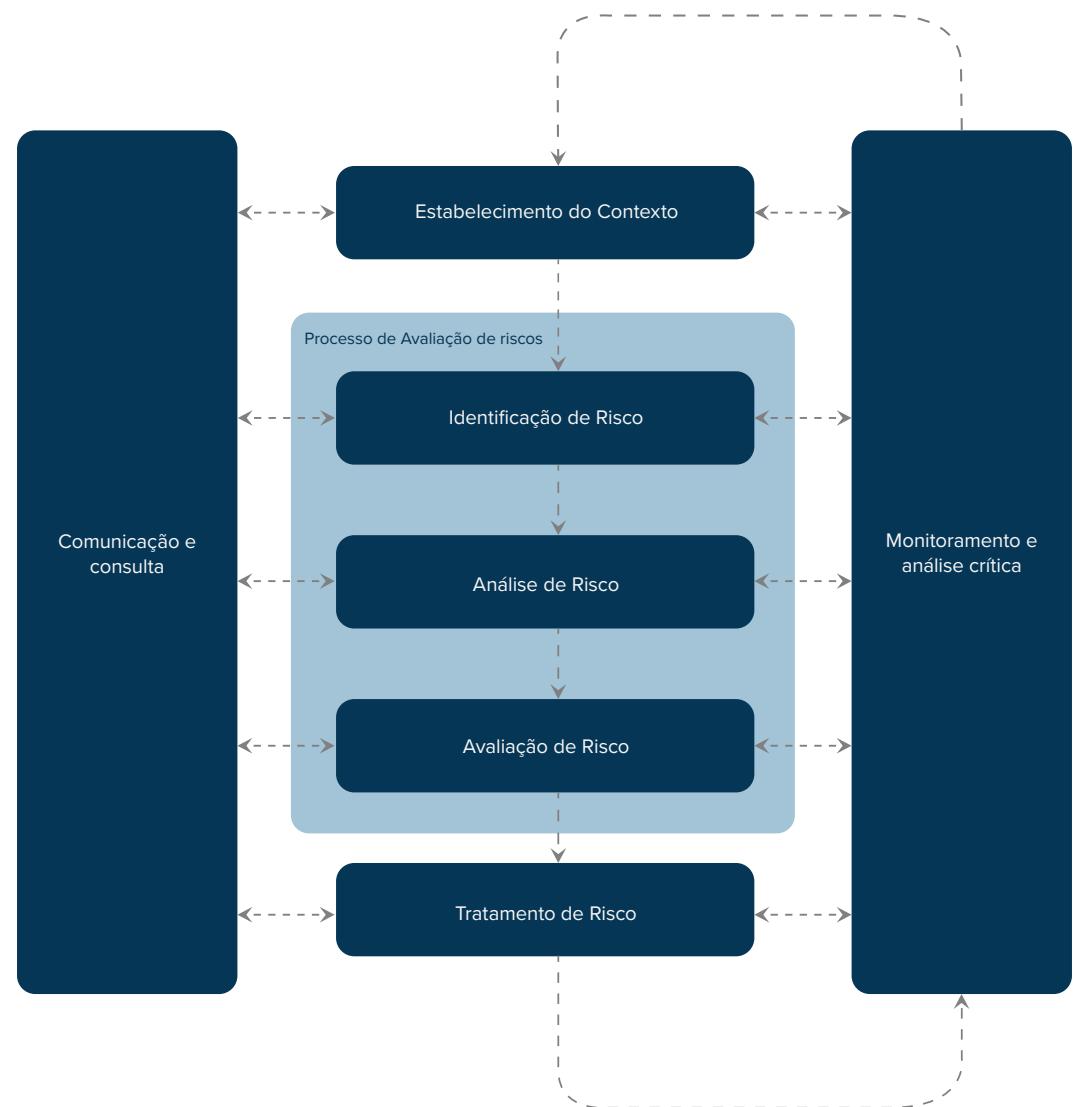


MODELO DE GESTÃO DE RISCOS

A política de gestão de riscos, instituída no TRE-PR em 2017, foi revisada e atualizada pela [Portaria nº 423/2021](#).

O novo normativo sistematizou as práticas adotadas pelo Tribunal, prevendo objetivos, princípios, diretrizes, responsabilidades e a metodologia a ser observada por todas as unidades na gestão de riscos.

Saiba mais [aqui](#).



Princípios da Gestão de Riscos

Proteção aos valores institucionais

Integração aos processos organizacionais, projetos e planos de ação

Fomento à tomada de decisão subsidiada

Explicitações de incertezas e quaisquer limitações

Atuação dinâmica, sistemática, estruturada e oportuna

Consideração aos fatores humanos e culturais

Transparência, inclusão e resiliência

Apoio à melhoria contínua da instituição

Consideração de riscos e oportunidades

Interatividade entre unidades e comitês e entre comitês

Alinhamento à visão, à missão, à gestão institucional, a fim de assegurar, de forma razoável, o alcance dos objetivos

Gestores de riscos

No TRE-PR são considerados gestores de risco os responsáveis pelas unidades administrativas, pelos núcleos, comissões e grupos de trabalho

RISCOS E OPORTUNIDADES

Riscos e oportunidades estão diretamente relacionados à capacidade de gerar valor. Em 2023, o Comitê de Gestão de Riscos monitorou 20 riscos considerados estratégicos.

Foram implementadas medidas de controle e/ou tratamento em relação a todos os riscos, sendo que as ações adotadas foram suficientes para reduzir o nível de risco inicial na maioria das situações monitoradas.

Não houve a concretização de nenhum dos riscos monitorados, não havendo impactos negativos para a instituição.

RISCOS

Implantação da Nova Lei de Licitações e Contratos: decorre de fatores relacionados à adequação das normas do TRE-PR relativas a licitações e contratos às disposições da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021); do conhecimento insuficiente dos(as) servidores(as) em relação aos dispositivos da nova Lei; das dificuldades das instituições públicas e empresas interessadas em participar da licitação quanto aos sistemas utilizados nas licitações, entre outros.

Utilização da Dispensa Eletrônica pelo valor na nova Lei de Licitações e Contratos: decorre de fatores relacionados à falta ou falha no planejamento das contratações; de desinteresse do mercado devido aos procedimentos burocráticos; de desconhecimento da operacionalidade dos sistemas tanto pelos agentes da contratação quanto pelo mercado fornecedor; de deficiência de informações nas documentações relativas à dispensa; de contratação com sobrepreço, entre outros.

Insuficiência de Informações: decorre do não atendimento ou atendimento parcial ou extemporâneo, pela unidade auditada, à requisição de informação.

Relato inadequado das análises realizadas pela SECAUDI: decorre de falha no planejamento ou execução da auditoria; de falha de indicação ou de registro de dados; de despreparo técnico do(a) executor(a) da auditoria; de inobservância do Manual de Procedimentos de Auditoria; de emissão de opinião inadequada, entre outros.

Operações equivocadas no final de prazo: decorrente de elevado volume de atendimento no final do prazo; do curto prazo para realização de diligências após o encerramento do prazo para atendimento ao eleitor; da falta de atenção no atendimento; da rotatividade de servidores(as)/requisitados(as)/estagiários(as)/contratados(as); de lotação de servidores(as) provisórios(as) sem experiência no cadastramento eleitoral; de instabilidade do sistema; entre outros.

Não atualização dos sistemas de atendimento ao eleitor (ELO – Título Net): a não atualização dos Sistema Elo e Título Net pode ocasionar a falta de funcionalidade que permita realizar diligências, bugs no sistema, atraso na solução dos erros de processamento e erro no procedimento do(a) atendente, atrasando o atendimento da solicitação do(a) eleitor(a).

Implantação do e-social: decorre de escassez de força de trabalho disponível no NOFTP para a análise diária de todas as ocorrências; de excesso de tempo gasto, ante a dificuldade de obtenção de relatórios com dados objetivos; de utilização de sistemas obsoletos; de processos de trabalho que aumentam a dificuldade do envio da informação, entre outros.

Força de trabalho nos cartórios eleitorais do interior: é ocasionado por afastamentos prolongados; vacância de cargo/exoneração sem possibilidade de reposição imediata do(a) servidor(a); necessidade de autorização expressa do TSE para a nomeação de servidores(as) nos cargos não providos; dificuldade de adaptação de servidores(as) às rotinas de trabalho, entre outros.

Configuração do PJE realizada pela área negocial: decorre de falta de conhecimento específico ou de formação na área de TI dos(as) servidores(as) da Secretaria Judiciária para configuração do sistema; de contratação de auxiliares próxima ao período eleitoral; do

número de servidores(as) abaixo do necessário para desenvolvimento da atividade e da sobrecarga dos(as) servidores(as) lotados na unidade, entre outros.

Eleições 2022 – Prestação de contas eleitoral – 1425 processos: decorrente de falhas/problemas de sistemas; da não apresentação ou apresentação incompleta de documentos pelos(as) candidatos(as); da necessidade de conhecimentos técnicos de áreas diversas para suporte aos(as) usuários(as) externos(as); da sobrecarga e desmotivação dos(as) servidores(as); do número de servidores(as) abaixo do necessário para desenvolvimento da atividade, entre outros.

Orçamento reservado em pré-empenho para a demanda cancelada sem a comunicação: decorrente de cancelamento, sem comunicação prévia à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, de demanda atendida com alocação de recursos orçamentários por meio de pré-empenho, o que prejudica o atendimento de outros projetos.

Devolução de recursos financeiros por instituição bancária em decorrência de dados inconsistentes: decorrente de erros nos dados bancários de servidores(as) na folha de pagamento de pessoal, tendo como consequência o retorno dos recursos financeiros sem a efetivação do pagamento aos(as) servidores(as).

Necessidade de capacitação de fontes e porta-vozes no atendimento à imprensa: decorre do excesso de demandas no período eleitoral que impedem o atendimento personalizado aos órgãos de imprensa e também da ausência de preparo dos(as) servidores(as) do interior para atender às imprensa locais.

Monitoramento de interações externas e divulgação de conteúdos nas redes sociais que possam gerar desinformação ou riscos à imagem institucional: decorre da divulgação de iniciativas em mídias sociais diretamente pelas Zonas Eleitorais sem parecer prévio das unidades responsáveis pela comunicação ou análise de risco à imagem institucional.

Projeto Eleições 2024: decorrente de atraso no planejamento de processos de unidades do Tribunal que impactam no Projeto Eleições; de alterações de normativos e de mapeamento incorreto de processos de trabalho.

Gestão Documental do TRE-PR: decorre de inconsistências na tabela de temporalidade e necessidades de retificação.

Implantação de RPPDs - Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais: decorrente de não identificação dos processos, sistemas e banco de dados que envolvem o tratamento de dados pessoais quando se realiza o mapeamento dos riscos e não priorização do mapeamento de processos com ênfase na proteção de dados pessoais.

Indisponibilidade de Transporte Institucional: impossibilidade de previsão de todas as demandas quando da celebração do contrato e utilização da verba contratual antes do seu encerramento.

Não centralização das urnas: decorrente, entre outros, da necessidade de manter um estoque descentralizado de peças nas Zonas Eleitorais; de problemas com baterias e falta de peças que necessitam ser substituídas nas urnas; de ausência de solicitação para manutenção corretiva, o que tem por consequência um número significativo de urnas inoperantes.

Distribuição de competências nas Zonas Eleitorais da mesma localidade: decorre de distribuição de atividades jurídicas e administrativas de forma não equânime, o que acarreta sobrecarga de trabalho em Zonas Eleitorais específicas.

OPORTUNIDADES

- Aperfeiçoamento dos processos de trabalho relativos a licitações, contratos, auditoria, folha de pagamento.
- Realização de melhorias nos sistemas de atendimento do(a) eleitor(a).
- Desenvolvimento de uma nova logística de trabalho, redistribuindo os processos aos(as) servidores(as) de outras unidades, com maior aproveitamento do potencial humano e menor dispêndio de recursos.

- Padronização das rotinas de trabalho das Zonas Eleitorais do Paraná a fim de facilitar a identificação de possíveis falhas nos procedimentos cartorários e otimizar as tarefas realizadas.
- Realização de mapeamento dos setores, com identificação e unificação daqueles que realizam atividades semelhantes.
- Aperfeiçoamento dos procedimentos internos de comunicação e difusão de informações.
- Identificação das falhas nos processos de trabalho referentes à proteção de dados pessoais, realização de ajustes nos sistemas de classificação dos dados, avaliação da possibilidade de criptografia de dados sensíveis.
- Monitoramento dos principais defeitos apresentados pelas urnas eletrônicas, difusão de conhecimento mediante a capacitação de servidores e auxiliares enviados aos polos de contingência para manutenção das urnas.

AVALIAÇÃO DOS RISCOS

Risco	Probabilidades	Impacto	Nível inicial	Nível residual
Implantação da nova Lei de Licitações e Contratos	Alta	Alto	Alto	Médio
Utilização da Dispensa Eletrônica pelo valor na Nova Lei de Licitações	Baixa	Alto	Alto	Médio
Insuficiência de Informações	Média	Alto	Alto	Médio
Relato inadequado das análises realizadas pela SECAUDI	Média	Muito Alto	Extremo	Médio
Operações equivocadas no final de prazo	Média	Alto	Extremo	Médio
Não atualização dos sistemas de atendimento ao eleitor (ELO – Título Net)	Média	Médio	Alto	Médio
Implantação do e-social	Alta	Alto	Extremo	Alto

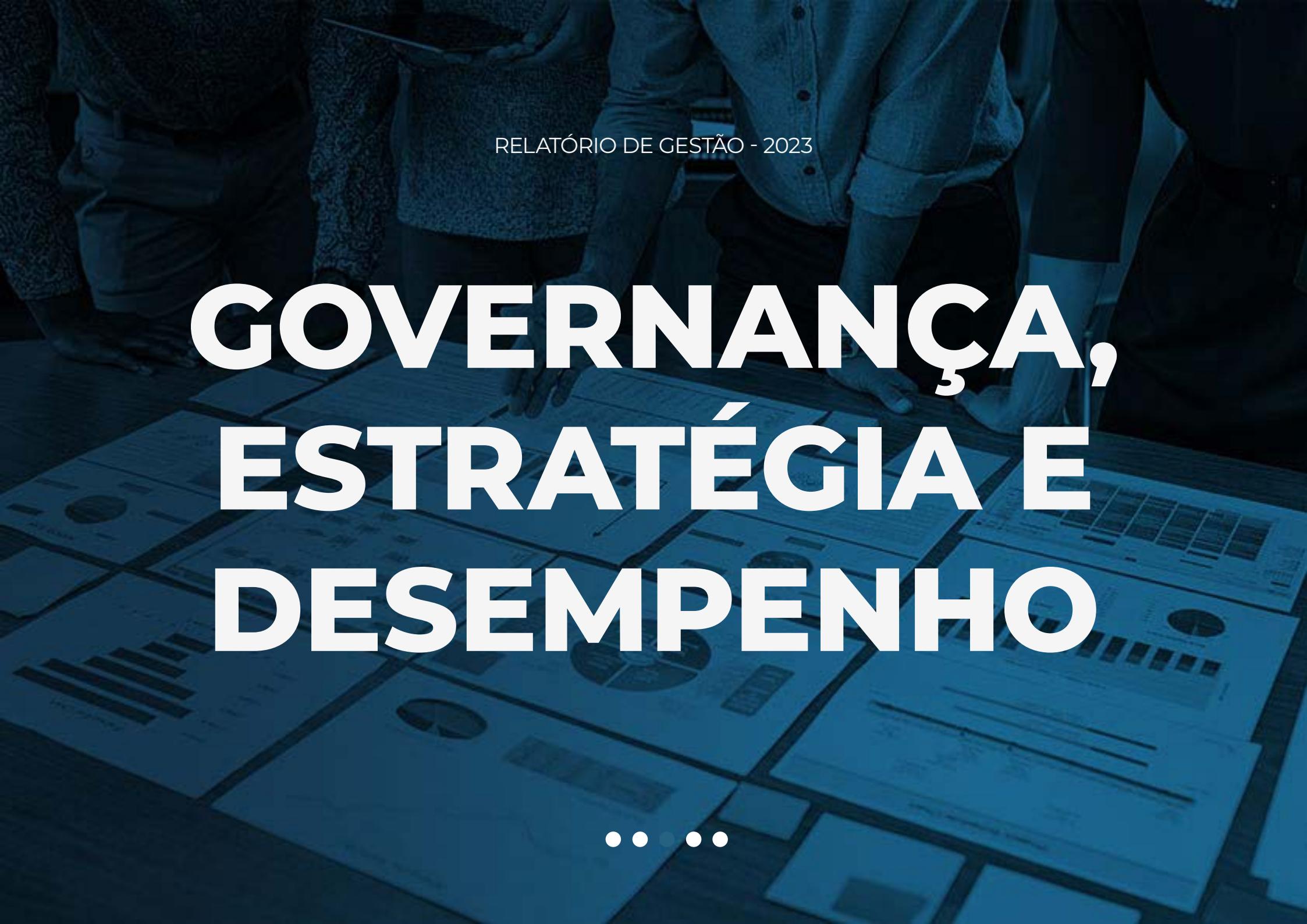
Risco	Probabilidades	Impacto	Nível inicial	Nível residual
Força de trabalho nos cartórios eleitorais do interior	Alta	Médio	Extremo	Alto
Configuração do PJE realizada pela área negocial	Média	Alto	Alto	Médio
Eleições 2022 – Prestação de contas eleitoral – 1425 processos	Baixa	Médio	Alto	Médio
Orçamento reservado em pré-empenho para a demanda cancelada sem a comunicação	Alta	Médio	Alto	Médio
Devolução de recursos financeiros por instituição bancária em decorrência de dados inconsistentes	Muito Baixa	Alto	Médio	Médio
Necessidade de capacitação de fontes e porta-vozes no atendimento à imprensa	Muito Alta	Muito Alto	Extremo	Alto
Monitoramento de interações externas e divulgação de conteúdos nas redes sociais que possam gerar desinformação ou riscos à imagem institucional	Muito Alta	Muito Alto	Extremo	Alto
Projeto Eleições 2024	Média	Médio	Alto	Médio
Gestão Documental do TRE-PR	Média	Médio	Alto	Médio
Implantação de RIPDs - Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais	Baixa	Médio	Alto	Médio
Indisponibilidade de Transporte Institucional	Baixa	Alto	Alto	Médio
Não centralização das urnas	Média	Alto	Extremo	Alto
Distribuição de competências nas Zonas Eleitorais da mesma localidade	Média	Alto	Alto	Médio

Extremo	Muito Alto	Alta	Média	Baixa	Muito Baixo
---------	------------	------	-------	-------	-------------

INCERTEZAS E DESAFIOS

Entre os principais desafios e incertezas que poderão impactar a execução do Planejamento Estratégico – com prazo de vigência até 2026 – e o desempenho da instituição, destacam-se:

Restrições orçamentárias	Acirramento da disputa político-partidária e polarização ideológica	Ataques cibernéticos aos sistemas da Justiça Eleitoral
Disseminação de Fake News	Descrédito do processo eleitoral	Transformação digital
Inclusão digital de eleitores(as) não habituados(das) ao uso de tecnologias	Renovação do parque de urnas	Aperfeiçoamento do procedimento de identificação biométrica
Recomposição e aumento da força de trabalho	Demandas desproporcionais à força de trabalho	Desburocratização dos processos de trabalho
Não valorização do(a) servidor(a) público(a) pela sociedade	Aumento da incidência de patologias apresentadas pelos(as) servidores(as), como estresse e depressão	Proteção de dados pessoais

A dark, moody photograph of a person from the waist up, wearing a blue denim shirt and jeans. They are seated at a desk, their hands resting on a stack of papers. The desk is covered with numerous documents, charts, and graphs, suggesting a financial or analytical environment. The lighting is dramatic, with strong highlights on the person's shirt and the papers, while the background is deep in shadow.

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2023

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

• • •

APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA À CAPACIDADE DE GERAR VALOR

Os indicadores previstos no Planejamento Estratégico, as ações estabelecidas no Plano de Gestão e o percentual de cumprimento das Metas Nacionais foram monitorados periodicamente pela Coordenadoria de Planejamento de Estratégia e Gestão. Os dados foram apresentados ao Conselho de Governança e ao Comitê de Gestão Estratégica e Riscos, ocasião em que os resultados e as dificuldades para cumprimento das metas e objetivos estratégicos foram analisados de forma integrada.

Os Comitês de Gestão, dentro de sua área de atuação, foram responsáveis por viabilizar a implementação das ações cuja execução foi determinada pela alta administração, como também por identificar as medidas necessárias, as dificuldades existentes e os riscos envolvidos. Dessa maneira, subsidiaram as decisões do Conselho relativas a questões estratégicas para a instituição.

O Conselho de Governança e o Comitê de Gestão Estratégica e Riscos, por sua vez, auxiliaram as unidades do Tribunal na definição das ações a serem priorizadas, propuseram medidas e ajustes na condução dos trabalhos, avaliaram os riscos existentes e os esforços a serem empregados. Em todas as ocasiões foram considerados os valores entregues e os benefícios obtidos em favor da sociedade.



ESTRATÉGIA E RESULTADOS

A partir da missão “garantir a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional, a fim de fortalecer a democracia”, o planejamento estratégico da Justiça Eleitoral do Paraná 2021-2026 ([Resolução TRE-PR nº 874/2021](#) e [Portaria TRE-PR nº 311/2021](#), alterada pela [Portaria TRE-PR nº 451/2022](#)) estabeleceu como diretriz a excelência quanto ao processo eleitoral, especialmente quanto à segurança e à transparéncia e definiu, ainda, os objetivos estratégicos que nortearão as ações da instituição.

A metodologia de gestão estratégica adotada baseia-se no Balanced Scorecard (BSC) que, além de estabelecer perspectivas para os objetivos estratégicos, define indicadores e metas que auxiliam na mensuração do desempenho da instituição.

Para definição das ações a serem priorizadas pela instituição no exercício de 2023 foram consideradas as orientações do CNJ, TSE e TCU, como também as expectativas da sociedade, especialmente quanto à qualidade dos serviços públicos, segurança do processo eleitoral, prestação jurisdicional e transparéncia da atuação.

Os indicadores e as metas estabelecidas permitiram ao Conselho de Governança acompanhar o desempenho das atividades e determinar providências, quando necessário, para que os resultados almejados fossem atingidos. A [Portaria TRE-PR nº 451/2022](#) contemplou 34 indicadores para o ano de 2023, dos quais 20 atingiram as metas.

O Plano de Gestão, regulamentado pela [Portaria TRE-PR nº 321/2022](#), contemplou 27 ações para o biênio 2022-2023, englobando 114 atividades no total. Todas as ações estão relacionadas aos objetivos estratégicos previstos. A meta foi atingida em 71% das atividades, sendo que uma atividade foi suspensa.

Os resultados dos [indicadores](#) e do [Plano de Gestão](#) estão disponíveis na página do tribunal.

Direcionam as atividades do Tribunal, ainda, o [Plano de Logística Sustentável](#) e o [Plano Diretor de Tecnologia da Informação](#).

Objetivos Estratégicos

Em alinhamento à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, a Resolução TRE-PR nº 874/2021 previu 10 objetivos estratégicos para o período de 2021-2026, escalonados em três perspectivas (Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento), a saber:

Saiba mais [aqui](#).

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Sociedade

- Garantia dos Direitos Fundamentais
- Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade

Processos Internos

- Fortalecimento da segurança do processo eleitoral
- Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
- Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais
- Promoção da sustentabilidade
- Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

Aprendizado e Crescimento

- Aperfeiçoamento de gestão de pessoas
- Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira
- Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e proteção de dados

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OE 1 – GARANTIAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os direitos e garantias fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos das minorias e a inclusão e acessibilidade a todo(as).

INICIATIVAS:

Continuidade e expansão do Projeto Cidadania Plena, programa do TRE-PR que busca facilitar o acesso das cidadãs e dos cidadãos aos serviços da Justiça Eleitoral. A atuação é realizada em hospitais, comunidades indígenas, quilombolas, entre outras instituições. São várias frentes de atuação, como a instalação de seções eleitorais em hospitais ou instituições de longa permanência, a realização de mutirões e o atendimento em locais de difícil acesso. No ano de 2023 foram realizados 3.564 atendimentos pelo projeto, destacando-se as seguintes ações:

Adesão ao programa de novos hospitais e instituições de longa permanência totalizando, ao final do exercício, 14 instituições na capital e interior do Estado;

Adaptação de veículo modelo van, que conta com estrutura totalmente autônoma e 02 guichês, permitindo que o atendimento da Justiça Eleitoral nas ações do Projeto Cidadania Plena seja realizado de forma itinerante e em locais de difícil acesso;

Criação de duas seções eleitorais em reservas indígenas (Rio das Cobras e aldeia Queimadas);

Realização de atendimentos em 6 localidades de difícil acesso;

Visitas à aldeia indígena Araçáí e aldeia urbana Kakané Porã para promoção de debates políticos, discussões sobre cidadania e democracia e orientações acerca do processo eleitoral (projeto Aldeia Cidadã);

Atendimento de 344 eleitores(as) (entre indígenas, quilombolas e jovens de 15 anos) na Ilha de Guarapeçaba, situada no litoral norte do Estado;

Regulamentação do Projeto Cidadania Plena pela [Resolução TRE-PR nº 916/2023](#). Da iniciativa surgiu o Projeto de Lei nº 1.815/2023, que pretende transformar o Projeto em política pública, promovendo alteração no Código Eleitoral, com o objetivo de facilitar o direito ao voto de todas as pessoas com mobilidade reduzida, inclusive as idosas e os idosos.

Além do Projeto Cidadania Plena, destacaram-se as seguintes ações sociais:

1ª Semana Nacional do Registro Civil - “Registre-se!”, com objetivo de fornecer documentação civil básica gratuita às pessoas em situação de rua, povos originários, população ribeirinha, refugiados e população em cumprimento de medidas de segurança, situação manicomial, carcerária e egressos do cárcere;

Ação itinerante para promoção de direitos das pessoas em situação de rua, realizada no Centro Pop Solidariedade, em Curitiba, com orientações sobre direitos e serviços básicos de cidadania, como alistamento eleitoral, regularização, transferência e revisão do título;

Programa Justiça no Bairro, ação realizada em 12 municípios do estado, com atendimento a 544 pessoas em situação de vulnerabilidade social;

Acordo para o atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica celebrado com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com objetivo de cumprir a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência, promovendo reserva de vagas terceirizadas para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência de violência doméstica ou familiar.

Ações voltadas à ampliação da participação feminina na política:

Encontros do Programa “Justiça Eleitoral Por Elas”, que busca ampliar a participação feminina na política, enfrentando a desigualdade de gênero no ambiente eleitoral;

Realização de audiência pública na Assembleia Legislativa do Paraná e encontro com representantes do coletivo suprapartidário “Vote Nelas Paraná” com intuito de incentivar a candidatura de mulheres nas eleições;

Assinatura de termo de cooperação técnica com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados para adoção de medidas variadas voltadas para a concretização dos Direitos Humanos no âmbito do Poder Judiciário.

Ações de inclusão e acessibilidade:

Projeto Supera, que visa promover a qualificação de pessoas com deficiência, contribuindo para redução da sub-representatividade em cargos eletivos. Com base na audiência pública sobre o tema “Construindo Candidaturas PcD” foi elaborada a “[Carta Supera](#)”, compromisso que norteará as atividades do TRE-PR rumo à garantia de direitos e da cidadania;

Reformas de fóruns eleitorais para adaptação às pessoas com deficiência;

Atendimento de pessoas com deficiência auditiva por meio de intérprete de Libras, iniciativa realizada na Central de Atendimento de Eleitores de Curitiba, que objetiva garantir a cidadania e o acesso aos serviços da Justiça Eleitoral para eleitores(as) com deficiência;

Realização do 25º Café Cultural, com o tema “PcD e Política: Vamos conversar?”, que debateu meios para incluir pessoas com deficiência na política;

Lançamento do Manual de Acessibilidade Digital, com dicas para produção de documentos de texto, apresentações de slides, planilhas, digitalizações e PDFs acessíveis;

Encontro on-line “Acessibilidade digital: por quê?”, transmitido pelo YouTube com o propósito de sensibilizar o público e discutir alternativas práticas e possíveis.

Ações voltadas ao combate do assédio e discriminação:

Seminário “Caminhos para a Igualdade Racial na Política”, que discutiu temas sobre a igualdade racial nos âmbitos político e eleitoral e a necessidade de tornar o acesso à política cada vez mais inclusivo;

Campanha informativa contra assédio e discriminação, com conteúdos para o portal e para as redes sociais sobre a discriminação, o assédio moral e sexual;

Curso “Cidadania LGBTI+”, realizado em parceria com o Grupo Dignidade, que consistiu em capacitação direcionada a servidores(as) e colaboradores(as) para prevenir a discriminação;

Nova sinalização entregue para as 186 zonas eleitorais do Estado, com ilustrações que representam os grupos com direito ao atendimento preferencial nos cartórios e um laço que simboliza o autismo. Na versão atual, as pessoas idosas não são mais apresentadas com uma bengala, mas com o símbolo “60+”, para se adequar melhor à realidade da população nessa faixa etária;

Palestra “Introdução ao Letramento Racial”, que discutiu temas como o conceito de raça, o mito da democracia racial, o racismo estrutural e o colorismo;

Encontro com representantes do Grupo Dignidade, abordando ações a serem realizadas para garantir a participação das pessoas LGBTQIAP+ no processo eleitoral.

OE 2 – FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora de direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do estado e da sociedade civil.

INICIATIVAS:

Centralização do atendimento telefônico pelo 0800-640-8400 ([Disque Eleitor](#)), com intuito de simplificar e unificar os canais de comunicação para aprimorar a eficiência e a confiabilidade das comunicações entre os(as) eleitores(as) e a Justiça Eleitoral do Paraná.

Realização de Pesquisa Pública com a sociedade paranaense para a definição de metas nacionais e específicas para o ano de 2024 no âmbito da Justiça Eleitoral.

Intensificação das ações em mídias sociais, com aumento do número de seguidores(as) em todos os perfis do Tribunal.

Incentivo à utilização da [linguagem simples](#) por magistrados(as), servidores(as) e demais colaboradores(as).

Apoio às Eleições dos Conselhos Tutelares, com empréstimo e preparação de urnas eletrônicas, treinamento das equipes das mesas de votação (presencial ou virtual), suporte técnico ao voto informatizado, definição de locais de votação e fornecimento de listas de eleitores(as).

Celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), com o objetivo de execução conjunta de projetos voltados à produção de conteúdo científico e/ou informativo, o fomento aos debates qualificados sobre o contexto jurídico-político do país, além de atividades acadêmicas relacionadas ao direito eleitoral e ao direito político.

Conquista do selo Qualis B2 emitido pela CAPES, pela Revista Paraná Eleitoral, editada pela Escola Judiciária Eleitoral do TRE-PR. A elevação da classificação insere o periódico do Tribunal dentre as publicações de excelência nacional contempladas nas áreas de Direito Eleitoral, de Ciência Política e de Geografia Política.

Manifestação de apoio à proposta da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político pela obrigatoriedade do ensino do direito eleitoral dentro dos conteúdos obrigatórios do curso de graduação em direito.

Ações voltadas ao alistamento jovem:

Incentivo ao voto jovem mediante a realização de campanhas, reuniões entre Juízes(as) eleitorais e diretores(as) de escolas em todo Paraná e visitas a escolas para promover o alistamento de jovens eleitores(as);

Projetos “Parlamento Jovem”, com atendimento a 44.046 estudantes; “Eleitor do Futuro”, com participação de 20.665 alunos(as); “Tribunal Eleitoral Jovem”, do qual participaram 34 estudantes; Visitas “Por Dentro da Justiça Eleitoral”, que recebeu 2.302 alunos(as); Você e o Voto #MeContaa!, com a participação de 2298 estudantes; e EJE na EJA, que atendeu 71 estudantes adultos(as);

Realização da 1ª edição do programa Estágio-Visita, com o intuito de promover o acesso às diversas atividades realizadas no âmbito do Tribunal aos estudantes;

Ações direcionadas no TikTok, principal canal de comunicação do Tribunal com o público jovem e destaque entre os órgãos públicos. Diante da grande repercussão na sociedade, o perfil do Tribunal no TikTok foi selecionado no 19º Prêmio Innovare, e se tornou objeto de artigo científico na revista “Eleições 2022 no Paraná: A disputa na perspectiva midiática, do eleitorado e das instituições”.

OE 3 – FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL

Visa garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança dos pleitos eleitorais, com utilização de tecnologias e com a melhoria dos processos de trabalho.

INICIATIVAS:

Participação no Encontro Nacional de Segurança nas Eleições, realizado em Belo Horizonte (MG). O objetivo do encontro foi trocar experiências sobre a segurança nas Eleições 2022, analisar as informações registradas no 1º e 2º turnos e elaborar um banco de boas práticas sobre o tema.

Estruturação do Projeto Eleições 2024, com aperfeiçoamento dos procedimentos a partir das lições aprendidas nas Eleições 2022.

Evento [Kick-Off Eleições 2024](#), com servidores(as) de todo o estado, evento que marca o encerramento da fase de planejamento e o início da execução das atividades do Projeto Eleições, com apresentação de procedimentos aperfeiçoados para o próximo pleito.

Capacitação de servidores(as) na área especializada de Inteligência Institucional.

Implementação de ações relativas à cibersegurança, governança da privacidade e segurança da informação.

OE 4 – AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedural na tramitação dos processos judiciais. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

O tribunal alcançou resultados expressivos em relação às Metas Nacionais 2023 aplicáveis ao segmento da Justiça Eleitoral, aprovadas no XVI Encontro Nacional do Poder Judiciário, a saber:

Meta Nacional 1 - Julgar mais processos que os distribuídos

Anos 2022 e 2023 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobreestados no ano corrente.

Meta Nacional 2 - Julgar processos mais antigos

Ano 2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2023, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2020.

Ano 2023 - Identificar e julgar, até 31/12/2023, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2021.

Meta Nacional 9 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário

Ano 2023 - Implantar um projeto oriundo do Laboratório de Inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030.

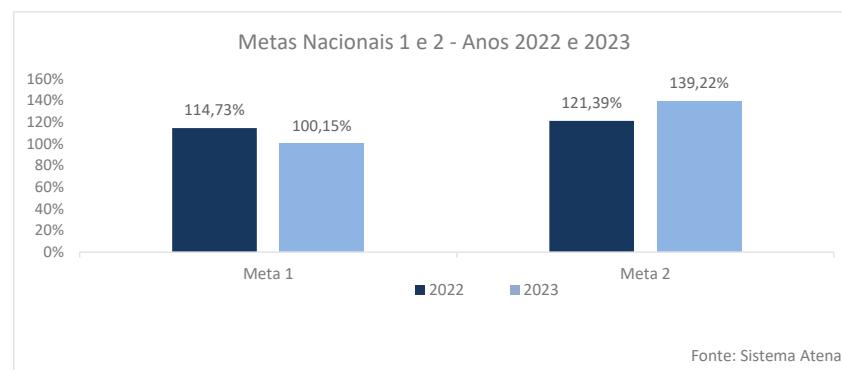
Resultado: A meta foi cumprida em sua integralidade.

OUTRAS INICIATIVAS

Acompanhamento do trâmite e julgamento de processos em 1º grau pela Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral e, em 2º grau, junto à Secretaria Judiciária e gabinetes dos(as) magistrados(as).

Utilização do sistema Portal Business Intelligence (BI), ferramenta que permite o autogerenciamento das Zonas Eleitorais quanto às atividades administrativas e judiciais, e ainda, dos gabinetes dos(as) magistrados(as) de 2º grau, quanto à gestão processual.

Curso de formação inicial para magistrados(as), com abordagem em Direito Eleitoral e temas de extrema relevância para a atuação na esfera eleitoral.

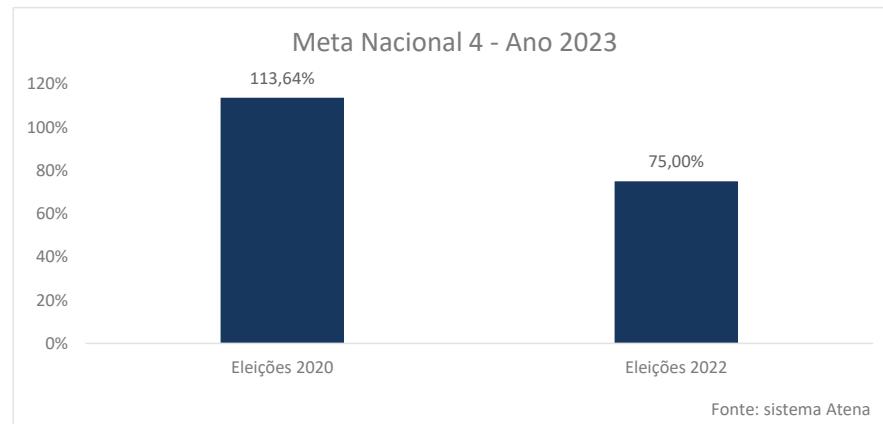


OE 5 – ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente, ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros.

Meta Nacional 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

Identificar e julgar, até 31/12/2023, 80% dos processos referentes às eleições de 2020, e 40% dos processos referentes às eleições de 2022, distribuídos até 31/12/2022, que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade.



OUTRAS INICIATIVAS

25 zonas eleitorais inspecionadas/correcionadas de forma semipresencial.

Alteração das competências das 2^a e 3^a Zonas Eleitorais de Curitiba pela [Resolução TRE-PR nº 912/2023](#), diante da necessidade de distribuir de forma mais equilibrada o serviço, promovendo a celeridade do trâmite processual e evitando a sobrecarga de processos e atribuições nas Zonas Eleitorais especializadas. Às referidas Zonas Eleitorais, conforme [Resolução TRE-PR nº 834/2019](#), compete o processo e julgamento dos crimes de peculato, concussão, advocacia administrativa, tráfico de influência, corrupção ativa e passiva, contra o Sistema Financeiro Nacional, lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, sempre que conexos a crimes eleitorais, conforme determinação do Supremo Tribunal Federal.

Início dos trabalhos de revisão do Código de Ética e Programa de Integridade do Tribunal, com elaboração de consulta interna aos servidores e servidoras.

OE 6 – PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa à adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

INICIATIVAS:

Realização de 96% das contratações e aquisições com observância de critérios de sustentabilidade.

Pontuação de 81,9% no 7º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário (ano 2022/2023), classificando-se em 3º lugar na categoria Justiça Eleitoral.

Produção de energia elétrica pela usina fotovoltaica superou em 8,88% o consumo do Tribunal.

Classificação, pelo segundo ano consecutivo, na categoria “A” no [Selo Clima Paraná](#), modalidade “Mercado Interno”, que reconhece empresas e instituições paranaenses que medem e adotam medidas para reduzir a pegada de carbono e combater as mudanças climáticas. Foi o primeiro órgão do Poder Judiciário a ser inserido no Selo.

Recebimento pelo Ministério do Meio Ambiente do Selo da [Agenda Ambiental na Administração Pública A3P](#), programa que busca incorporar os princípios da sustentabilidade nas atividades da Administração Pública.

Lançamento do [Manual de Resíduos Sólidos](#), que apresenta o ciclo de utilização e o descarte de materiais nas atividades administrativas do TRE-PR.

Recolhimento e doação de 98 quilos de tampinhas plásticas ao Asilo São Vicente de Paulo, para redução do descarte incorreto e arrecadação de fundos para aquisição de fraldas geriátricas a moradores(as) de lares carentes.

Campanha de arrecadação de vidros para o banco de leite humano, para armazenar e preservar o leite para a alimentação de bebês prematuros e promover a reciclagem e a redução desses resíduos no meio ambiente.

Implementação do [Projeto Homem de Lata](#), que objetiva promover a conscientização sobre o correto descarte de resíduos eletrônicos, compostos por metais perigosos de difícil degradação.

Realização de campanhas, exposições e palestras, com transmissão pelo YouTube, para magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as), a fim de incentivar a adoção de práticas sustentáveis, a reciclagem e o descarte correto de resíduos.

Participação do Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS) do TRE-PR no projeto JusClima2030, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para tratar de assuntos relacionados à energia e mudança climática.

OE 7 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias da Justiça Eleitoral, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados(as), servidores(as), pela sociedade e pelos personagens do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos, conservação/aperfeiçoamento da infraestrutura e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado à sociedade.

INICIATIVAS:

Remanejamento de Zonas Eleitorais com o intuito de aperfeiçoar os serviços prestados à população ([Resoluções TRE-PR nº 918/2023 e nº 919/2023](#)).

Mapeamento de diversos processos de trabalho - abrangendo a identificação de riscos relativos à governança da privacidade, proteção de dados pessoais e segurança da informação - , de riscos estratégicos e também de atividades desenvolvidas pelas Zonas Eleitorais.

Reestruturação da Intranet do Tribunal, com uma interface mais prática, acessível, funcional e atrativa.

Atualização dos processos de contratação conforme a nova Lei de Licitações e Contratações e em consonância com a política de governança do TRE-PR. A norma de contratações e o manual de contratações do Tribunal foram aperfeiçoados conforme as disposições da [Lei nº 14.133/2021](#), inclusive quanto às sanções aplicáveis aos contratados e contratadas em decorrência do descumprimento das obrigações assumidas.

Capacitação dos membros do grupo da área especializada de Inteligência Institucional e realização de estudos para verificar a viabilidade de convênios com órgãos de inteligência.

Implementação do [Sistema de Protocolo Eletrônico Administrativo](#) com o objetivo de aumentar a eficiência do serviço prestado pelo Tribunal de acordo com as práticas da transformação digital, evitando o deslocamento do cidadão ou cidadã até os cartórios eleitorais para fazer seus pedidos.

Reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo Laboratório de Inovação do TRE-PR, [com a premiação pelo TSE](#) em duas categorias de Gamificação LIODS-JE, a “FuturAÇÃO” e a “Pri-li-lim”.

Realização do evento [Inovaday](#), com workshops sobre linguagem simples; sensibilização de servidores(as) mediante a realização de oficinas com a simulação de situações vivenciadas diariamente por pessoas com deficiência e inovação no Setor Público.

OE 8 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição.

INICIATIVAS:

Revisão da norma referente ao teletrabalho ([Portaria TRE-PR nº 103/2023](#)).

Realização de pesquisa de clima organizacional.

Implantação do Sistema de Avaliação de Desempenho - DESENVOLVE, aperfeiçoando as atividades que compõem o processo de avaliação de desempenho dos(as) servidores(as).

Capacitação presencial de 53 novos(as) servidores(as) das Zonas Eleitorais, com temas voltados para as eleições de 2024.

Capacitação e treinamento sobre planejamento da contratação, gestão e fiscalização contratual dos contratos administrativos tipicamente geridos pelo TRE-PR.

Capacitação sobre gestão processual e o uso do Sistema Atena nas Zonas Eleitorais.

Realização do “[Google Day](#)”, evento que esclareceu dúvidas dos(das) servidores(as), colaboradores(as) e estagiários(as) sobre as funcionalidades do Workspace (Gmail, Chat, Spaces, Agenda, Meet e Drive).

Sensibilização de magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as) por meio da simulação de situações reais vivenciadas diariamente pelas pessoas com deficiência (Programa Sentindo na Pele).

Realização de palestras sobre prevenção e enfrentamento ao assédio e à discriminação no trabalho; sobre o Dia da Consciência Negra; combate ao racismo estrutural e ao racismo político; sobre conceitos, conquistas e dados da comunidade LGBTQIA+; a importância da acessibilidade digital; e transtorno do espectro autista.

Eventos direcionados aos(as) servidores(as) e colaboradores(as), como palestras sobre luto e perdas e educação financeira.

Assinatura de termo de cooperação técnica com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná com objetivo de formalizar a participação mútua na capacitação e no treinamento de magistradas, magistrados, servidoras e servidores.

OE 9 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública.

INICIATIVAS:

Reestruturação dos relatórios orçamentários e financeiros disponibilizados no Portal da Transparência, facilitando o acesso à informação.

Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira por meio da ferramenta Portal BI, que permite o gerenciamento de dados estratégicos e fornece suporte às diferentes unidades para tomada de decisão, inclusive no que se refere à gestão de recursos. Como resultado, o Índice de execução orçamentária das despesas discricionárias foi de 93,06% (Ind. 29), o Índice de execução financeira das despesas discricionárias do exercício e restos a pagar foi de 79,11% (Ind. 30) e o Índice de perdas orçamentárias foi 6,99 % (Ind. 31)

OE 10 – FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais à sociedade e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos(as) usuários (as) por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão da privacidade e uso dos dados pessoais.

INICIATIVAS:

Realização do [1º Encontro Nacional de Tecnologia e Inovação \(Enastic\)](#) da Justiça Eleitoral, em que ocorreram palestras, painéis e workshops com os principais nomes da Tecnologia da Informação, Inovação e Sustentabilidade de todo o país.

Promoção do [1º Encontro Nacional de LGPD do Serviço Público](#), que contou com a participação de palestrantes renomados na área de proteção de dados, representantes do poder público e especialistas em LGPD.

Implementação da automação de resposta a incidentes de segurança, para maior eficiência e rapidez no combate a ataques cibernéticos, dispensando intervenção humana na maioria dos casos. O TRE-PR é o primeiro tribunal da Justiça Eleitoral e um dos primeiros do Judiciário brasileiro a possuir esse tipo de solução.

Incremento na segurança de acessos privilegiados, na Gestão de Identidades e acesso de terceiros, com tecnologia que provê acompanhamento em tempo real e gravação dos acessos remotos realizados pelas empresas terceiras, possibilitando auditoria futura.

Ampliação da proteção da rede da capital e do interior com a instalação de novos firewalls e implantação de novo web application firewall (WAF) para proteção de ataques às aplicações web do Tribunal.

Projeto de Adequação da Configuração de Segurança e Vulnerabilidades no ambiente de colaboração corporativo Google Workspace, em conjunto com a IPNET (parceira Google) com adequação e controle do processo de permissão para compartilhamento de dados com usuários externos.

Ações de educação em privacidade de dados.

Projeto de Implantação de Metodologia e Ferramenta (Sistema) para avaliação de Riscos relacionados à privacidade de dados utilizando o PIA CNIL.

Definição, pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação e de Proteção de Dados, de políticas institucionais com foco em classificação da informação, privacidade, acessibilidade e segurança cibernética.

Mapeamento de processos e avaliação de riscos em perda de dados pessoais.

Adequação de contratos, termos e outros artefatos à LGPD, tais como: elaboração do formulário de comunicação de incidentes, elaboração de formulário no PIA sobre contratações de vulneráveis, elaboração e aprovação de Termo de Sigilo e Responsabilidade, de Política sobre Uso de Imagem e de Minuta sobre “Termo de Uso e Política de Privacidade”.

Identificação de violações de privacidade e segurança da informação em procedimentos, processos e sistemas.

Elaboração e aprovação de Política sobre Segurança Cibernética e minuta da Norma de Gerenciamento de Crises.

UNIDADES DA GESTÃO

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

Perfil do Gasto do Tribunal

A Lei Orçamentária Anual de 2023 – Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023 - publicada no DOU de 17/01/2023, Edição extra-A e republicada no DOU de 17/01/2023, Edição extra-B, consignou ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná a dotação orçamentária inicial de R\$ 377.752.454,00. Cabe ressaltar que, com os créditos adicionais, as provisões recebidas do Tribunal Superior Eleitoral, de outros Tribunais Regionais Eleitorais, bem como as dotações remanejadas para outras ações, o Orçamento total disponibilizado foi de R\$ 431.999.770,85.

O quadro a seguir evidencia, de maneira sintética, os créditos orçamentários aprovados na Lei Orçamentária Anual, suas suplementações, provisões e cancelamentos, conforme ocorridos no decorrer do exercício, a saber:

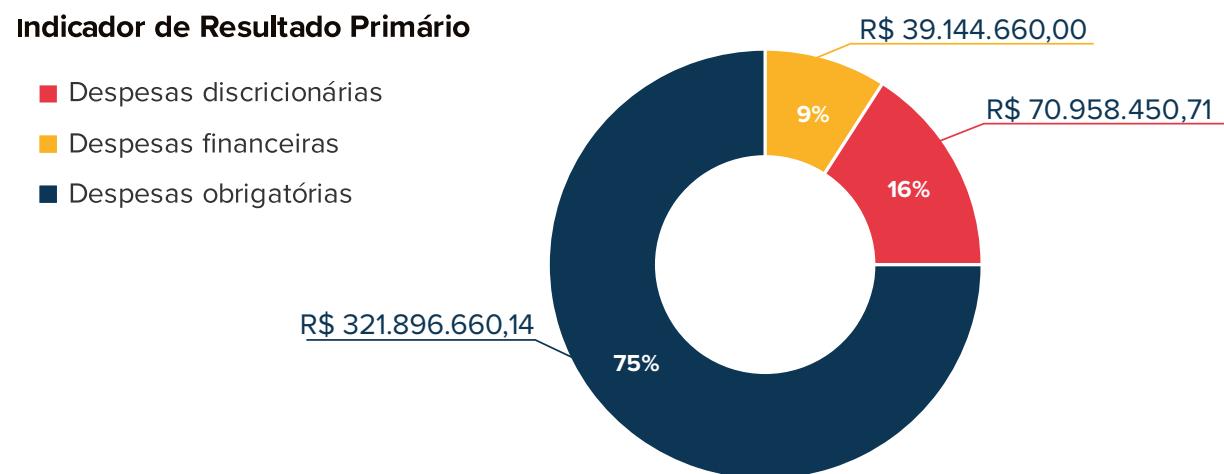
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL					
TIPO DE CRÉDITO	PESSOAL E BENEFÍCIOS	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL	%
(i) Dotação Inicial	R\$ 328.530.759,00	R\$ 43.746.695,00	R\$ 5.475.000,00	R\$ 377.752.454,00	87,44%
(+) Dotação Adicional	R\$ 32.508.688,00	R\$ 300.000,00	R\$ 11.600.000,00	R\$ 44.408.688,00	10,28%
(-) Dotação remanejada	R\$ -	R\$ 780.000,00	-R\$ 2.380.000,00	-R\$ 1.600.000,00	-0,37%
(=) Orçamento Ordinário	R\$ 361.039.447,00	R\$ 44.826.695,00	R\$ 14.695.000,00	R\$ 420.561.142,00	97,35%
(+) Provisões Recebidas	R\$ -	R\$ 3.649.009,40	R\$ 7.983.957,83	R\$ 11.632.967,23	2,69%
(-) Provisões Concedidas	R\$ -	-R\$ 46.738,38	-R\$ 150.000,00	-R\$ 196.738,38	-0,05%
(+) Destaque Recebido	R\$ -	R\$ 2.400,00	R\$ -	R\$ 2.400,00	0,00%
(=) Total do Orçamento	R\$ 361.039.447,00	R\$ 48.431.366,02	R\$ 22.528.957,83	R\$ 431.999.770,85	100,00%

Despesas Obrigatórias: consistem na Folha de Pagamento de Pessoal Ativo e Inativos e seus benefícios, como a Assistência Médica e Odontológica, Assistência Pré-Escolar, Auxílio-Transporte, Auxílio-Alimentação, Auxílio-Funeral e Natalidade.

Despesas Financeiras: são as de responsabilidade da própria União. No caso em tela, trata-se da Contribuição Patronal da União sobre a folha de pagamento de pessoal, que atualmente corresponde ao dobro da contribuição do servidor.

Despesas Discricionárias: são aquelas que o gestor tem a possibilidade de executar para atender às estratégias definidas na proposta orçamentária do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. No Orçamento Ordinário do Tribunal, elas correspondem a 16% do total do orçamento. Cabe ressaltar que, deste percentual, existem as despesas contratuais, as quais já estão comprometidas. No exercício de 2023, as despesas contratuais corresponderam ao percentual de 87% das despesas discricionárias, restando ao gestor o percentual de 13% para atender à discricionariedade da execução do orçamento.

O gráfico a seguir demonstra os valores autorizados na Lei Orçamentária Anual do Orçamento Ordinário, distribuídos por Indicador de Resultado Primário¹:



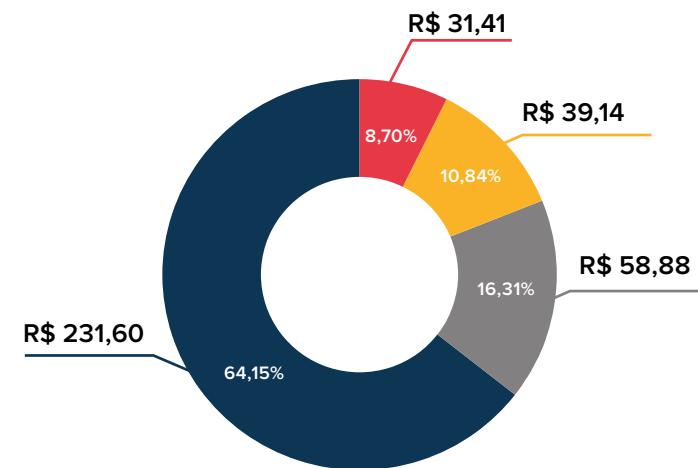
¹ Identificador de Resultado Primário: (0) despesa financeira; (1) despesa primária obrigatória; (2) despesa primária discricionária; (3) despesa relativa ao Projeto Piloto de Investimentos Públicos; (4) despesas constantes do orçamento de investimentos das empresas estatais que não impactam o resultado primário; (5) discricionária e abrangida pelo PAC; (6) obrigatória decorrente de emendas individuais, conforme Manual Técnico do Orçamento (MTO).

Despesas Obrigatórias e Financeiras

As despesas obrigatórias e financeiras de 2023 permaneceram distribuídas praticamente nos mesmos percentuais estabelecidos em 2022, ocorrendo uma variação no grupo de Benefícios, decorrente de equiparação da cota parte referente à Assistência Médica e Odontológica e Encargos Previdenciários. Observa-se que o maior gasto com despesas obrigatórias ocorre com servidores(as) ativos(as), aqui compreendidos o pagamento de servidores(as) do quadro da Justiça Eleitoral, Membros da Corte, Juízes(as) Eleitorais e Promotores(as) Eleitorais.

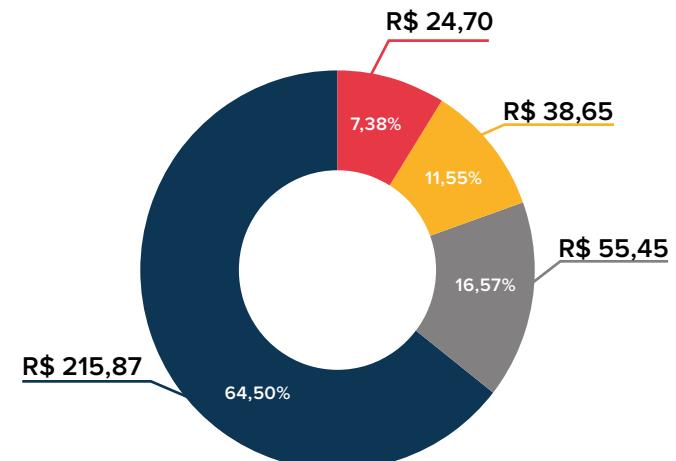
2023 Valores em Milhões

- Benefícios
- Encargos Previdenciários
- Inativos
- Ativos



2022 Valores em Milhões

- Benefícios
- Encargos Previdenciários
- Inativos
- Ativos

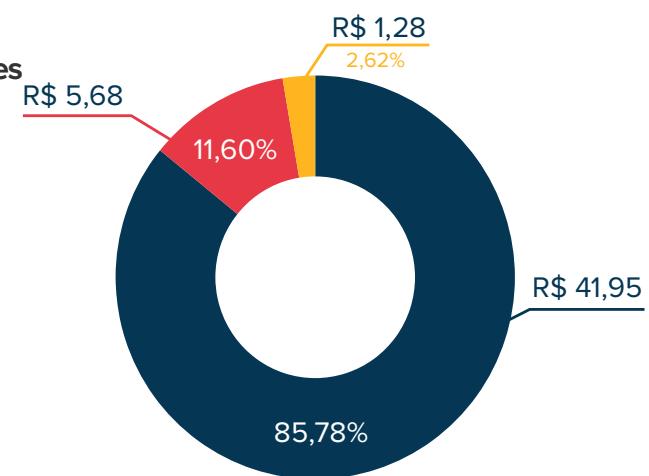


Despesas Discricionárias e Contratuais

Maiores Despesas Discricionárias	
1ª Apoio Admin. Técnico e Operacional	R\$ 7.273.678,96
2ª Limpeza e Conservação	R\$ 7.080.705,37
3ª Equipamentos de Tec Da Inform e Comunicacao	R\$ 7.035.708,59
4ª Manutenção Predial	R\$ 4.827.708,92
5ª Estagiários	R\$ 4.164.449,96
6ª Ampliação Ed. Sede TRE-PR	R\$ 4.073.192,99
7ª Vigilância Ostensiva	R\$ 2.432.978,67
8ª Comunicação e Redes de Dados	R\$ 1.773.684,61
9ª Reformas Pequeno Vulto - Lim. Set.	R\$ 1.599.781,06
10ª Armazenamento de Dados	R\$ 1.396.115,93
11ª Diárias/Ajuda de Custo Servidores JE	R\$ 1.383.930,34
12ª Outros Materiais Permanentes e Equipamentos	R\$ 1.277.133,24
13ª Energia Elétrica	R\$ 1.275.110,17
14ª Apoio Técnico e Operacional de TIC	R\$ 1.200.799,73
15ª Instalações	R\$ 1.016.156,00
16ª Passagens e Locomoção Servidores	R\$ 1.015.889,12
17ª Capacitação de Rec. Humanos - EJE - TRE-PR	R\$ 995.721,09
18ª Manutenção Extraordinária de Bens Imóveis	R\$ 922.567,02
19º Móveis	R\$ 885.470,00
20ª Manut e Conserv de Equipamentos de TIC	R\$ 662.457,04
21ª Mat. de Consumo P/ Serv. Auxiliares	R\$ 642.040,79
22ª Vigilância Eletrônica	R\$ 608.300,06
23ª Telefonia Fixa	R\$ 499.896,70
24ª Mat. de Consumo P/Manut. Diversas	R\$ 479.084,63
25ª Água e Esgoto	R\$ 432.087,72
26ª Aquisição e Desenvolvimento de Software	R\$ 352.034,00
27ª Manutenção e Sustentação de Software	R\$ 330.151,68
28ª Materiais De Consumo de TIC	R\$ 326.722,56
29ª Manutenção e Legalização Veículos	R\$ 324.637,51
30ª Passagens Para Membros	R\$ 241.117,50

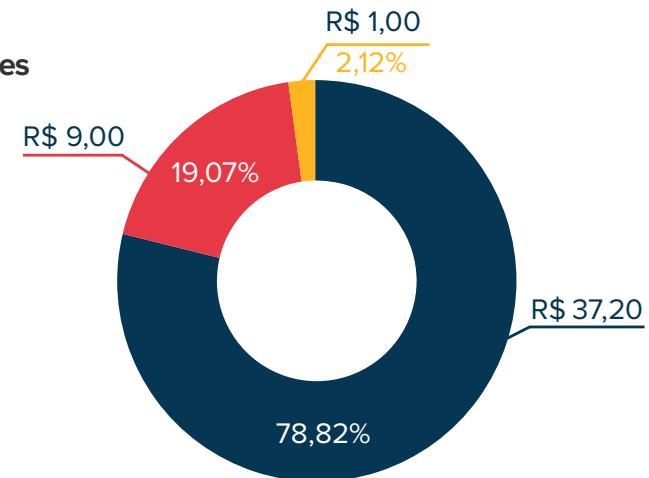
2023 - Valores em Milhões

- Custeio
- Investimento
- Capacitação



2022 - Valores em Milhões

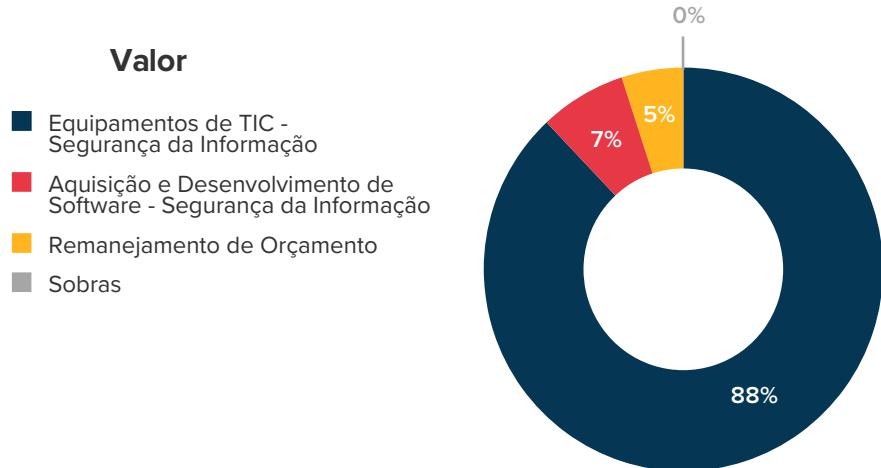
- Custeio
- Investimento
- Capacitação



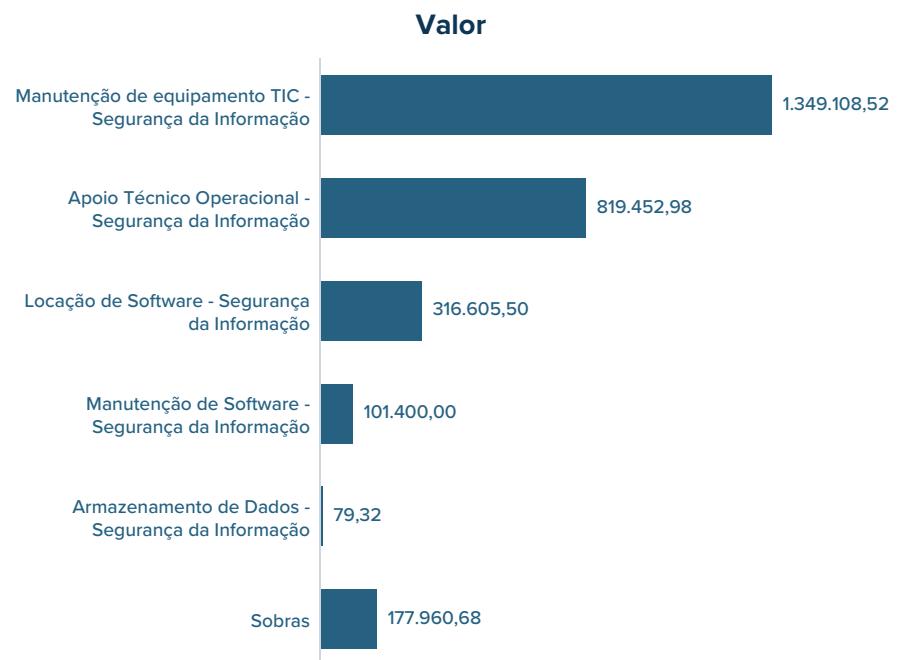
Orçamento para Gestão da Política de Segurança da Informação e Cibernética na Justiça Eleitoral

Na ação Gestão da Política de Segurança da Informação e Cibernética na Justiça Eleitoral, foi recebida provisão no valor de R\$ 5.847.071,83, a qual foi destinada ao provimento de estrutura tecnológica necessária para a instituição e gestão da Política de Segurança da Informação e Cibernética (PSI) no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Investimentos – Gestão da Política de Segurança da Informação e Cibernética na Justiça Eleitoral: As despesas com investimento totalizaram o valor de R\$ 3.037.467,83. As principais despesas empenhadas na ação em 2023 estão abaixo demonstradas:



Despesas de Custeio – Gestão da Política de Segurança da Informação e Cibernética na Justiça Eleitoral: As despesas com custeio com Gestão da Política de Segurança da Informação e Cibernética na Justiça Eleitoral realizadas em 2023 totalizaram o valor de R\$ 2.809.605,00



Dotação Orçamentária

Dotação Orçamentária - Evolução em Milhões



Fonte SECOFC TRE-PR

Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV)

Dados informados

Data inicial	12/2017
Data final	12/2023
Valor nominal	R\$ 345.622.509,88 (Real)

Dados calculados

Índice de correção no período	1,72384380
Valor percentual correspondente	72,384380%
Valor corrigido na data final	R\$ 558.528.591,18 (Real)

Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)

Dados informados

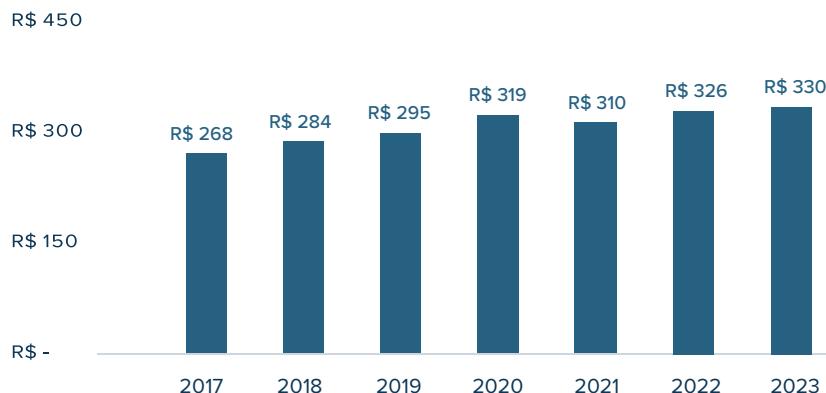
Data inicial	12/2017
Data final	12/2023
Valor nominal	R\$ 345.622.509,88 (Real)

Dados calculados

Índice de correção no período	1,38372620
Valor percentual correspondente	38,372620%
Valor corrigido na data final	R\$ 478.246.922,23 (Real)

Evolução da Despesa com Pessoal e Encargos

Despesa com Pessoal e Encargos - Evolução em Milhões



O crescimento da despesa com pessoal e encargos é decorrente dos planos de cargos e salários, bem como de outros benefícios adquiridos pelos servidores. O crescimento da despesa foi inferior à variação do IGP-M (FGV) e superior ao IPCA.

Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV) - Pessoal e Encargos

Dados informados

Data inicial	12/2017
Data final	12/2023
Valor nominal	R\$ 268.090.142,23(Real)

Dados calculados

Índice de correção no período	1,72384380
Valor percentual correspondente	72,384380%
Valor corrigido na data final	R\$ 462.145.529,52(Real)

Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE) - Pessoal e Encargos

Dados informados

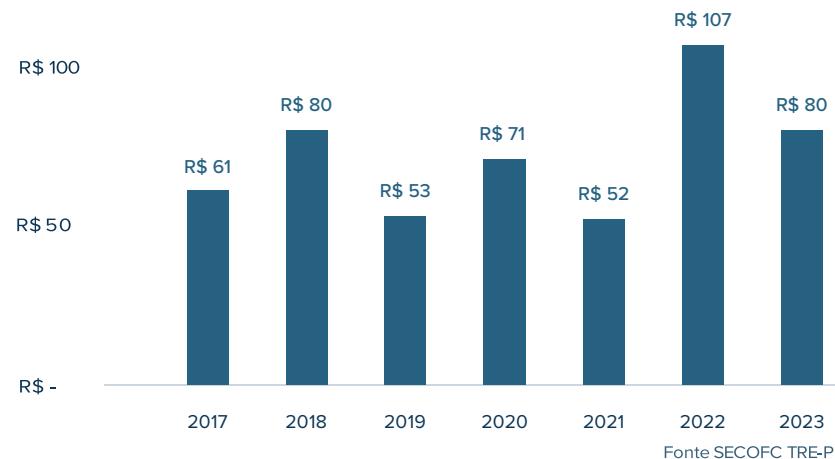
Data inicial	12/2017
Data final	12/2023
Valor nominal	R\$ 268.090.142,23(Real)

Dados calculados

Índice de correção no período	1,38372620
Valor percentual correspondente	38,372620%
Valor corrigido na data final	R\$ 370.963.353,77(Real)

Evolução da Despesa com Custeio

No gráfico abaixo demonstra-se a variação bianual do orçamento de custeio, o qual é decorrente dos pleitos eleitorais. O crescimento da despesa foi significativamente inferior à variação do IGP-M (FGV) e do IPCA (IBGE).



Dados básicos da Correção pelo IGP-M (FGV)

Dados informados

Data inicial	12/2017
Data final	12/2023
Valor nominal	R\$ 61.131.473,65(Real)

Dados calculados

Índice de correção no período	1,72384380
Valor percentual correspondente	72,384380%
Valor corrigido na data final	R\$ 105.381.111,84 (Real)

Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)

Dados informados

Data inicial	12/2017
Data final	11/2023
Valor nominal	R\$ 61.131.473,65 (Real)

Dados calculados

Índice de correção no período	1,38372620
Valor percentual correspondente	38,372620%
Valor corrigido na data final	R\$ 84.589.221,73 (Real)

Evolução da Despesa com Investimento

No gráfico apresentado abaixo, é possível observar uma significativa redução nos investimentos durante o ano de 2019. É importante destacar que no período de 2014 a 2018 o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) implementou uma estratégia de construção de imóveis próprios, em grande parte financiada por meio de emendas parlamentares. Entretanto, a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 95/2016 implicou na exclusão dos valores provenientes das Emendas Parlamentares, que anteriormente concorriam diretamente com o orçamento da instituição.

No ano de 2023 o TRE-PR direcionou seus investimentos para áreas cruciais, como segurança da informação, expansão das instalações do edifício sede, aquisição de kits biométricos e outros materiais permanentes. Essa abordagem reflete o compromisso da instituição em se adaptar às mudanças legislativas e investir em tecnologias e infraestrutura essenciais para o desempenho eficaz de suas funções.

Despesas com Investimento - Evolução em Milhões



Execução Orçamentária

Função	Dotação Total	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
Administração	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00
Encargos Especiais	367.376,14	67.375,59	65.502,45	65.502,45
Judiciária	373.111.528,71	363.169.886,58	351.710.115,92	351.611.125,92
Previdência Social	58.518.466,00	58.373.967,61	58.053.167,61	58.053.167,61
Total	431.999.770,85	421.613.629,78	409.831.185,98	409.732.195,98

Subfunção	Dotação Total	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
Ação Judiciária	803.152,00	252.600,55	252.600,55	252.600,55
Administração Geral	296.811.134,71	291.249.288,17	282.076.034,87	281.977.044,87
Outros Encargos Especiais	39.512.036,14	38.791.726,59	38.665.796,09	38.665.796,09
Previdência do Regime Estatutário	58.518.466,00	58.373.967,61	58.053.167,61	58.053.167,61
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	31.408.492,00	30.783.646,86	30.783.586,86	30.783.586,86
Tecnologia da Informação	4.946.490,00	2.162.400,00	0,00	0,00
Total	431.999.770,85	421.613.629,78	409.831.185,98	409.732.195,98

Programa	Dotação Total	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	1.873,14	1.873,14	0,00	0,00
Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	365.503,00	65.502,45	65.502,45	65.502,45
Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00
Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	431.629.994,71	421.543.854,19	409.763.283,53	409.664.293,53
Total	431.999.770,85	421.613.629,78	409.831.185,98	409.732.195,98

Grupo Natureza Despesa	Dotação Total	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
Pessoal e Encargos Sociais	329.630.955,00	324.793.326,19	322.774.424,99	322.774.424,99
Outras Despesas Correntes	79.839.858,02	77.079.982,40	73.109.419,17	73.052.539,17
Investimentos	22.528.957,83	19.740.321,19	13.947.341,82	13.905.231,82
Total	431.999.770,85	421.613.629,78	409.831.185,98	409.732.195,98

Ação	Dotação Total	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
Pagamento de Pessoal Ativo da União	231.602.326,00	227.629.505,13	226.055.461,29	226.055.461,29
Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	58.518.466,00	58.373.967,61	58.053.167,61	58.053.167,61
Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	53.834.335,88	52.426.537,30	48.357.714,93	48.258.724,93
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	39.144.660,00	38.724.351,00	38.600.293,64	38.600.293,64
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	16.267.324,00	16.267.083,99	16.267.023,99	16.267.023,99
Outros Benefícios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	15.141.168,00	14.516.562,87	14.516.562,87	14.516.562,87
Gestão da Política de Segurança da Informação e Cibernética na Justiça Eleitoral	5.697.072,83	5.517.871,69	5.121.356,69	5.121.356,69
Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	4.075.000,00	4.073.192,99	1.335.150,62	1.335.150,62
Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União	1.600.000,00	1.599.781,06	1.203.951,34	1.203.951,34
Pleitos Eleitorais	803.152,00	252.600,55	252.600,55	252.600,55
Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais	65.503,00	65.502,45	65.502,45	65.502,45
Administração da Unidade	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00
Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012	300.000,00	0,00	0,00	0,00
Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor	4.946.490,00	2.162.400,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	1.873,14	1.873,14	0,00	0,00
Total	431.999.770,85	421.613.629,78	409.831.185,98	409.732.195,98

Detalhamento das Despesas por Grupo e Elementos da Despesa

Unidade Orçamentária 14.101 e 14.116

Valores Empenhados – em Milhões R\$

Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais (Gastos com Pessoal)							
Elemento de Despesa	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017
11 – Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil	223,07	210,00	211,39	207,68	202,16	179,92	172,97
01 - Aposentados	47,03	43,86	42,52	43,05	42,54	38,52	33,66
13 – Obrigações Patronais	38,88	38,28	38,89	37,77	31,17	29,39	27,75
Demais Elementos	15,82	31,27	16,88	27,46	16,69	32,58	26,43
Total	R\$324,79	R\$323,40	R\$309,68	R\$315,96	R\$292,56	R\$280,41	R\$260,82
Grupo 3 – Outras Despesas Correntes (Custeios)							
Elemento de Despesa	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017
39 – Outros serviços (serviços de terceiros)	29,10	30,90	19,73	22,60	20,04	27,19	27,37
37 – Locação de mão de obra	18,77	29,73	11,67	20,94	13,29	18,46	15,30
46 – Auxílio alimentação	12,10	9,25	9,46	9,43	9,06	8,72	8,68
Demais elementos	17,11	35,89	10,46	17,59	10,37	25,42	7,86
Total	R\$77,08	R\$105,77	R\$51,32	R\$70,57	R\$52,77	R\$79,79	R\$59,21
Grupo 4 – Investimentos							
Elemento de Despesa	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017
52 – Equipamentos e Material Permanente	13,18	5,65	7,94	6,17	2,05	7,57	5,75
51 – Obras e instalações	4,97	0,88	2,30	1,71	1,50	4,11	9,53
40 – Serviços de TI e Comunicação - PJ	1,34	2,37	0,03	0,54	0,73	1,19	0,00
Demais elementos	0,25	0,03	0,03	0,01	0,03	0,64	1,11
Total	R\$19,74	R\$8,93	R\$10,30	R\$8,42	R\$4,31	R\$13,51	R\$16,39

GESTÃO DE CUSTOS

A metodologia de apuração de custos adotada pelo TRE-PR tem como ponto central o imóvel como centro de custos. Seu objetivo primordial é adaptar-se às características singulares desta Justiça Especializada, que abrange 164 centros de custos em operação. Além disso, busca estabelecer critérios que proporcionem maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade dos dados apurados, visando construir uma base sólida e confiável. Essa base evidencia os resultados da gestão, desempenhando um papel crucial como suporte à tomada de decisões.

Os trabalhos nesse sentido foram iniciados em 2015, envolvendo a definição dos critérios e o desenvolvimento de um sistema informatizado para a captação e levantamento desses custos. Em 19 de dezembro de 2016 o Tribunal Superior Eleitoral aprovou a Resolução nº 23.504, que trata da implementação da sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral.

O TSE assume a responsabilidade pelo desenvolvimento da metodologia de apuração, bem como pela orientação, apuração e divulgação dos custos anuais da Justiça Eleitoral. O TRE-PR, por sua vez, realiza o levantamento dos dados na Seção de Programação e Controle Orçamentário (SPCO) e os encaminha ao TSE, seguindo a sistemática estabelecida.

Conforme a mencionada Resolução, a Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TSE é encarregada do gerenciamento e consolidação dos dados, baseando-se nas informações fornecidas pelos Tribunais Eleitorais. O levantamento dos custos na Justiça Eleitoral, apurado pelo TSE por meio de seu sistema específico, encontra-se anexado a este relatório.

Principais Metas Não Alcançadas, Desafios e Perspectivas Futuras

Metas Não Alcançadas

As metas relativas ao Índice de Execução Financeira das Despesas Discricionárias, Índice de Execução Financeira das Despesas Discricionárias do Exercício e Restos a Pagar e Índice de Perdas Orçamentárias, respectivamente, estabelecidas para o exercício - Indicadores 29, 30 e 31 do Planejamento Estratégico - não puderam ser alcançadas em virtude dos seguintes fatores:

- As variações significativas nos preços de insumos e serviços impactaram diretamente nas licitações, resultando em valores inferiores aos inicialmente planejados.
- O recebimento de créditos, especialmente no que diz respeito a itens estratégicos como os kits biométricos, ocorreu no final do exercício. Isso comprometeu a execução financeira no período estipulado, impossibilitando o alcance das metas estabelecidas.
- Diversos fatores internos, como a necessidade de reforma e ampliação do edifício sede, demandaram recursos financeiros que inicialmente não estavam previstos no planejamento. Essas ações foram imprescindíveis para o adequado funcionamento da instituição, porém impactaram diretamente nos indicadores mencionados.
- Outros desafios internos, como processos de reestruturação e reorganização administrativa, também contribuíram para desvios nos indicadores.

Desafios:

Aprimorar os processos de gestão orçamentária e financeira.

Otimizar as atuais ferramentas de controle e transparência do orçamento.

Aperfeiçoar o alinhamento entre o planejamento e a execução do orçamento.

Racionalizar o uso dos recursos de forma a dar maior efetividade às despesas discricionárias.

Ações e Perspectivas Futuras:

Implementar modelo de gestão do orçamento e financeiro visando à racionalização do gasto.

Aperfeiçoar o painel de informações sobre a gestão orçamentária, financeira e de custos na intranet e no site da Justiça Eleitoral do Paraná.

Integrar o SIOFI - Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras ao SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira.

GESTÃO DE PESSOAS

Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade com a Constituição Federal e Leis nº 8.112/90 e 11.416/2006, o TRE-PR observa o conjunto de orientações e determinações dos Tribunais Superiores (TSE, STF e STJ), do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Contas da União. Todos os atos de admissão, pensão e aposentadoria foram registrados no e-pessoal (sistema do TCU) dentro do prazo estabelecido de 60 dias. Entre as principais normas internas relativas à gestão de pessoas destacam-se:

- Resolução nº 863/2020, alterada pela Resolução nº 879/2021: dispõe sobre horário de funcionamento e de atendimento ao público, jornada de trabalho e controle de frequência, serviço extraordinário e banco de horas.
- Resolução nº 750/2016, alterada pela Resolução nº 881/2021: regulamenta a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral do Paraná.
- Resolução nº 922/2023: dispõe sobre a concessão de diárias.
- Portaria nº 103/2023: regulamenta o regime de teletrabalho.
- Resolução nº 865/2020: disciplina as avaliações de desempenho durante o estágio probatório e no decorrer do desenvolvimento na carreira dos servidores no âmbito da Justiça Eleitoral do Paraná.
- Resolução nº 923/2023: Dispõe sobre o instituto da substituição no âmbito da Justiça Eleitoral do Paraná.

Mecanismos de controle

- **Informações cadastrais e fichas financeiras dos(a) servidores(a):** desde março de 2018 são disponibilizadas à Secretaria de Fiscalização de Pessoal do TCU, mensalmente, as informações cadastrais e fichas financeiras de todos os servidores e servidoras. Durante o exercício 2023 não foram encontrados indícios pelo TCU.

- **Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos (SGRH):** utilizado para gestão de pessoas e da folha de pagamento. O sistema é periodicamente auditado pela Secretaria de Auditoria Interna e pela própria Seção de Folha de Pagamento que mantém uma planilha paralela para controle e conferência dos dados e utiliza o sistema de dupla checagem dos lançamentos. Todos os lançamentos são realizados com base em processos criados e previamente analisados pelos setores competentes e posteriormente conferidos.

- **Sistema de Gerenciamento de Serviço Extraordinário (GSE):** utilizado desde 2020 para melhor gerir, dar transparência e controle às horas extras realizadas pelos servidores(as) do TRE-PR e utilização de banco de horas. Todo serviço extraordinário deve ser previamente autorizado pela Direção-Geral, com a devida justificativa da necessidade de trabalho.

- **Portal Business Intelligence (BI):** Business Intelligence (BI) é um conceito associado a técnicas de identificação, extração e análise de dados de negócios, baseado em tecnologia da informação. As ferramentas e técnicas de BI são capazes de analisar milhões de dados e realizar medições, o que nem sempre seria possível por

meio de métodos manuais. Elas permitem identificar tendências e padrões de comportamento e fazer projeções mais precisas sobre a performance dos vários setores da instituição, propiciando o aperfeiçoamento de processos operacionais e melhorias nas tomadas de decisão, por meio de um amplo conjunto de indicadores. (<https://bi.tre-pr.jus.br/>)

- **Recadastramento de servidores e servidoras ativos:** é realizado de 2 em 2 anos com objetivo de minimizar os riscos afetos à gestão de pessoas, manter atualizado o cadastro dos seus servidores e servidoras e fiscalizar possíveis irregularidades.

- **Recadastramento de servidores e servidoras inativos:** é realizado anualmente o recadastramento de servidores e servidoras aposentados e pensionistas civis.

- **Processos para reposição de valores:** foram instaurados para reposição de valores recebidos indevidamente por servidores(as), autoridades eleitorais, aposentados(as) e beneficiários(as) de pensão civil, gerando um retorno aos cofres da União conforme informado pela Coordenadoria de Finanças e Contabilidade (tabela abaixo).

- **Transparência e publicidade de seus atos:** as informações sobre a área de gestão de pessoas são publicadas no [site do TRE-PR](#)

Código Recolhimento	Descrição	Valor
18818	Outras Restituições - Folha	R\$ 44.946,23
68801	Dev. Cred.Folha Pagamentos	R\$ 89.787,49
68808	Dev.Salários	R\$ 400,00

- **Abate-teto constitucional:** o TRE-PR já acompanhava o andamento processual no Supremo Tribunal Federal do Recurso Extraordinário nº 602.584/DF e já solicitava aos aposentados(as) e pensionistas, quando do recadastramento, a documentação referente à acumulação. Com o trânsito em julgado da decisão em 26/03/2021, efetuou levantamento geral para identificação dos casos de cumulação acima do teto, antes mesmo de qualquer determinação pelo Tribunal de Contas da União. Em 2023, o TRE-PR continuou mantendo os dados atualizados relativos à acumulação de benefícios dos aposentados(as) e pensionistas deste Regional, inclusive em contato com os demais órgãos externos.

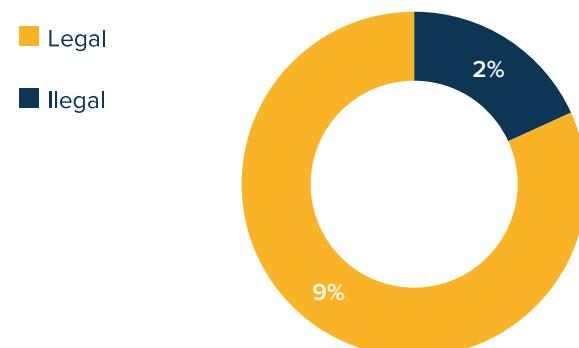
Atendimento às determinações do TCU

Aposentadorias: dos 11 atos de aposentadoria apreciados pelo TCU, 2 foram julgados ilegais (todos em razão da vantagem “Quintos”, aplicação do recente entendimento firmado pelo STF no recurso extraordinário 638.115). Todos os atos considerados ilegais foram regularizados perante o TCU.

Atos de pensão: os 4 atos de pensão apreciados foram considerados legais pelo TCU.

Atos gestor de pessoal: foram devolvidos 4 atos de pessoal para revisão oriundos do TCU em 2023 no mês de dezembro, em razão de inovações no sistema do próprio TCU, que atualmente exige maiores detalhamentos, os quais estão sendo feitos e em breve serão enviados ao órgão de controle.

Aposentadorias – Apreciação pelo TCU



Força de Trabalho

Magistrados(as): tratando-se de órgão da Justiça Eleitoral, não há quadro próprio de juízes e desembargadores. Em 2º Grau a função jurisdicional é exercida por 7 membros, conforme estabelece o art. 120 da Constituição Federal e, em 1º Grau, por 186 juízes(as) de direito, integrantes da Justiça Estadual e do Distrito Federal (art. 32 do Código Eleitoral).

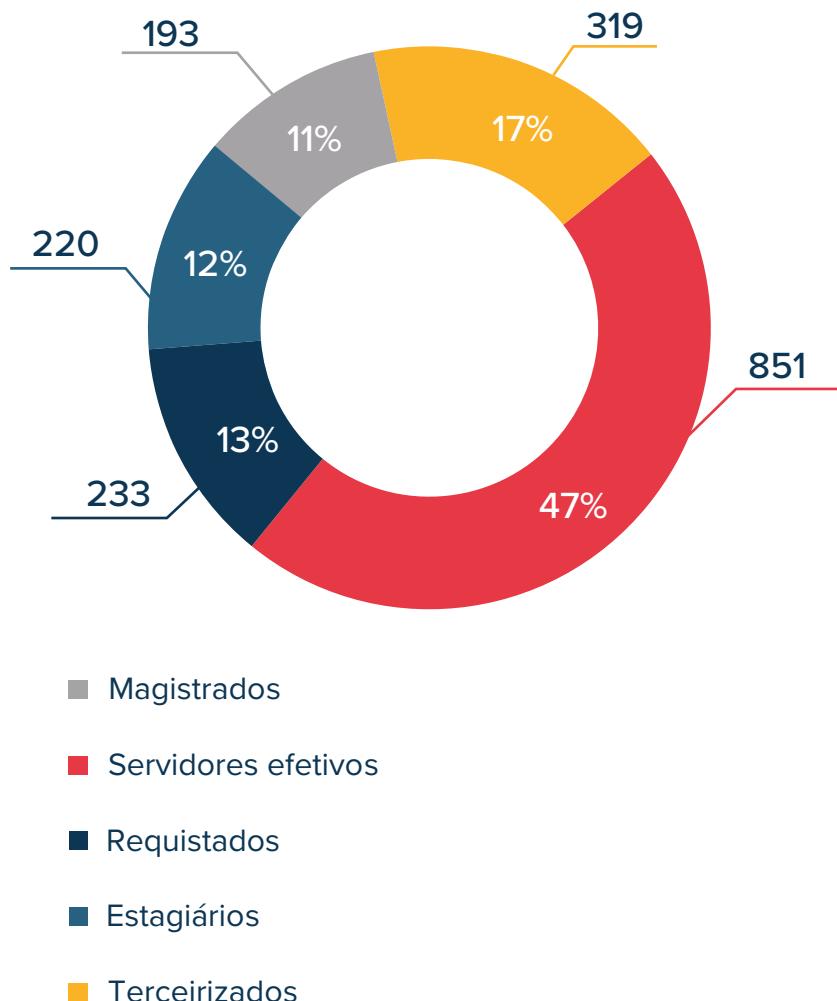
Servidores(as): 851 efetivos (376 analistas e 475 técnicos), destes 07 estão cedidos, 24 removidos para outros Tribunais e 01 em licença para tratamento de assuntos particulares. Ainda contamos com 233 requisitados, 35 servidores removidos para este Tribunal e 3 servidores em exercício provisório neste Tribunal.

Auxiliares: 220 estagiários(as) e 319 terceirizados(as).

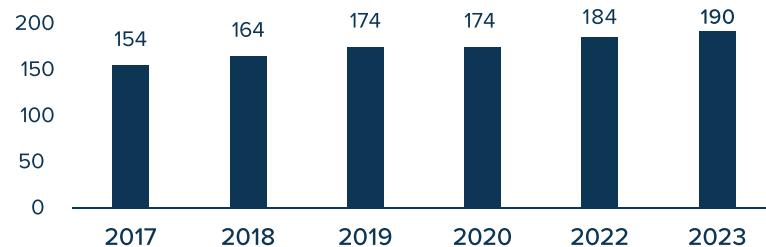
Servidores(as) aposentados(as): 190.

Pensionistas: 53.

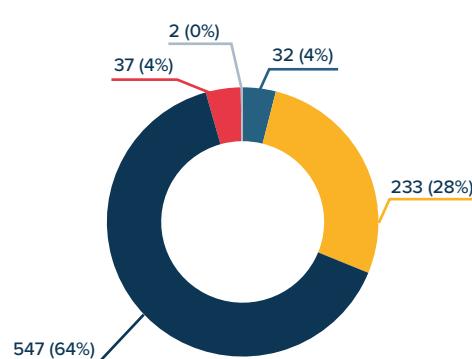
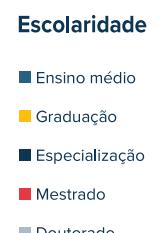
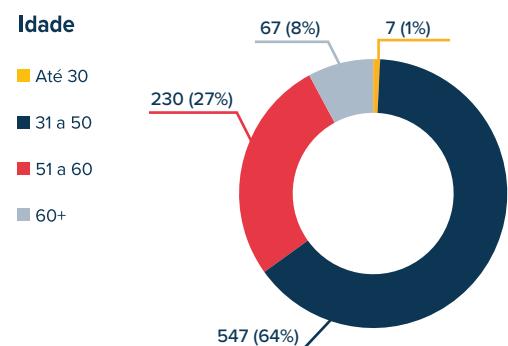
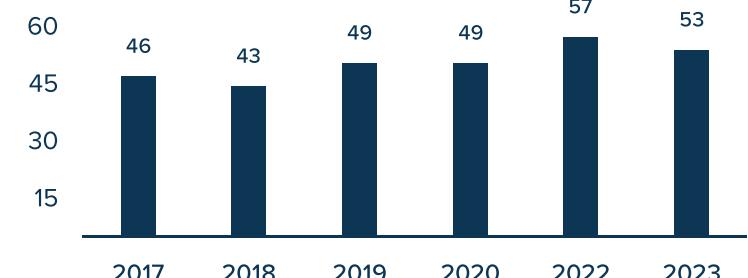
Instituidores(as) de Pensão: 45 (sendo 01 instituidor juiz aposentado)



Aposentados(as) pelo TRE-PR - Acumulado



Pensionistas - Acumulado



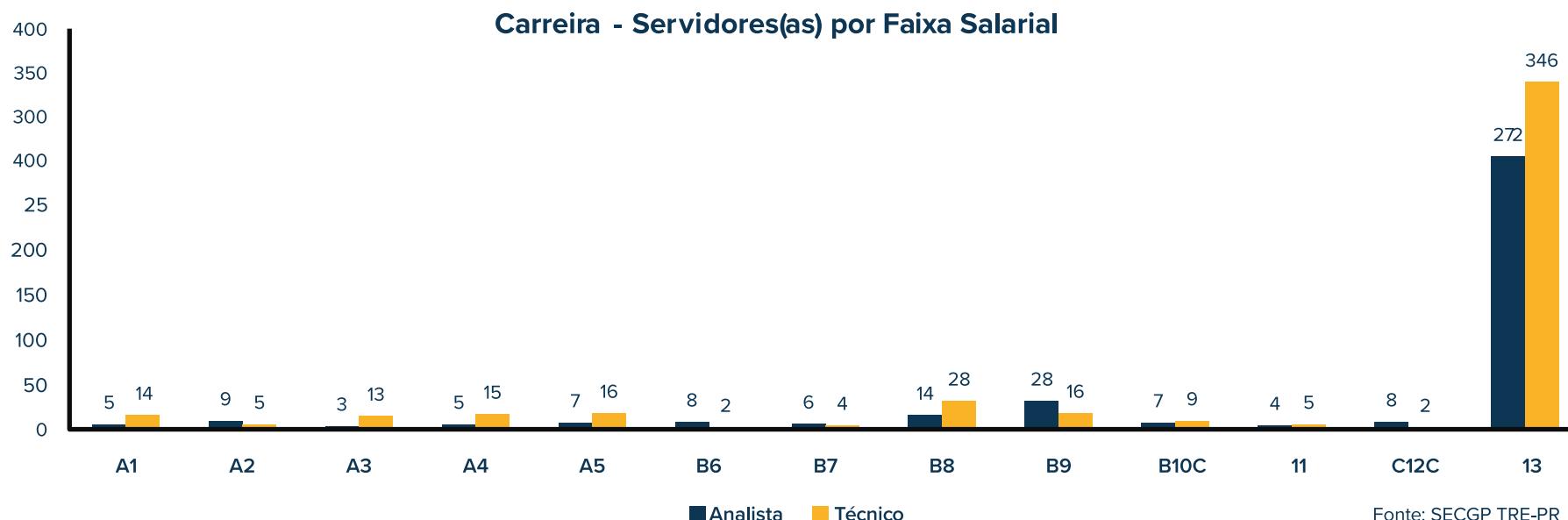
Avaliação da Força de Trabalho – Servidores(as) do Quadro Efetivo

Área de trabalho e unidade de exercício: o TRE-PR disponibiliza no Portal da Transparência a tabela de lotação de pessoal, a qual pode ser acessada [aqui](#). Há identificação da quantidade de servidores(as) que atuam em 1º e 2º graus e, ainda, nas demais unidades de apoio direto e indireto à atividade jurisdicional.

Servidores(as) Efetivos(as) 851 = 436 sexo feminino, 415 sexo masculino; **Idade:** até 30 anos: 7 servidores(as)/de 31 a 50 anos: 547/de 51 a 60 anos: 230 servidores(as)/maiores de 60 anos: 67; **Escolaridade:** 547 especialização/233 graduação/37 mestrado/2 doutorado/32 ensino médio; **Etnia:** 708 branca/12 preta/89 parda/41 amarela/01 indígena.

Distribuição por faixa salarial

Carreira: a carreira do Tribunal prevê 13 padrões de vencimento e três classes (“A”, “B” e “C”). Os(as) servidores(as) ingressam no Tribunal na classe A, padrão 1 e, com a progressão de carreira, podem atingir a classe C, padrão 13. Os vencimentos de cada classe e padrão estão disponíveis no [site do Tribunal](#).



Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

Por meio de concurso público é realizado o recrutamento dos novos servidores e servidoras. No ano de 2023 foram nomeados e entraram em exercício 05 analistas judiciários - área judiciária e 01 analista judiciário - apoio especializado - especialidade análise de sistemas, 14 técnicos judiciários - área administrativa, 01 técnico judiciário - apoio especializado - especialidade operação de computadores e 01 técnico judiciário - apoio especializado - especialidade programação de sistemas.

Os servidores e servidoras nomeados são lotados na sede ou nas Zonas Eleitorais, conforme as vagas em aberto. Tem prioridade na escolha de lotação o servidor ou servidora melhor classificado no concurso público.

O principal critério para mudança de lotação, realizada por meio de concurso interno de remoção, é o tempo de atividade no órgão. Na sede do TRE-PR (secretarias, coordenadorias e seções), as vagas abertas são oferecidas em concurso interno de seleção.

Visando o aperfeiçoamento da gestão de pessoas, o Tribunal promoveu ações de capacitação e ações direcionadas à qualidade de vida dos servidores e servidoras.

Informações 2023

Concursos de remoção: 05

Vagas ofertadas por processo de seleção ou remoção: 37

Mudanças de lotação: 106

Detalhamento da Despesa de Pessoal

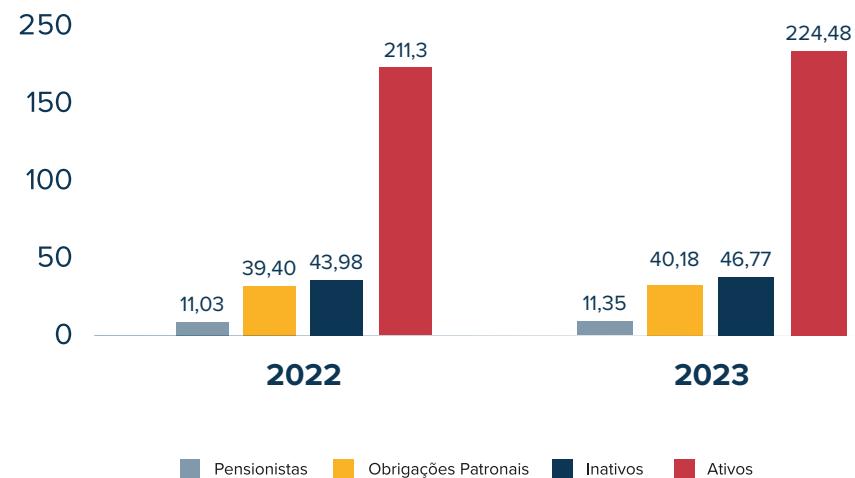
Atendendo às determinações da Resolução CNJ nº 102/2009 são divulgados na página do Tribunal os padrões de vencimento/tabela de remuneração dos(as) servidores(as) ([disponível aqui](#)) o detalhamento da folha de pagamento de pessoal ([disponível aqui](#)).

Os valores dos cargos em comissão e funções comissionadas estão previstos na Lei nº 13.317/2016 e são divulgados na [página do Tribunal](#). Em 2023, dos 63 cargos em comissão, 03 deles foram ocupados por servidores(as) sem vínculo com a Administração.

FC	Servidores	Total
FC-6	256 (servidores do PR) + 6 removidos	262
FC-5	15 servidores do PR + 2 removidos	17
FC-4	Total 12 servidores do PR	12
FC-3	13 servidores do PR + 1 removido	14
FC-2	14 servidores do PR + 1 removido + 1 outra carreira do Judiciário	16
FC-1	210 servidores do PR + 11 removidos + 14 requisitados + 8 vagos	243

A despesa com os ativos teve um acréscimo, considerando o reajuste da remuneração ocorrido em fevereiro de 2023. Houve aumento no pagamento de aposentadorias, considerando um aumento na quantidade de concessões iniciais, principalmente pela regra de integralidade, bem como decisões judiciais revertendo a decisão do TCU quanto à retirada da parcela opção dos proventos de aposentadoria. Ocorreu um pequeno aumento no pagamento de pensões, em razão do falecimento de servidores(as) ativos(as) e aposentados(as), bem como de reajuste anual concedido de acordo com os índices do Regime Geral e reajuste da remuneração dos(as) pensionistas que seguem a paridade.

Detalhamento de despesas de pessoal (em milhões)



	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Pensionistas	R\$ 9.424.806,90	R\$ 9.987.522,05	R\$ 9.841.881,17	R\$ 10.156.734,44	R\$ 9.853.448,74	R\$ 10.461.986,79	R\$ 11.032.630,63	R\$ 11.350.547,79
Obrigações Patronais	R\$ 25.284.164,93	R\$ 27.955.322,79	R\$ 29.632.699,15	R\$ 32.041.859,97	R\$ 38.823.667,62	R\$ 39.797.478,02	R\$ 39.396.728,80	R\$ 40.180.429,43
Inativos	R\$ 29.332.032,10	R\$ 34.083.660,96	R\$ 38.619.731,18	R\$ 42.643.085,78	R\$ 43.182.540,03	R\$ 42.545.221,88	R\$ 43.976.642,38	R\$ 46.768.122,27
Ativos	R\$ 162.904.988,23	R\$ 180.852.489,38	R\$ 186.043.026,50	R\$ 203.971.423,08	R\$ 208.398.427,13	R\$ 212.809.710,67	R\$ 211.306.538,14	R\$ 224.475.325,50
Total	R\$ 235.577.564,86	R\$ 253.122.229,41	R\$ 280.060.555,76	R\$ 292.033.197,53	R\$ 313.494.031,51	R\$ 307.114.463,96	R\$ 320.478.843,63	R\$ 322.774.424,99

Estratégias: desempenho e valorização

Os servidores e servidoras do Tribunal que estão em progressão na carreira são anualmente submetidos à avaliação de desempenho e aqueles que já estão no final de carreira (classe C, padrão 13) são avaliados bianualmente. As avaliações são realizadas mediante questionários preenchidos pelo próprio servidor ou servidora e pela chefia imediata.

Os critérios para avaliação estão previstos na Resolução TRE-PR nº 865/2020. Para avançar na carreira o(a) servidor(a) precisa ter avaliação satisfatória no desempenho, igual ou superior a 70%.

A partir da avaliação, o(a) servidor(a) recebe um feedback sobre seu desempenho, são identificadas as habilidades, as necessidades de aperfeiçoamento e estabelecidas metas individuais. Com o objetivo de apoiar o desenvolvimento do(a) servidor(a), é elaborado o Plano de Desenvolvimento Individual – PDI, que é minuciosamente analisado pela Seção de Desenvolvimento e Estágios e encaminhado para a EJE para elaboração do Plano Anual de Capacitação (PAC).

Visando a qualidade de vida e de trabalho dos servidores e servidoras, o TRE-PR mantém o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT), que possui como pilares a promoção da saúde, a prevenção de doenças e o autodesenvolvimento. O programa sis-

tematiza as principais ações de qualidade de vida da instituição, separadas em quatro dimensões: física, emocional, social e espiritual.

Em 2023 tiveram destaque: a adequação da oferta do teletrabalho aos servidores(as) da sede no limite de até 30%, conforme determinado por Resolução do CNJ; a realização de palestras para prevenção de doenças físicas e mentais; realização de diversos encontros online com o grupo de conversas para apoio mútuo e discussão de temas relacionados ao comportamento humano; a realização de webinares pela Unimed e publicações de matérias na intranet.

Entre as atividades realizadas em 2023, podemos destacar algumas:

- Tratamento psiquiátrico oferecido pelo plano de saúde Unimed (consultas e internação);
- Campanha sobre saúde emocional – matérias divulgadas na intranet;
- Campanha de matérias sobre teletrabalho, inteligência emocional, assédio, entre outras;
- Programas de reconhecimento nos casos de aposentadoria e homenagem ao servidor(a) que aposenta;
- Fale Conosco – SECOP: canal de comunicação direto/restrito/exclusivo com a Secretaria de Gestão de Pessoas;
- Pesquisa de clima organizacional;
- Ginástica laboral: contrato em execução com aulas segundas, quartas e sextas;

- Café cultural “Pessoa com Deficiência e Política - Vamos conversar?”
- Ecoponto: coleta de materiais recicláveis;
- Projeto Voz Amiga: disponibilização de cadastro de servidores(as) disponíveis para conversar com outros servidores e servidoras que desejem este contato e aproximação;
- Grupo de conversa de saúde emocional: troca de experiências entre servidores e servidoras no grupo de conversa com psicólogas convidadas ou moderadores voluntários;
- Curso de linguagem simples;
- Curso de prevenção aos assédios;
- Curso gestão de pessoas na Justiça Eleitoral;
- Palestra sobre investimentos financeiros;
- Palestra “AUTISMO o que precisamos saber sobre o TEA - Tornoo do Espectro Autista”.

Em 2023 teve início a implantação do Sistema DESENVOLVE, que automatizou o envio e o recebimento das avaliações de desempenho dos(as) servidores(as)

Principais desafios e perspectivas futuras

Principais desafios

- Consolidar e aprimorar a cultura do trabalho híbrido.
- Implantar plano de sucessão de carreiras e de continuidade do negócio.
- Aprimoramento das etapas do e-social.
- Manutenção do quantitativo ideal de servidores(as) nos cartórios do interior.
- Implementar programa de integração dos novos servidores e servidoras.
- Contratação de nova operadora do plano de saúde dos servidores e servidoras.

Ações e perspectivas futuras

- Realização de ações para preservação da saúde dos servidores e servidoras.
- Continuidade do projeto de qualidade de vida no trabalho.
- Continuidade e aprimoramento dos controles e sistemas informatizados para melhoria da frequência, de gestão de banco de horas e serviço extraordinário.

Implantação de sistemas informatizados para facilitar a visualização de discrepâncias e facilitar a tomada de decisões estratégicas.

Consolidação do processo de perícias para estabelecimento dos graus de deficiências.

Aprimoramento do sistema “Desenvolve” para avaliação de desempenho.

Aprimoramento do sistema de gestão de estagiários(as).

Apoio aos projetos de sustentabilidade e acessibilidade.

Ações de apoio aos pais e mães de filhos e filhas com deficiência.

Ações de apoio aos servidores e servidoras com deficiência.

Consolidação da substituição remota dos servidores e servidoras dos cartórios do interior.

Redução da burocracia nos trâmites internos.

Aprimoramento dos controles por meio do Portal Business Intelligence (BI).

Capacitações

A EJE/PR, em seu Eixo Capacitação, é responsável por promover o Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento, previsto na Resolução TSE nº 22.572/2007, com o propósito de servir de referência às ações de educação corporativa com vistas à formação, à atualização e ao aperfeiçoamento contínuo das servidoras e dos servidores da Justiça Eleitoral do Paraná.

O objetivo do Programa é proporcionar o aperfeiçoamento das competências técnicas e comportamentais dos servidores e servidoras deste Tribunal e, consequentemente, o alcance das metas institucionais, a melhoria dos processos e do clima organizacional, elevando o índice da qualidade nos resultados apresentados ao público interno e externo.

Com a finalidade de estruturar a política de capacitação do TRE-PR, a Escola Judiciária Eleitoral divide as ações de capacitação em duas modalidades:

- Plano Anual de Capacitação (PAC)**

O Plano Anual de Capacitação do TRE-PR (PAC) é uma ferramenta do Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento dos servidores e servidoras da Justiça Eleitoral, tendo o propósito de elencar as ações de capacitação que, de forma colaborativa, em

conjunto com às áreas interessadas, serão promovidas, patrocinadas e acompanhadas pela Escola Judiciária Eleitoral do Paraná (EJE-PR), durante o período de um ano.

Para o Plano Anual de Capacitação 2023 foram elencados 29 temas para ações de capacitação com impacto direto nas atividades de uma grande parcela das servidoras e dos servidores do Tribunal ou com repercussão estratégica. Ao longo do ano, em cumprimento ao PAC 2023, foram realizadas ações em parceria com diversas Unidades do Tribunal, destacando-se: curso O Oficial de Justiça AD HOC na Justiça Eleitoral, realizado em parceria com a Secretaria da Corregedoria, Live e curso à Distância Introdução ao Letramento Racial, de iniciativa da Escola Judiciária, curso Aspectos Contratuais segundo a Lei 14.133/2021, realizado em parceria com a Secretaria de Administração e curso Gestão de Pessoas na Justiça Eleitoral, realizado em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas.

- Ações de Capacitação de Interesse Específico**

Conjunto de ações de capacitação de interesse específico da área demandante, cuja autorização depende do gestor da área e de orçamento específico para execução. A solicitação de ações específicas que não integram o PAC 2023 é de iniciativa do(s) próprio(s) servidor(es) e servidoras interessado(s), devendo o pedido ser

previamente aprovado pelo Gestor da Unidade. A contratação dessas ações é intermediada pela Escola Judiciária Eleitoral.

Procurando aprimorar a qualidade técnica do trabalho, buscando mais eficiência nas entregas e estimulando o aperfeiçoamento contínuo, no ano de 2023, dentre ações do PAC e ações de interesse específico, foram organizadas/contratadas 84 ações de capacitação, com 944 servidores(as) e colaboradores(as) capacitados.

Houve também o pagamento de 10 bolsas de estudo para graduação; 11 bolsas para pós-graduação lato sensu, sendo 10 bolsas para servidores(as) e 1 bolsa para Membro da Corte; e 2 bolsas para pós-graduação stricto sensu, sendo 1 para mestrado e 1 para doutorado. No total, foram custeadas 23 bolsas de estudo pelo Tribunal.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conformidade Legal

As aquisições e contratações do TRE-PR são regidas por uma série de normas legais, que devem ser observadas pelas unidades envolvidas nessas atividades. Entre essas normas, destacam-se os seguintes atos: as Leis federais nº 14.133/21 e 14.770/23, que tratam das licitações e contratos administrativos; os decretos federais nº 93.872/86, 10.922/21, 11.246/22, 11.461/23, 11.430/23, 11.462/23 e 11.878/24, que regulamentam aspectos orçamentários, financeiros e operacionais dessas matérias; as resoluções do CNJ nº 307/19 e 347/2020, que estabelecem diretrizes e parâmetros para o planejamento, a governança e a gestão de contratações no Poder Judiciário; as resoluções do TSE nº 23.702/22 e do TRE/PR nº 807/18, 805/18, 874/21, 876/21, 902/22 e 903/22, que disciplinam procedimentos e rotinas específicas para as licitações e contratos eleitorais; a ordem de serviço do TRE/PR nº 02/2022, que define as competências e atribuições das unidades administrativas do Tribunal nessa área; as instruções normativas da Diretoria-Geral do TRE/PR nº 05/2020 e da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia nº 58/21, 65/21, 67/21, 72/21, 116/21, 73/22, 81/22, 96/22, 02/23 e 12/23, que orientam sobre aspectos técnicos e práticos das aquisições e contratações; a portaria normativa do Ministério da Fazenda nº 1.344/23, que fixa os limites e

as condições para a realização de despesas com terceirização de mão de obra, e portaria do TSE nº 942/2022 que incluiu o TRE-PR na participação dos subcomitês de implantação da Nova Lei e na elaboração de alguns normativos exigidos para aplicação imediata da legislação vigente.

É importante ressaltar que o TRE-PR já vinha se preparando para adotar integralmente a nova lei de licitações (Lei nº 14.133/2021), cuja aplicação obrigatória se iniciou em 01/04/2023, trazendo mudanças significativas nas regras e nos modelos de contratação pública. Essa preparação refletiu pioneirismo e superação de desafios na busca pelo aprimoramento da gestão administrativa.

Mecanismos de controle e prevenção de irregularidades

Em paralelo à implantação da Lei nº 14.133/2021, a Secretaria de Administração do TRE-PR também atua para aprimorar os instrumentos de governança das contratações conforme as diretrizes dadas pela Resolução CNJ nº 347/2020 e as notas técnicas emitidas pelo Tribunal Superior Eleitoral por meio da portaria nº 390/2021.

Além disso, o Tribunal está em busca constante de uniformização da instrução dos processos de contratação, com o intuito de celeridade dos trabalhos e diminuição de riscos que possam comprometer as contratações pretendidas, reduzindo os erros, com ganhos

de eficiência e segurança aos procedimentos licitatórios. É feito um esforço hercúleo para que as unidades demandantes absorvam a cultura do bom planejamento, que é essencial ao sucesso da contratação e da sua execução

Contratações e Gastos

O Plano Anual das Contratações de 2023 está disponível [aqui](#):

Em 2023, foram realizados diversos procedimentos de contratação, sendo:

- **Dispensa de Licitação:** 62
- **Inexigibilidade de Licitação:** 74
- **Pregão Eletrônico:** 59
- **TRE-PR como órgão partípice:** 4 licitações
- **Instrumentos Contratuais vigentes:** 174
- **Contratos emitidos:** 79
- **Acordos de Cooperação Técnica com outros órgãos:** 26
- **Atas de Registro de Preços firmadas pelo TRE/PR decorrentes de licitações próprias:** 13
- **Adesões a Atas de Registro de Preços de outros órgãos:** 4
- **Aplicação de penalidades:** 21

Inexigibilidade



Fonte: Painel BI SOFC

Dispensa de Licitação



Fonte: Painel BI SOFC

Principais Contratações - Pregão



Fonte: Painel BI SOFC

Principais Contratações Precedidas de Licitação

Em 2023, as principais contratações precedidas de licitação foram destinadas à manutenção e conservação dos imóveis do interior e capital, bem como o planejamento para as eleições de 2024, como transporte de urnas e serviços terceirizados. Assim, foram licitadas, por Registro de Preços, aquisição de desktops, contratação de solução Cyberark – licenças de cofre de senha. Além disso, destacamos as seguintes contratações:

Limpeza, Copeiragem, Jardinagem, Carregadores e Recepcionistas

Finalidade: manutenção e conservação dos imóveis, preservando a sua utilização de forma salubre e higiênica pelos públicos interno e externo, dando ênfase à política de sustentabilidade nos aspectos à execução do objeto, em consonância com as metas previstas para o Tribunal

Contrato: 79/2023

Objetivo Estratégico: aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

Modalidade de licitação: Pregão eletrônico nº 02/2023

Principais serviços contratados: prestação de serviços de limpeza e conservação, copeiragem, manutenção de áreas verdes e serviços de apoio (carregadores e recepcionistas), incluindo o fornecimento de materiais e equipamentos, mediante alocação e gestão de postos de trabalho

Valor total estimado: R\$ 10.677.033,11

Valor total homologado: R\$ 8.199.799,84

Contratada: VALLE COMERCIAL LTDA - ME

Veiculação de Publicidade Legal

Finalidade: Exigência de publicidade dos editais de licitação em jornal diário de grande circulação, conforme disposto no art. 54 da Lei nº 14.133/2021

Contrato: 10/2023

Objetivo Estratégico: fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade e aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico nº 10/2023

Principais serviços contratados: serviços de veiculação de publicidade legal, em meio digital (com versão impressa opcional) dos atos emanados deste Tribunal.

Valor Total estimado: R\$ 75.705,00

Valor Total homologado: R\$ 6.480,00

Contratada: INCO - Editora Diário Indústria e Comércio Ltda

Reforma no Restaurante do Prédio Anexo

Finalidade: intervenção urgente para a recuperação dos elementos estruturais existentes e para possibilitar a ampliação prevista no PAD 26968/2022.

Contrato: 54/2023

Objetivo Estratégico: aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico nº 45/2023

Principais serviços contratados: serviços comuns de engenharia para realizar reformas, adaptações, instalações, e manutenções para execução de reforço da estrutura e reforma no restaurante do prédio anexo da sede do TRE/PR

Valor total estimado: R\$ 2.496.166,74

Valor total homologado: R\$ 2.229.000,00

Contratada: PROTEGE CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

Ampliação Dos Gabinetes

Finalidade: melhor aproveitar o espaço da construção já existente, ampliando os espaços, com a construção de novas salas, ampliando a edificação na área técnica do terraço ao lado dos Gabinetes da Corte. Aumentar e otimizar a capacidade de acomodação dos servidores e colaboradores que apoiam as unidades, e, no caso da ampliação dos gabinetes da Corte, atender à solicitação de instalação de maior número de sanitários para comportar de maneira satisfatória o número de ocupantes do pavimento

Contrato: 36/2023

Objetivo Estratégico: aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 28/2023

Principais Serviços contratados: ampliação e reorganização dos gabinetes da Corte no Prédio Sede do TRE/PR

Valor Total estimado: R\$ 2.262.840,99

Valor Total homologado: R\$ 2.251.526,78

Contratada: HOPE CONSTRUTORA LTDA

Manutenção Predial - Capital e Interior

Finalidade: manter a estrutura e infraestrutura dos edifícios próprios locados e/ou cedidos, administrados pelo TRE/PR em perfeitas condições de uso e proporcionar aos eleitores e servidores um local com condições adequadas e indispensáveis para a realização das atividades que compõem a missão do TRE/PR

Contrato: 74/2023

Objetivo Estratégico: aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico nº 47/2023

Principais serviços contratados: serviços de manutenções prediais, preventivas e corretivas, nos prédios de propriedade do TRE/PR, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra

Valor total estimado: R\$ 4.607.977,12

Valor total homologado: R\$ 4.039.988,49

Contratada: PGE - PROJETOS, GERENCIAMENTO, E EMPREENDIMENTOS LTDA

Aquisição de 400 Impressoras a Laser

Finalidade: Renovar parcialmente o parque de impressoras multifuncionais dos Cartórios da Região Metropolitana e do interior, que não serão contemplados pelo projeto de outsourcing de impressão que está em andamento. Visa, principalmente, o retorno do cadastramento biométrico iniciado no segundo semestre de 2023 e as eleições do próximo ano, proporcionando um melhor serviço de impressão e digitalização. As impressoras multifuncionais que compõem o parque de equipamentos de impressão do TRE/PR encontram-se em vias de obsolescência, contabilizando, em média, mais de 8 anos de efetiva utilização

Contrato: Ata de Registro de Preços nº 13/2023

Objetivo Estratégico: aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico nº 46/2023

Principais serviços contratados: Aquisição de 400 impressoras monocromáticas a laser/led multifuncionais para uso nos cartórios eleitorais da região metropolitana e do interior do TRE/PR

Valor total estimado: Preço unitário de R\$ 6.638,14

Valor total homologado: Preço unitário de R\$ 3.060,00

Contratada: REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA

Compras compartilhadas

Em 2023, o TRE-PR atuou em 4 licitações como partícipe e formalizou 4 adesões. Destacamos os principais processos:

Ativo de TIC para Segurança Cibernética

Órgão Gerenciador: Tribunal Regional de Pernambuco

Ano da abertura da licitação: 2022

Ano da contratação pelo TRE-PR: 2023

Pregão Eletrônico: 73/2022

Finalidade: Aumentar a segurança de protocolos de comunicação de rede em todo Estado do Paraná.

Objetivos Estratégicos: Fortalecimento da Estratégia Nacional de Tic e de Segurança de Informação

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico.

Principais serviços contratados: Firewall de protocolo de rede e gerenciamento de relatório

Valor total contratado: R\$ 842.191,24

Contratada: OI S/A

Solução Integrada de colaboração e comunicação corporativa

Órgão Gerenciador: Ministério da Economia

Ano da abertura da licitação: 2022

Ano da contratação pelo TRE-PR: 2023

Pregão Eletrônico: 25/2022

Finalidade: Aumento de suíte de escritório para abranger licenças em períodos eleitorais

Objetivos Estratégicos: Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional. Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico

Principais Serviços contratados: Google Workspace Standard

Valor total contratado: R\$ 749.520,00

Contratada: IPNET SERVIÇOS EM NUVEM E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA

Serviços de manutenção predial - Pintura

Órgão Gerenciador: TRE-PR

Ano da abertura da licitação: 2023

Ano da contratação pelo TRE-PR: 2023

Pregão Eletrônico: 43/2023

Finalidade: Manter a valorização do patrimônio público.

Objetivos Estratégicos: Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico – Registro de Preços

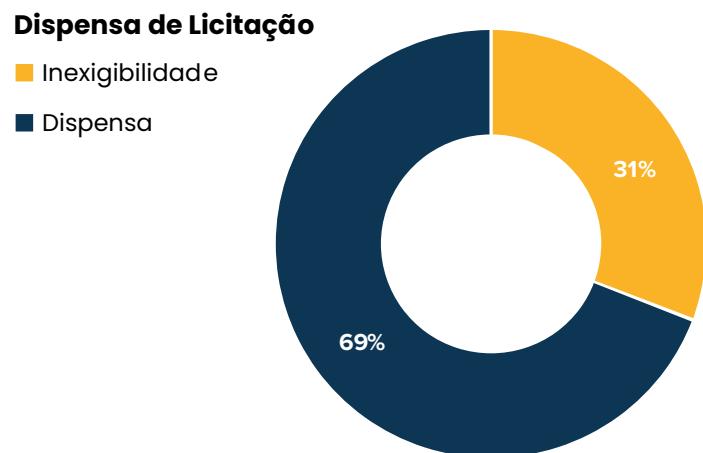
Principais serviços contratados: Serviços comuns de engenharia

Valor total contratado: R\$ 3.427,084,66

Contratada: KAVA PINTURAS EM GERAL LTDA

Contratações Diretas

Em contraste com os anos anteriores, em 2023 as contratações diretas foram fundamentadas pela Lei nº 14.133/2021. Nessa esteira, as hipóteses de dispensa de licitação são pautadas no artigo 75, incisos I, II, III “a”, VIII e IX. Já as hipóteses de inexigibilidade de licitação são fundamentadas no artigo 74 incisos I, III “c”, III “f” e V. A quantidade total de contratações nas hipóteses mencionadas está representada no gráfico abaixo:



Fonte: Painel BI SOFC

Dispensa de Licitação - Principais Contratações	
Por valor, no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores	R\$ 202.168,55
Por valor, no caso de outros serviços e compras	R\$ 560.757,63
Licitação deserta	R\$ 141.700,30
Nos casos de emergência ou de calamidade pública	R\$ 2.014.730,28
Aquisição de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade da Administração Pública	R\$ 3.000.000,00

*Dados conforme fundamento legal

Inexigibilidade - Principais Contratações (cf. fundamento legal)	
Aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo	R\$ 1.790.427,61
Contratação de serviços técnicos	R\$ 91.316,00
Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal	R\$ 771.359,84

*Dados conforme fundamento legal

Desafios atingidos, Status das Metas, Ações e Perspectivas Futuras

Desafios Atingidos

Iniciou-se já em 1º de janeiro de 2023 a contratação por dispensa e inexigibilidade de licitação em todos os processos, e os pregões eletrônicos a partir de 1º de março, adotando a nova lei em sua totalidade no que se refere às modalidades de licitação.

Foram elaboradas as novas modelagens de processos pela NLLC, que foram publicadas internamente na WIKI bem como no site transparência do TRE-PR em ícone separado de Governança e Gestão de Contratações, englobando todos os artefatos de contratações, dando maior visibilidade e com fácil acesso.

- Elaborado Plano de Gestão já cumprindo todos os indicadores da Resolução CNJ nº 347/2020;
- Elaborada minuta da resolução de sanções administrativas junto ao Grupo de Trabalho de Sanções do TSE/Regionais;
- Adoção de fluxos processuais parametrizados, por tipo de contratação;
- Implantada gestão integrada de serviços, por meio da contratação nº 79/2023 visando em uma única contratação os serviços de administração predial na Capital, todos os serviços de limpeza, copa, jardinagem, carregadores e recepcionistas, reduzindo o número de licitações e contratos relacionados, como também já adotado no interior em alguns polos essa mesma modelagem de contratação visando maior otimização de serviços;
- Na Governança das Contratações, seguiu-se com a normatização por procedimentos, adaptando à Nova Lei de Licitações e Contratos, bem como às Instruções Normativas e/ou resoluções do CNJ, resultando na minuta de normativo de segregação de funções, incremento no Plano de Contratações Anual - PCA e o monitoramento dos controles dos prazos por intermédio do CAC - Cronograma Anual de Contratações;
- Aprofundamento e revisão do mapeamento da gestão de riscos dos processos de contratações;
- Elaboração de plano de desenvolvimento àqueles que atuam nos processos de contratações, contemplando aspectos técnicos e gerenciais desejáveis ao bom desempenho de suas funções;
- Desenvolvimento de maior comunicação entre as unidades por meio da utilização da ferramenta Wiki;
- Novos modelos de DFD, ETP e TR nos moldes da NLLC.

Status das Metas Estabelecidas em 2023

Metas Estabelecidas para 2023	Foi atingida?	Observação
Ampliar a regulamentação da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), especialmente quanto a temas como dosimetria das sanções; designação de gestores e fiscais; gestão por competência; segregação de função.	Sim	Elaborada minuta da resolução de sanções administrativas junto ao Grupo de Trabalho de Sanções do TSE/Regionais.
Publicação do Guia Prático de Sanções Administrativas.	Não	Aguardando a publicação da Resolução de sanções administrativas pelo TSE.
Estudo, análise ou plano de ação de monitoramento de um dos maiores riscos dentro da área de contratações: “inérgia ou atraso no planejamento das contratações”.	Sim	Incremento no Plano de Contratações Anual - PCA e o monitoramento dos controles dos prazos mediante o CAC - Cronograma Anual de Contratações.
Realizar pesquisa de satisfação do usuário referente aos materiais de consumo/permanente encaminhados para utilização.	Sim	A pesquisa de satisfação referente aos bens de consumo/permanente foi realizada com base nas informações constantes no Relatório Anual de Correição, pautado nas visitas aos fóruns eleitorais do interior. No relatório mencionado, constam diversas informações sobre a estrutura mobiliária e de materiais de consumo, as quais servem de base para aprimoramentos que facilitem a realização dos trabalhos, bem como esclarecimentos aos demandantes sobre materiais e bens.
Publicação dos entendimentos administrativos sobre Pesquisa de Preços.	Sim	Foi efetuado documento procedural por meio de Entendimentos Administrativos publicado na página da Wiki da SECAD.
Apresentar estudo e plano de ação para compras compartilhadas.	Sim	Foi efetuado um GT-TSE/Regionais, inclusive do TRE-PR, do qual derivou minuta de normativo que está sob avaliação.

Ações e Perspectivas Futuras

Desafio, Ação e Perspectiva Futura	
1	Implementação de tecnologias avançadas para agilizar processos de contratação e gestão de documentos.
2	Ampliar modelos de padronização de processos e documentos que assegurem o cumprimento da nova lei
3	Construir processos pilotos com os checklists para garantir os adequados fluxos processuais parametrizados por tipo de contratação.
4	Ampliar a trilha de aprendizagem àqueles que atuam nos processos de contratações, contemplando, além dos aspectos técnicos e gerenciais, os comportamentais desejáveis ao bom desempenho das suas funções.
5	Implantar nos editais de licitação o percentual mínimo de mão-de-obra por mulheres vítimas de violência doméstica e oriundos ou egressos do sistema prisional (art. 25 §9º da Lei nº 14.133/2021).
6	Revisar e atualizar o manual de conduta ética da área de contratações, ampliando a abrangência.

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Conformidade Legal

Na execução da infraestrutura são observados pelo TRE-PR os princípios e regras norteadores da Administração Pública, em especial: Instrução Normativa MPOG nº 01/2010 e nº 04/2014; Norma Técnica nº 01/2014 da Política da TI do TRE-PR; NBR 9050:2020 (acessibilidade); Resolução TSE nº 23.474/2016; Instrução Normativa nº 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Resoluções TRE-PR nº 654/93, nº 756/2017; nº 766/17, nº 790/2017, nº 807/2018, nº 815/2018 , nº 862/2020 e nº 878/2021; Instruções Normativas TRE-PR nº 01/2017, nº 03/2020 e nº 05/2020 e Resolução CNJ nº 435/2021.

Entre as principais medidas para controle e prevenção de falhas e irregularidades destacam-se:

Atualização das Certidões de Licenciamento do Corpo de Bombeiros para o Fórum Eleitoral de Curitiba e Prédio Sede do TRE/PR; Regularização do Fórum Eleitoral de Curitiba - CVCO e averbação no Registro de Imóveis de Curitiba.

Infraestrutura Predial: as demandas de manutenção e conservação de cada unidade da Justiça Eleitoral do Paraná são realizadas de acordo com o planejamento da Secretaria de Administração

e da Coordenadoria de Infraestrutura Predial. Para manutenções rotineiras e de menor impacto, o atendimento às solicitações efetuadas por meio de sistema é realizado prontamente. Cabe asseverar que no ano de 2023 o sistema de chamados foi substituído pelo Cherwell, otimizando os atendimentos. Já as solicitações que causam maior intervenção de serviços de engenharia são atendidas por meio de Plano de Reformas e Serviços, aplicando-se metodologia de priorização, conforme pesos atribuídos aos diversos aspectos: técnicos, legais e objetivos estratégicos.

Contratações 2023: Obras de reformas e acessibilidade nos Fóruns Eleitorais de Piraquara, Ibirapuã, Bandeirantes, Mandaguaçu, Santa Fé, Cruzeiro do Oeste e Santa Isabel do Ivaí; emergenciais em Sarandi, Colombo, Antonina e Porecatu. Foram executadas na sede as obras da Pele de Vidro da Corregedoria, execução da ampliação dos Gabinetes e início da reforma do Restaurante, e execução de linhas de vida em Maringá, Iporã, Umuarama, Peabiru, Terra Boa, Pérola, Ubiratã, Iretama, Mamborê, Pitanga, Rolândia e São João do Ivaí.

Parque Imobiliário

O parque imobiliário utilizado pelo TRE-PR é composto por 160 imóveis em uso pelo Tribunal, pertencentes ao patrimônio imobiliário da União. Os imóveis se encontram assim distribuídos:

Capital: 5 imóveis, sendo 1 sede administrativa do TRE-PR, 1 Fórum Eleitoral, 2 depósitos e 1 anexo (estacionamento).

Interior do Estado: 155 imóveis, sendo 153- Fóruns Eleitorais; 1- Usina fotovoltaica do TRE-PR; 1- Terreno para a construção do Fórum de Paiçandu.

Foram mantidos convênios com o TJ-PR para cessão de 4 imóveis onde estão alocadas as Zonas Eleitorais de Congonhinhas – 99^a ZE, Nova Fátima – 108^a ZE, Primeiro de Maio – 104^a ZE e Xambrê – 117^a ZE.

A relação completa dos imóveis pode ser acessada [aqui](#).

Em 2023 foram averbados, unificados e/ou realizada a transferência de titularidade de posse de imóveis, conforme abaixo:

- Averbados: 9 unidades

- Unificados e Averbados: 5 unidades
- Unificado: 1 unidade
- Transferência de Titularidade para União: 4 unidades

Até o final de 2023 foram averbados 129 imóveis, o que representa 80,62% dos imóveis em uso pelo Tribunal.

Para atendimento das normativas referentes aos imóveis, foi realizada a contratação de empresa para serviços de “avaliação do valor de mercado dos imóveis” em uso pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. A atualização dos valores permitirá a correta quantificação do valor do parque imobiliário.

Administração Predial

Ao longo dos anos vêm sendo realizados estudos para otimizar a forma de contratação de serviços terceirizados, de modo a promover maior agilidade e eficiência nas contratações.

Tal medida visa otimizar e reduzir os esforços administrativos para a gestão contratual de muitos contratos, o que gerava impacto negativo na apresentação dos imóveis em uso pelo Tribunal.

Em 2023 foi realizada a contratação unificada dos serviços de limpeza, copeiragem, recepcionistas, carregadores e jardinagem para a capital.

A instituição já conta com contratações centralizadas de serviços de limpeza, jardinagem, limpeza em altura e copeiragem para atender aos polos 1 e 3.

Encontram-se tramitando os processos para contratação unificada para os polos 4 e 5.

Em alinhamento com os princípios da sustentabilidade, o Tribunal possui contêineres para separação do lixo reciclável, sendo a separação seletiva realizada pelas funcionárias terceirizadas.

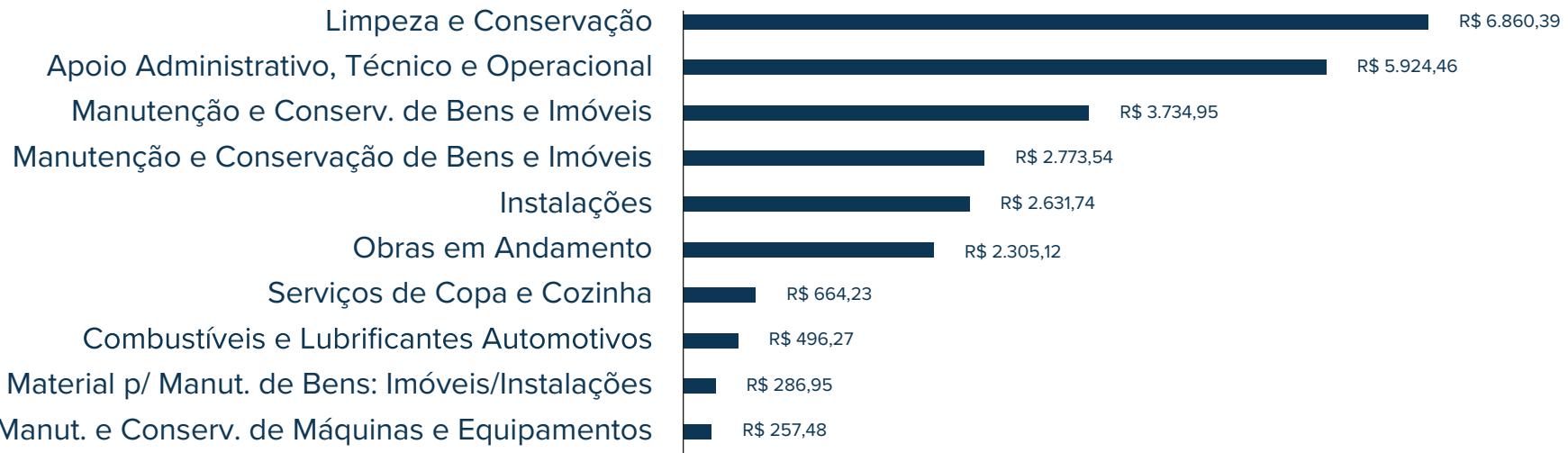
Visando a correta manipulação do lixo orgânico, o Tribunal conta com contêineres para acondicionamento do lixo, sem comprometer a boa apresentação dos edifícios.

Manutenção e Conservação Predial

Entre as atividades de manutenção realizadas durante o exercício, destacaram-se: serviços de limpeza; copeiragem; manutenção de equipe volante para prestação de serviços técnicos no interior do Estado; serviços gerais; manutenção elétrica, hidráulica e pequenos reparos; manutenção de ar-condicionado; manutenção predial geral e jardinagem.

Apesar dos custos de manutenção, a prestação de serviços ao eleitor em Fóruns Eleitorais em imóveis pertencentes à União mostra-se ainda vantajosa, principalmente quanto à qualidade no atendimento dos eleitores, partidos políticos e a produtividade dos servidores, bem como quanto a despesas com a locação de imóveis do mesmo padrão.

Principais despesas de Manutenção e Conservação - em mil reais



Fonte: Painel BI SOFC

Mudanças e Desmobilizações

Foram realizadas as seguintes mudanças e desmobilização

- Os Fóruns Eleitorais de Mandaguaçu e Santa Fé foram transferidos temporariamente devido a reformas nas edificações;
- A zona eleitoral de Primeiro de Maio foi transferida para o município de Foz do Iguaçu, sendo necessária a desmobilização do setor;
- A 154^a zona eleitoral de Maringá foi transferida para Paiçandu, sendo necessária a sua desmobilização em Maringá e mobilização em Paiçandu.

Principais Investimentos

Em 2023, o TRE-PR priorizou investimentos voltados à Tecnologia da Informação, readequação da infraestrutura possibilitando uma melhor utilização dos ambientes, reformas para adequação dos imóveis em relação à acessibilidade e mobiliário e implementou o sistema de ancoragem (linha de vida) em 11 Fóruns Eleitorais, visando a segurança dos trabalhadores que executam atividades em altura.

Os investimentos visam, sobretudo, à melhoria da infraestrutura interna da Justiça Eleitoral paranaense e à eficiência na prestação do serviço público, permitindo a concretização dos objetivos estratégicos da instituição.

Com foco nas eleições de 2024, foi realizada a aquisição de forma centralizada pelo TSE de 6.950 urnas eletrônicas modelo 2022.

Cabe destacar que as 6.950 urnas cadastradas representam 65,56% do total de bens registrados no sistema de gerenciamento de bens e 78,60% do valor dos bens cadastrados.

Principais Investimentos (valores empenhados – dados SECOFC

TRE-PR)

Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação	R\$ 4.693.025,00
Equipamentos de TIC - computadores	R\$ 3.594.631,50
Equipamentos de TIC - monitores	R\$ 1.098.393,50
Outros Materiais Permanentes e Equipamentos	R\$ 103.572.591,50
Condicionadores de ar	R\$ 325.526,74
Coleções e materiais bibliográficos - livros	R\$ 6.720,06
Material de proteção e segurança	R\$ 177.750,00
Urnas Eletrônicas	R\$ 50.218.763,33
Bens Permanentes	R\$ 53.169.358,11
Móveis	R\$ 857.953,00
Mobiliário em geral	R\$ 857.953,00
Aquisição e Desenvolvimento de Software	R\$ 2.420.272,28
Aquisição de software pronto	R\$ 2.420.272,28

Bens permanentes de maior relevância financeira - Acumulado		
Descrição	Quantidade	Valor
Urna Eletrônica	44.104	R\$ 82.701.403,65
Microcomputadores	5.264	R\$ 7.922.466,94
Mobiliário	27.093	R\$ 4.527.945,48
Veículos	41	R\$ 3.631.312,81
Condicionadores de ar	1.577	R\$ 2.310.456,95
Monitores de vídeo	6.515	R\$ 2.332.167,28
Telefones	3.190	R\$ 368.484,60
Bebedouros	269	R\$ 165.943,37
Fragmentadoras	308	R\$ 249.987,22
Refrigeradores	295	R\$ 249.987,22
Forno de micro-ondas	221	R\$ 50.979,47
Impressoras de senha	231	R\$ 12.633,87

Desfazimento de Ativos

Ocorreu o desfazimento de 5.211 itens durante o exercício de 2023, totalizando o montante de R\$ 596.945,86. A relação dos desfazimentos encontra-se disponível [aqui](#).

Desfazimento de Ativos			
Tipo de Bem	Quantidade	Valor	Itens Doados
Bens Permanentes	5.211	R\$ 596.945,86	Extintores de incêndio (1.181) Microcomputadores (913) Monitores de vídeo (202) Cadeiras/poltronas (418) Ventiladores (43) Mesas para escritório (105) Aparelhos telefônicos (292) Softwares (1.161) Televisores (44) Armários (45) Condicionadores de ar (58) Câmeras de segurança (38) Câmeras fotográficas (60)
Total	5.211	R\$ 596.945,86	

Desafios Atingidos, Status das Metas e Desafios 2023

- Averbação de 79,37% dos imóveis em uso do TRE-PR;
- Adequação de 15 imóveis com equipamentos de ancoragem (linha de vida) para a realização de serviços de manutenção em altura;
- Adequação de 7 imóveis - Fóruns Eleitorais do interior - quanto aos critérios de acessibilidade;
- Modernização e Redução de custos com energia elétrica: substituídas as lâmpadas por LED em 7 Fóruns do interior;
- Implementada a contratação de pequenos serviços por demanda que não possam ser solucionados pela equipe de manutenção residente do TRE-PR, otimizando os serviços de manutenção para os Cartório Eleitorais, principalmente;
- Implementado levantamento de demandas e estudos técnicos preliminares, bem como a contratação e execução de reformas para os Fóruns Eleitorais do interior dentro do próprio exercício financeiro, diminuindo consideravelmente os valores em resto a pagar em reformas.

Ações e Perspectivas Futuras

- Redução do número de licitações para contratação de reformas e serviços de engenharia.
- Instalação de ancoragem em 09 (nove) Fóruns Eleitorais, perfazendo um total de 100% dos imóveis da Justiça Eleitoral.
- Adequação de acessibilidade em pelo menos 5 (cinco) Fóruns Eleitorais do interior.
- Realizar a alteração de titularidade de mais 20 imóveis, transferindo do TRE-PR para União, conforme legislação específica.
- Realizar contratações centralizadas de serviços de limpeza, jardinagem, limpeza em altura e copeiragem para todos os fóruns do interior do Estado.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conformidade Legal

No exercício de suas atividades, são observadas as orientações e determinações dos Tribunais Superiores (TSE, STF e STJ), do Tribunal de Contas da União e do Conselho Nacional de Justiça, especialmente a Resolução CNJ nº 370/2021, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário para o período de 2021-2026.

Quanto às normas editadas pelo próprio TRE-PR, têm grande relevância para a gestão da tecnologia da informação, entre outros normativos: a Resolução TRE-PR nº 756/2017, que instituiu o Comitê de Gestão da Tecnologia da Informação; a Portaria TRE-PR DG nº 425/2018, que institui o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI) e a Portaria TRE-PR nº 341/2023, que aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para o biênio 2023/2024.

Modelo de governança de TI

O modelo de governança de TI adotado pelo TRE-PR prevê a atuação em três esferas.

Conselho de Governança

Composto pelos membros da alta administração do TRE-PR.

Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação

Composto pelo secretário da TI, secretários de outras unidades do Tribunal, representantes de diversas coordenadorias subordinadas à Secretaria de Tecnologia da Informação, Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral – ASJUR e representantes de Cartório Eleitoral. É responsável, entre outros, pelo estabelecimento de estratégias, indicadores e metas institucionais, aprovação de planos de ações, bem como pela orientação das iniciativas e dos investimentos tecnológicos no âmbito institucional.

Comitê Executivo de Tecnologia da Informação

Composto pelos titulares da Secretaria de Tecnologia da Informação, das Coordenadorias vinculadas à TI, da Assistência de Apoio às Contratações de TI, da Assessoria de Segurança Cibernética e do Núcleo de Apoio à Governança de Tecnologia da Informação. É responsável, entre outros, pela elaboração de planos táticos e operacionais, análise das demandas, acompanhamento da execução de planos, estabelecimento de indicadores operacionais, e proposição de replanejamentos.

Principais contratações, iniciativas e sistemas

Principais Contratações

Executados diretamente pela SECTI: R\$ 15.280.986,46

Executado por outras Secretarias: R\$ 826.563,20

Segurança da Informação: R\$ 5.517.871,71

Total: R\$ 21.625.394,37

Contratações em Destaque

Aquisição de Firewall e Secure Web Gateway	R\$ 2.325.525,23
Aquisição de Estações de trabalho tipo desktop	R\$ 1.877.200,00
Serviços de telecomunicações para prover comunicação entre o TRE-PR e respectivos cartórios eleitorais – (backbone secundário)	R\$ 1.723.152,09
Solução integrada de colaboração e comunicação corporativa - Google Workspace	R\$ 1.144.339,12
Aquisição de switches gerenciáveis	R\$ 900.000,00
Aquisição de Estações de trabalho tipo notebook	R\$ 818.640,00

Principais iniciativas

- Implantação de soluções de segurança da informação.
- Promoção de eventos de capacitação e atualização em Tecnologias da Informação (1º Encontro Nacional de Tecnologia e Inovação – Enastic - da Justiça Eleitoral, Google Day).
- Implantação de solução de avaliação de desempenho.
- Implantação de solução de protocolo eletrônico.
- Revisão da arquitetura do ambiente computacional.

Principais sistemas de TI em 2023

Diário da Justiça Eletrônico (DJE): utilizado para realização de publicações no Diário da Justiça Eleitoral.

Sistema de Atendimento ao Eleitor (ELO): responsável por manter o Cadastro Eleitoral.

Sistema de Informação de Direitos Políticos (InfoDip): responsável pelo encaminhamento e tratamento das comunicações de direitos políticos e óbitos.

Sistema Processo Administrativo Digital (PAD): responsável pelo registro e tramitação dos processos administrativos.

Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe): responsável pelo registro e tramitação dos processos judiciais em 1º e 2º graus de jurisdição.

Sistemas de Eleição: conjunto de sistemas destinados a suportar as diferentes fases do processo eleitoral, do tratamento das candidaturas à prestação de contas eleitorais, passando pela captação e totalização de votos.

Segurança da informação

O **Comitê Gestor de Segurança da Informação e de Proteção de Dados Pessoais**, cujos membros foram nomeados pela Portaria TRE-PR nº 876/2021, organiza e mantém o Sistema de Gestão de Segurança da Informação na Justiça Eleitoral do Paraná, de acordo com a Resolução TSE nº 23.644/2021 (Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral), com a Resolução CNJ nº 396/2021 (Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário) e com as normas ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013 e 27002:2013.

Entre as principais medidas adotadas pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação, pode-se destacar:

- Reestruturação da Comissão de Segurança da Informação, face às Resoluções TSE nº 23.644/2021 (que dispõe sobre a Política de Segurança da Informação – PSI no âmbito da Justiça Eleitoral) e CNJ nº 396/2021, que institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ).
- Revisão do arcabouço normativo de Segurança Cibernética.
- Acompanhamento de riscos e deliberação acerca da utilização de recursos informáticos.
- Acompanhamentos de diversos riscos para o período eleitoral, por meio de colaboração entre os diferentes entes da Justiça Eleitoral.
- Intensificação de esforços na automação de resposta a incidentes de segurança, visando assim maior eficiência e rapidez no combate a ataques cibernéticos.

Principais Metas não Alcançadas e Desafios

Principais Metas não alcançadas

Implementação do Outsourcing de Impressão.

Início do programa de Residência em TI.

Principais Desafios

Assegurar o atendimento da Resolução CNJ nº 370/2021, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

Desenvolver uma cultura voltada para a inovação.

Desenvolver perfis de pessoal para os novos desafios.

Estabelecer uma estratégia de terceirização que permita ampliar a capacidade de entrega de soluções.

Adequar orçamento à mudança de paradigma investimento x custo na contratação de soluções de TI.

Ações e Perspectivas Futuras:

- Aperfeiçoamento da gestão de capacidade e recursos.
- Aperfeiçoamento do compliance com regulamentações internas e externas.
- Assegurar o atendimento da nova Resolução CNJ, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o período 2021-2026.
- Atender às determinações da Resolução CNJ nº 480/2022, que trata das contratações de solução de tecnologia da informação e comunicação.
- Aproximação com as áreas de negócio para uma racionalização das iniciativas desenvolvidas.
- Aperfeiçoar a capacidade de desenvolvimento de aplicações móveis.
- Aproximação com o mundo acadêmico mediante de Programa de Residência em TI.
- Evolução da infraestrutura de Datacenter e serviços em nuvem.
- Avanços em tecnologias de *Business Intelligence* e Inteligência Artificial.
- Implantação de nova solução de gestão de processos administrativos digitais.

SUSTENTABILIDADE

A crescente importância da sustentabilidade é inegável, e tem relevância no âmbito do TRE-PR. O Tribunal, como guardião da democracia no estado, reconhece que a adoção de práticas sustentáveis não apenas atende aos requisitos éticos e legais, mas também fortalece sua imagem institucional e contribui para a eficiência operacional.

A implementação de ações como gestão ambiental eficiente, redução de consumo de recursos naturais, eficiência energética e manejo adequado de resíduos são passos cruciais. Além disso, conscientizar e engajar os colaboradores e colaboradoras é essencial. Treinamentos e campanhas educativas podem criar uma cultura organizacional comprometida com a sustentabilidade.

Ao liderar iniciativas sustentáveis, o TRE-PR não apenas cumpre seu papel ambiental, mas também inspira outras entidades. O Tribunal está pronto para colaborar na implementação dessas ações, reforçando seu compromisso com a construção de um futuro ético e responsável.

Por meio da implementação do Plano de Logística Sustentável do TRE/PR - PLS - para o período de 2023, foram contemplados objetivos e responsabilidades específicos. Este plano inclui ações definidas, metas estabelecidas, prazos de execução determinados, bem como mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados.

Essas diretrizes possibilitaram a criação e o acompanhamento de práticas sustentáveis, promovendo a racionalização, a eficiência do gasto público e a gestão aprimorada dos processos de trabalho. Essas iniciativas são alinhadas à visão sistêmica da Justiça Eleitoral, conforme preconiza o artigo 10 da Resolução TSE nº 23.474/2016.

Saiba mais [sobre Gestão da Sustentabilidade](#) e [acesse aqui a legislação](#).

Conformidade Legal

No desenvolvimento das atividades relativas à sustentabilidade são observadas, entre outros, as disposições da Lei nº 12.305/2010, os Decretos nº 10.936/2022 e 7.746/2012, a Resolução CNJ nº 400/2021, os princípios e recomendações expressas das Resoluções TSE nº 23.474/2016 e nº 23.505/2016 e as determinações da Resolução TRE-PR nº 807/2018.



Critérios de Sustentabilidade nas Contratações e Aquisições

A Política de Gestão das Contratações do TRE-PR é disciplinada pela Resolução TRE-PR nº 815/2018. Entre as diretrizes estabelecidas, destaca-se o incentivo à adoção de contratações sustentáveis, a fim de promover a aquisição e a utilização consciente de produtos e serviços.

As contratações efetuadas, conforme a Política Institucional de Sustentabilidade da Justiça Eleitoral do Paraná (Resolução TRE-PR nº 807/2018), deverão observar:

- critérios de sustentabilidade dentro da disponibilidade do mercado na fase de elaboração dos estudos técnicos preliminares para aquisição de bens e serviços, com a adequação dos projetos básicos, adoção de critérios de fiscalização, bem como análise da economicidade dos bens e serviços;
- critérios e práticas de sustentabilidade nos projetos de execução de obras e serviços de engenharia;
- o desempenho ambiental, social e ético dos produtos ou serviços que estão sendo adquiridos ao longo de toda a sua vida útil, priorizando, sempre que possível, aqueles com impactos ambientais minimizados, com sistemas de rotulagem confiáveis, eficazes e com verificação externa, como os selos verdes;
- emprego da logística reversa, sempre que possível, na destinação final de suprimentos de impressão, pilhas e baterias, pneus,

lâmpadas, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, bem como produtos eletroeletrônicos e seus componentes, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, observadas as particularidades regionais.

Nas contratações sustentáveis, objetiva-se ainda:

- que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas vigentes da ABNT;
- que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances);
- que os bens guardem observância às normas técnicas da ABNT, e/ou estejam em conformidade com os regulamentos técnicos pertinentes expedidos pelo Inmetro e/ou com as exigências relativas à ergonomia, tratadas em Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE;
- que comprovem melhor desempenho energético;
- que apresentem critérios da rastreabilidade e/ou da origem dos insu- mos de madeira a partir de fontes legais e/ou de manejo sustentável ou de reflorestamento;
- que apresentem certificado de regularidade do Cadastro Técnico Federal (CTF), expedido pelo IBAMA, para substâncias agressoras da camada de ozônio, dentre outros.

As práticas de consumo do TRE-PR são respaldadas nas diretrizes dos **5Rs**:

Repensar a necessidade de consumo e os padrões de produção e consumo.

Recusar possibilidades de consumo desnecessário.

Reduzir o consumo, optando por produtos que ofereçam menor potencial de geração de resíduos e tenham maior durabilidade.

Reutilizar, reaproveitando o que seria descartado.

Reciclar, transformando materiais usados em matérias-primas para outros produtos por meio de processos industriais ou artesanais.

Redução do Consumo de Recursos Naturais e Resíduos Poluentes

Os avanços e resultados obtidos por este Tribunal Eleitoral, na aplicação dos conceitos e critérios da Sustentabilidade, e que vão ao encontro do cumprimento da Agenda 2030, como fatores indissociáveis na execução das múltiplas ações a cargo desta Instituição, contemplam nos estímulos para a modernização e racionalização dos processos administrativos, visando a melhor aplicação dos recursos públicos, a eliminação de desperdícios, o fazer o mais com menos sem perder a qualidade.

No tocante à redução do consumo de recursos naturais e à minimização de resíduos poluentes, cabe destacar as iniciativas implementadas pelo TRE-PR.

O compromisso da instituição com a sustentabilidade e a preservação ambiental tem conduzido ações significativas para atingir esses objetivos. O TRE-PR, ciente da importância de sua responsabilidade ambiental, tem adotado medidas estratégicas para otimizar o consumo de recursos naturais em suas operações.

A implementação de práticas voltadas para a eficiência energética, a redução do uso de papel e a gestão consciente de insumos são exemplos concretos dessas ações. Além disso, o Tribunal tem concentrado esforços na redução de resíduos poluentes, imple-

mentando programas de reciclagem, descarte adequado de equipamentos eletrônicos e ações para conscientizar colaboradores sobre a correta gestão de resíduos. A implementação dessas práticas não apenas alinha o TRE-PR com os princípios da sustentabilidade, mas também contribui para a construção de um ambiente de trabalho mais responsável e consciente.

As metas estabelecidas pelo Tribunal refletem seu compromisso em promover uma gestão ambientalmente responsável, alinhada aos princípios de eficiência, economia e responsabilidade social. O acompanhamento sistemático dessas ações, por meio de indicadores e mecanismos de avaliação, assegura a transparência e a efetividade das práticas sustentáveis adotadas.

Principais ações realizadas com foco da Sustentabilidade e priorização da eficiência nas metas estabelecidas (2023)

[TRE-PR participa de reunião do Sustenta Paraná](#)

[Evento de Sustentabilidade tira dúvidas de colaboradores sobre reciclagem](#)

[TRE-PR se destaca no 7º Balanço Socioambiental](#)

[Compras Públicas Sustentáveis](#)

[Coordenadoria de Inovação e Sustentabilidade apresenta o selo “Feito com Linguagem Simples”](#)

[No Dia da Natureza e dos Animais, TRE-PR ressalta seus projetos sustentáveis](#)

[Preservação de abelhas motiva mudanças na sede do TRE-PR](#)

[TRE-PR recebe Selo Clima Paraná 2023](#)

[Manual de Gestão de Resíduos TRE-PR](#)

[Palestra sobre consumo consciente de moda ocorre no TRE-PR](#)

[Tribunais apresentam boas práticas em sustentabilidade e meio ambiente](#)

[Projeto socioambiental Homem de Lata coleta resíduos eletrônicos no TRE-PR](#)

[Enastic é encerrado com palestras sobre tecnologia, governança e acessibilidade](#)

[Consumo consciente é tema de exposição na Central de Atendimento ao Eleitorado de Curitiba](#)

[Colmeias de abelhas nativas sem ferrão são instaladas no Fórum Eleitoral de Curitiba](#)

[Seção de Logística de Materiais do TRE-PR realiza campanha para o uso consciente de papel](#)

[“Armário sustentável” é tema de palestra no TRE-PR](#)

Desafios e Ações Futuras

Desafios

Gestão de resíduos - diagnosticar e avaliar o grau de sustentabilidade na gestão de resíduos do TRE-PR, com enfoque nas dimensões sociais, ambientais e econômicas.

Reducir e racionalizar o consumo de bens naturais.

Intensificar contratações sustentáveis, com o objetivo de assegurar que na contratação de bens, serviços ou obras por parte da Administração Pública seja selecionada a proposta mais vantajosa, dentre aquelas que cumpram os padrões de qualidade socioambiental aplicáveis, conforme exposto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Ações Futuras

Incentivar o combate ao desperdício, promovendo atividades voltadas para práticas de consumo consciente e efetividade do gasto público.

Promover campanhas de educação ambiental, com vistas à sensibilização e conscientização da força de trabalho e do público em geral.

Gerenciar e monitorar os indicadores de impacto ambiental em consonância com o Planejamento Estratégico, bem como revisar e fiscalizar ações, projetos e iniciativas das unidades do Tribunal que repercutam nesses indicadores.

Promover a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, visando a sua redução, por meio de incentivo à coleta seletiva, reciclagem de materiais e à inclusão socioeconômica dos catadores de resíduos, em consonância com a Política de Resíduos Sólidos e as limitações regionais.

SUPERVISÃO, CONTROLE E CORREIÇÃO

Visando garantir a legalidade, a eficiência, a economicidade, a eficácia e a legitimidade de atos, processos e procedimentos, o TRE-PR adota entre outras medidas a realização de cursos para capacitação, a contratação de treinamentos específicos, a edição de normas que orientam e disciplinam a atuação dos servidores e servidoras, a elaboração de manuais, a adoção de mecanismos de controle interno, bem como a realização de auditorias, correções e inspeções.

Durante o ano de 2023 foram oferecidos treinamentos e diversos cursos de capacitação, os quais abordaram, entre outros temas: gestão de pessoas na justiça eleitoral, aspectos contratuais no âmbito da nova lei de licitações, letramento racial e oficial de justiça ad hoc na Justiça Eleitoral.

Mecanismos de controle interno foram adotados pelas próprias unidades, visando sempre prevenir ou corrigir eventuais falhas na realização dos procedimentos. A atividade correccional, exercida pelo Corregedor Regional Eleitoral em todo o Estado do Paraná e pelos(as) Juízes(as) Eleitorais, no limite de sua jurisdição, visou à orientação, fiscalização, padronização e inspeção dos serviços eleitorais, aferindo a qualidade e a regularidade do funcionamento dos cartórios.

Auditoria Interna

A auditoria interna tem como missão aumentar e proteger o valor institucional, mediante a adoção de abordagem sistemática para a avaliação e melhoria da eficácia, da eficiência, da efetividade e da economicidade dos processos de governança, de gestão, de gerenciamento de riscos e de controle, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos.

O Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP prevê as ações a serem realizadas no prazo de 04 anos, enquanto Plano Anual de Auditoria – PAA estabelece as ações que serão executadas durante o exercício. Ambos estão disponíveis [aqui](#). Em 2023 foram realizadas 15 ações de auditoria, sendo 10 avaliações e 05 consultorias.

Autoinspeção Anual

Efetivada anualmente pelo(a) Juiz(a) Eleitoral da Zona respectiva, em exercício, titular ou substituto. Em 2023, todas as Zonas Eleitorais fizeram a autoinspeção anual.

Autoinspeção Inicial

Efetivada pelo Juiz ou Juíza Eleitoral no prazo de 30 dias, contados da data em que assumir a titularidade da Zona Eleitoral respectiva. Em 2023, 51 Zonas Eleitorais fizeram a autoinspeção inicial.

Inspeção de Ciclo

Fiscalização periódica dos serviços da zona eleitoral, efetivada pela Corregedoria Regional Eleitoral, conforme cronograma anual previamente estabelecido em Portaria, havendo ou não evidências de irregularidades, podendo ser geral ou parcial, caso abranja ou não todos os serviços realizados na zona eleitoral. Em 2023, foram realizadas 25 inspeções de ciclo, todas de forma semipresencial.

A dark blue-toned photograph showing a person from the side, focused on a laptop screen. The desk is cluttered with papers and a keyboard. The lighting is dramatic, creating strong shadows.

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2023

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

• • •

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná exerce o papel de Setorial Contábil de Unidade Gestora - UG, sendo responsável apenas pela sua contabilidade.

A responsabilidade pela análise e validação das demonstrações contábeis fica a cargo da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade – unidade vinculada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – cuja titular é a servidora Cecília Maria Wosch Crisóstimo (Analista Judiciária – Área Administrativa). As atribuições da Coordenadoria estão previstas no art. 100 da [Resolução TRE-PR nº 878/2021](#).

A responsável pelo registro da conformidade contábil, desde 15/10/2014, é Angela Cristiane Sosnowski Cardoso (CRC/PR 032635/0-4). A servidora ocupa o cargo de Analista Judiciária – Especialidade Contabilidade e está lotada na Coordenadoria de Finanças e Contabilidade.

Os procedimentos adotados baseiam-se:

- nos Princípios e Normas Contábeis Aplicáveis ao Setor Público;
- no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
- no Plano de Contas da União; e
- nos Manuais disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, as chamadas Macrofunções.

Todas as atividades têm como objetivo assegurar a integridade,

fidedignidade e confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

As demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, quais sejam:

- Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), e;
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª ed.– MCASP e Manual SIAFI.

São elas:

Balanço Orçamentário

Compara os valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento.

Balanço Financeiro

Evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Balanço Patrimonial	Demonstração das Variações Patrimoniais
Evidencia ativos e passivos do órgão.	Evidencia o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Notas explicativas sobre as informações contábeis estão disponíveis, na íntegra, [aqui](#).

Principais Práticas e Procedimentos Contábeis

Durante o ano de 2023 houve continuidade nas ações voltadas ao aperfeiçoamento de procedimentos internos referentes a bens imóveis, bens intangíveis, duodécimos de férias a pagar, saldos contratuais, entre outros.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. É estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício são inscritas em restos a pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/64, que as distingue em processadas e não processadas.

O déficit orçamentário, no montante de R\$ 421.613.629,78, ocorre em função desta Unidade de Prestação de Contas – UPC não possuir receitas orçamentárias, pois apenas executa despesas para a prestação dos serviços públicos e realização de investimento, não sendo, portanto, um agente arrecadador. Observe-se que o valor do déficit orçamentário corresponde ao valor total das despesas empenhadas.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
DEFÍCIT			421.613.629,78	421.613.629,78
TOTAL	-	-	421.613.629,78	421.613.629,78
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		42.808.688,00		-8.632.413,00
Créditos cancelados		42.808.688,00		

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	372.277.454,00	405.866.142,00	401.873.308,59	395.883.844,16	395.826.964,16	3.992.833,41
Pessoal e Encargos Sociais	305.809.517,00	329.630.955,00	324.793.326,19	322.774.424,99	322.774.424,99	4.837.628,81
Outras Despesas Correntes	66.467.937,00	76.235.187,00	77.079.982,40	73.109.419,17	73.052.539,17	-844.795,40
DESPESAS DE CAPITAL	5.475.000,00	14.695.000,00	19.740.321,19	13.947.341,82	13.905.231,81	(5.045.321,19)
Investimentos	5.475.000,00	14.695.000,00	19.740.321,19	13.947.341,82	13.905.231,81	(5.045.321,19)
TOTAL	377.752.454,00	420.561.142,00	421.613.629,78	409.831.185,98	409.732.195,97	(1.052.487,78)

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	4.642.361,31	3.440.131,25	3.440.131,25	1.193.753,43	8.476,63
Pessoal e Encargos Sociais	-	2.922.834,56	1.943.243,32	1.943.243,32	979.591,24	-
Outras Despesas Correntes	-	1.719.526,75	1.496.887,93	1.496.887,93	214.162,19	8.476,63
DESPESAS DE CAPITAL	762,51	12.455,04	12.455,04	12.455,04	762,51	-
Investimentos	762,51	12.455,04	12.455,04	12.455,04	762,51	-
TOTAL	762,51	4.654.816,35	3.452.586,29	3.452.586,29	1.194.515,94	8.476,63

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	79.224,53	142.035,79	54.107,09	95.682,20	71.471,03
Pessoal e Encargos Sociais	-	95.682,20	-	95.682,20	
Outras Despesas Correntes	79.224,53	46.353,59	54.107,09	-	71.471,03
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
TOTAL	79.224,53	142.035,79	54.107,09	95.682,20	71.471,03

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro reflete os ingressos e dispêndios de natureza orçamentária e extra orçamentária, bem como os saldos provenientes do exercício anterior e aqueles transferidos para o exercício seguinte. As transferências financeiras são realizadas mensalmente, e recebidas por meio de sub-repasses do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

A íntegra das Notas Explicativas pode ser acessada [aqui](#).

BALANÇO FINANCEIRO EM REAIS		
INGRESSOS	2023	2022
Transferências Financeiras Recebidas	414.248.096,41	437.560.953,41
Resultantes da Execução Orçamentária	412.156.317,52	435.308.699,38
Sub-repasso Recebido	412.156.317,52	435.308.699,38
Independentes da Execução Orçamentária	2.091.778,89	2.252.254,03
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.974.585,12	2.215.946,80
Demais Transferências Recebidas	28.036,55	2.312,13
Movimentação de Saldos Patrimoniais	89.157,22	33.995,10
Recebimentos Extraorçamentários	16.756.480,90	12.299.951,44
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	98.990,00	142.035,79
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	11.782.443,80	4.654.816,35
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	389.611,84	1.759.106,29
Outros Recebimentos Extraorçamentários	4.485.435,26	5.743.993,01
Arrecadação de Outra Unidade	4.483.865,04	5.743.993,01
Demais Recebimentos	1.570,22	
Saldo do Exercício Anterior	1.720.916,28	2.226.160,12
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.720.916,28	2.226.160,12
TOTAL INGRESSOS	432.725.493,59	452.087.064,97
DISPÊNDIOS		
Despesas Orçamentárias	2023	2022
Ordinárias	362.516.575,20	379.997.318,32
Vinculadas	59.097.054,58	58.113.097,71
Seguridade Social (Exceto Previdência)		
Previdência Social (RPPS)	54.548.107,89	53.389.053,03
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	4.548.946,69	4.724.044,68
Transferências Financeiras Concedidas	4.556.183,86	5.780.300,24
Independentes da Execução Orçamentária	4.556.183,86	5.780.300,24
Movimento de Saldos Patrimoniais	4.556.183,86	5.780.300,24
Pagamentos Extraorçamentários	3.850.344,63	6.475.432,42
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	54.107,09	14.146,80
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	3.452.586,29	4.704.957,50
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	343.651,25	1.756.328,12
Saldo para o Exercício Seguinte	2.705.332,35	1.720.916,28
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.705.332,35	1.720.916,28
TOTAL DISPÊNDIOS	432.725.490,62	452.087.064,97

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que retrata a composição qualitativa e quantitativa do Patrimônio da Entidade Pública, constituída por bens, direitos (Ativo) e obrigações (Passivo), e pela situação líquida patrimonial representada pelo Patrimônio Líquido apurado pela diferença entre os elementos do ativo e do passivo.

Os atos e fatos da gestão foram registrados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade vigentes na Administração Pública Federal, na forma estabelecida pela legislação em vigor, complementada pelas orientações contidas no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Disponibilidades: são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional.

Créditos e valores a receber: são mensurados pelo valor original, em moeda nacional. Para valores a receber referentes ao adiantamento do auxílio alimentação são

reconhecidos como despesa pelo regime de competência.

Estoques: são compostos pelos materiais adquiridos, enquanto não utilizados para a destinação específica. São mensurados pelo valor original, incluem todos os custos de aquisição e o método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº. 4.320/64 e NBC TSP 04/2016.

Despesas pagas antecipadamente: os valores pagos antecipadamente com a aquisição de assinaturas, contratação de seguros para veículos e imóveis e contratação de serviços técnicos de tecnologia da informação e subscrição de sistemas são registrados por seu valor original, observando os princípios da competência e oportunidade. Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos de despesas antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço ao TRE ocorrerão durante o exercício de 2023. Serão

reconhecidas como despesa, em conta de resultado, à medida que forem sendo realizadas, por procedimento automático do sistema SIAFI.

Bens móveis: Compreende os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. São registrados pelo valor de aquisição e depreciados pelo método de cálculo das quotas constantes.

Bens Imóveis: Os bens imóveis do ativo immobilizado dividem-se em duas categorias:

01 - Registrados no Spiunet: tiveram o cadastramento inicial realizado pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, a qual não se aproveita do custo efetivo da construção da obra pois se utiliza de parâmetros próprios de avaliação e análise de preço em seus registros. A reavaliação ou atualização

dos valores desses imóveis é realizada a partir do sistema SPIUNET, mediante o preenchimento de informações pela Coordenadoria de Material e Patrimônio, com base nos parâmetros de mercado e do sistema.

02 - Não registrados no Spiunet: estão demonstrados pelo custo histórico efetivo da construção da obra.

Depreciação: a metodologia de cálculo para o registro da depreciação no patrimônio é a de quotas constantes, calculadas sobre valores compatíveis com a vida útil do bem, em percentuais aplicados uniformemente, reconhecida no resultado como variação patrimonial diminutiva, e, no balanço patrimonial, representada em conta redutora do ativo não-circulante. A depreciação dos bens móveis é calculada pelo sistema ASIWEB, cujos valores são lançados no sistema SIAFI pela Seção de Gestão do Patrimônio.

Intangíveis: É um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado

pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. São registrados pelo valor de aquisição, sendo que se referem apenas a softwares. São classificados em softwares com vida útil indefinida e definida, a partir da informação da Secretaria da Tecnologia de Informação do período que serão utilizados.

Amortização: realizada para os bens intangíveis que tiverem vida útil considerada como definida, tendo como característica a redução do valor do bem. O cálculo leva em consideração o tempo de utilização prevista do software a partir do momento que está disponível para uso. É reconhecida mensalmente em conta de variação patrimonial diminutiva contra uma conta retificadora do ativo.

Passivos circulantes: são reconhecidos pelo regime de competência, com base no valor histórico e estão classificados em passivos circulantes e passivos não circulantes, em obediência ao prazo de 12

meses de exigibilidade.

Gratificação natalina: os duodécimos de gratificação natalina obedecem às orientações contidas na Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento e a Orientação SOF/TSE nº 10/2018.

Férias: os duodécimos de férias obedecem às orientações contidas na Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento e a Orientação SOF/TSE nº 10/2018.

Passivo anterior: o reconhecimento de passivos oriundos de despesas sem dotação orçamentária é registrado obrigatoriamente com expressa autorização do ordenador de despesas do reconhecimento de dívida. São lançadas em conta de passivo anterior com ISF P e a despesa realizada somente após comprovada, e suficiente, a disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

Ajustes de Exercícios Anteriores: são registrados em decorrência de efeitos da mudança de política contábil e de reconhecimento de eventos ocorridos em exercícios anteriores cujo elemento de despesa do empenho tenha classificação 92 – despesa de exercício anterior e utilizado no orçamento do exercício corrente.

Receitas: o TRE-PR não tem fonte própria de receita. Suas despesas são liquidadas e pagas utilizando-se dos sub-repasses financeiros recebidos mensalmente do Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

Restos a Pagar (RP): sob o aspecto orçamentário, o ato de emissão do empenho constitui a despesa orçamentária, gerando os registros contábeis correspondentes para o seu reconhecimento. Para efeito do encerramento do exercício financeiro, é considerada a definição de pertencimento ao exercício de competência da despesa para apropriação e classificação da despesa, identificando as regras que estabelecem a apuração das despesas que serão pagas no exercício seguinte.

A íntegra das Notas Explicativas pode ser acessada [aqui](#).



BALANÇO PATRIMONIAL EM REAIS							
ATIVO	NE	2023	2022	PASSIVO	NE	2023	2022
CIRCULANTE		11.328.170,76	10.151.046,91	CIRCULANTE		20.577.169,07	21.209.960,91
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	2.705.335,32	1.720.916,28	Obrigações Trabalhistas	8	20.379.263,14	21.079.535,88
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2	1.229.544,18	1.082.941,62	Fornecedores	9	25.171,76	2.068,74
Estoques	3	3.269.441,09	3.378.637,78	Demais Obrigações	10	172.734,17	128.356,29
VPD's Pagas Antecipadamente	4	4.123.850,17	3.968.551,23				
NÃO CIRCULANTE		462.740.477,24	410.872.114,72	NÃO CIRCULANTE		55.709,84	9.244,22
Imobilizado		457.233.060,59	405.953.597,41	Demais Obrigações	11	55.709,84	9.244,22
Bens Móveis	5	217.004.417,72	157.588.040,48				
(-) Depreciação de Bens Móveis		(78.251.815,82)	(68.208.907,32)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		453.435.769,09	399.803.956,50
Bens Imóveis	6	320.395.678,04	318.075.189,42	Demais Reservas	12	109.961.455,36	99.840.124,53
(-) Depreciação de Bens Imóveis		(1.915.219,35)	(1.500.725,17)	Resultados Acumulados		343.474.313,73	299.963.831,97
Intangível	7	5.507.416,65	4.918.517,31	Resultado do Exercício	13	43.108.452,59	53.528.041,25
Softwares		7.462.704,23	8.192.808,61	Resultados de Exercícios Anteriores	14	289.842.501,14	258.671.278,39
(-) Amortização acumulada softwares		(1.955.287,58)	(3.274.291,30)	Ajustes de Exercícios Anteriores	15	10.523.360,00	(12.235.487,67)
TOTAL DO ATIVO		474.068.648,00	421.023.161,63	TOTAL DO PASSIVO		474.068.648,00	421.023.161,63

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	2.705.335,32	1.720.916,28	PASSIVO FINANCEIRO	12.019.364,44	4.888.861,57
ATIVO PERMANENTE	471.363.312,68	419.302.245,35	PASSIVO PERMANENTE	20.380.072,32	20.985.159,91
			SALDO PATRIMONIAL	441.669.211,24	395.149.140,15

QUADRO DE COMPENSAÇÕES		
ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	3.456.915,00	3.505.420,87
Atos Potenciais Ativos	3.456.915,00	3.505.420,87
Garantias Recebidas a Executar	3.456.915,00	3.437.685,12
Direitos Contratuais a Executar	-	67.735,75
TOTAL	3.456.915,00	3.505.420,87

QUADRO DE COMPENSAÇÕES		
PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	78.639.372,42	91.160.015,77
Atos Potenciais Passivos	78.639.372,42	91.160.015,77
Obrigações Contratuais a Executar	78.639.372,42	91.160.015,77
TOTAL	78.639.372,42	91.160.015,77

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários		-9.185.885,25
Recursos Vinculados		-128.143,87
Previdência Social (RPPS)		0,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		-128.143,87
TOTAL		-9.314.029,12

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS- DVP

A DVP evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

A íntegra das Notas Explicativas pode ser acessada [aqui](#).

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - VPA	NE	2023	2022
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		32.839,69	11.290,01
Juros e Encargos de Mora		32.839,69	11.290,01
Transferências e Delegações Recebidas	16	414.652.330,25	445.604.675,90
Transferências Intragovernamentais		414.249.666,63	437.560.953,41
Outras Transferências e Delegações Recebidas		402.663,62	8.043.722,49
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	17	42.865.410,35	48.351.729,51
Ganhos com Incorporação de Ativos		42.865.410,35	48.324.885,44
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	26.844,07
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	18	4.452.106,07	5.733.021,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		4.452.106,07	5.733.021,00
Outras		4.452.106,07	5.733.021,00
TOTAL VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - VPA		462.002.686,36	499.700.716,42

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - VPD			
	NE	2023	2022
Pessoal e Encargos	19	280.948.366,40	278.719.048,19
Remuneração a Pessoal		226.195.266,41	227.680.278,19
Encargos Patronais		40.189.760,32	39.216.239,22
Benefícios a Pessoal		14.563.339,67	11.822.520,78
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	10,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	20	57.793.813,46	54.701.096,70
Aposentadorias e Reformas		46.333.270,02	43.542.615,13
Pensões		11.363.232,63	11.047.689,72
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		97.310,81	110.791,85
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	21	73.767.564,24	102.444.843,41
Uso de Material de Consumo		3.074.129,61	6.845.499,53
Serviços		57.034.143,56	86.170.490,96
Depreciação, Amortização e Exaustão		13.659.291,07	9.428.852,92
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		1.717,80	650,79
Juros e Encargos de Mora		637,08	650,79
Descontos Financeiros Concedidos		1.080,72	-
Transferências e Delegações Concedidas	22	5.314.176,68	7.851.830,80
Transferências Intragovernamentais		4.556.183,86	5.780.300,24
Outras Transferências e Delegações Concedidas		757.992,82	2.071.530,56
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	23	119.457,72	631.412,33
Perdas Involuntárias		119.228,23	52.863,02
Incorporação de Passivos		-	3.185,64
Desincorporação de Ativos		229,49	575.363,67
Tributárias		100.634,68	90.845,48
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		25.208,36	13.975,23
Contribuições		75.426,32	76.870,25
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	24	848.502,79	1.732.947,47
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		848.502,79	1.732.947,47
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - VPD		418.894.233,77	446.172.675,17
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO = VPA - VPD	25	43.108.452,59	53.528.041,25

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A Demonstração do Fluxo de Caixa apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2023 foi positiva, no montante de R\$ 2.705.335,32.

A íntegra das Notas Explicativas pode ser acessada [aqui](#).

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2023	2022
INGRESSOS	419.123.143,51	445.064.052,71
Outros Ingressos Operacionais	419.123.143,51	445.064.052,71
Ingressos Extraorçamentários	389.611,84	1.759.106,29
Transferências Financeiras Recebidas	414.248.096,41	437.560.953,41
Arrecadação de Outra Unidade	4.483.865,04	5.743.993,01
Demais Recebimentos	1.570,22	0,00
DESEMBOLSOS	-404.221.037,61	-433.768.053,64
Pessoal e Demais Despesas	-360.529.672,16	-387.998.952,22
Judiciário	-302.373.189,58	-332.989.679,21
Previdência Social	-58.090.980,13	-54.976.521,78
Encargos Especiais	-65.502,45	-32.751,23
Transferências Concedidas	-38.791.530,34	-38.232.473,06
Intragovernamentais	-38.791.530,34	-38.232.473,06
Outros Desembolsos Operacionais	-4.899.835,11	-7.536.628,36
Dispêndios Extraorçamentários	-343.651,25	-1.756.328,12
Transferências Financeiras Concedidas	-4.556.183,86	-5.780.300,24
TOTAL DOS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	14.902.105,90	11.295.999,07
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2023	2022
DESEMBOLSOS	13.917.686,86	11.801.242,91
Aquisição de Ativo Não Circulante	12.650.451,72	9.366.556,28
Outros Desembolsos de Investimentos	1.267.235,14	2.434.686,63
TOTAL DOS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	13.917.686,86	11.801.242,91
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	984.419,04	-505.243,84
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.720.916,28	2.226.160,12
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.705.335,32	1.720.916,28

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2023

ANEXOS E APÊNDICES



GESTÃO DE CUSTOS

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Foi desenvolvida uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia tem como objetivo adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em quase 2.200 municípios e de possuir mais de 2.700 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática que permita a comparação dos custos entre as diversas regiões do país - de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade - que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca por eficiência e melhor qualidade dos gastos.

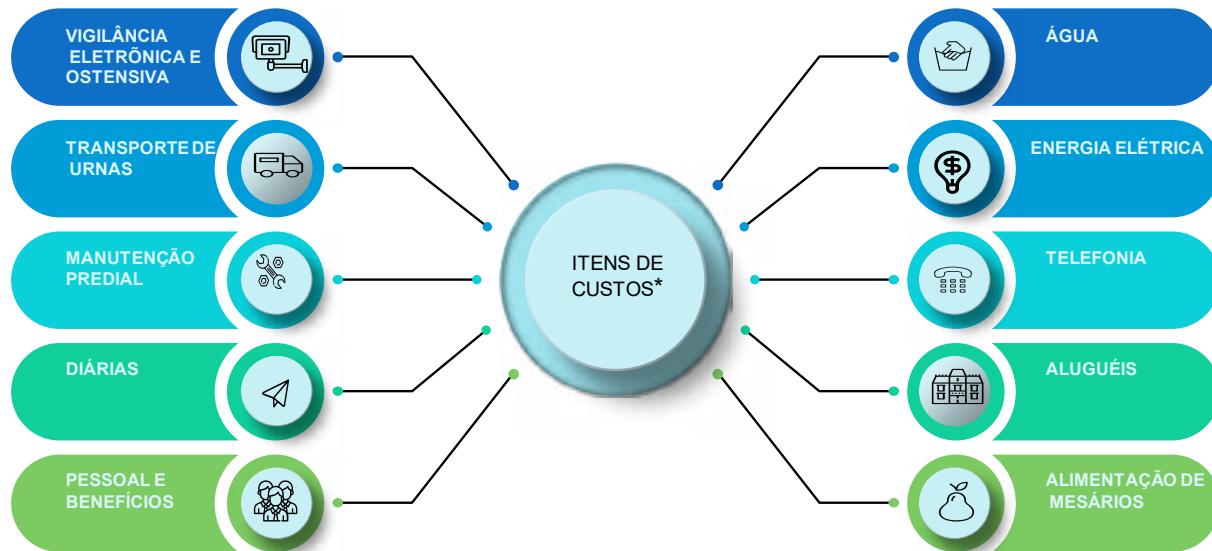
Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido o Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (SI-GEC), no qual são fornecidas as informações de custos obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados dos Tribunais Eleitorais. Essa captação é gerida pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (SOF/TSE), no papel de setorial de custos da Justiça Eleitoral.

O fluxo do processo da apuração de custos ocorre da seguinte maneira:



Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: **Itens de Custos** e **Atividades/Serviços**.

No eixo **Itens de Custos**, procura-se responder à questão “com o quê?”, e é apresentada a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



*Atualmente são 48 itens de custos

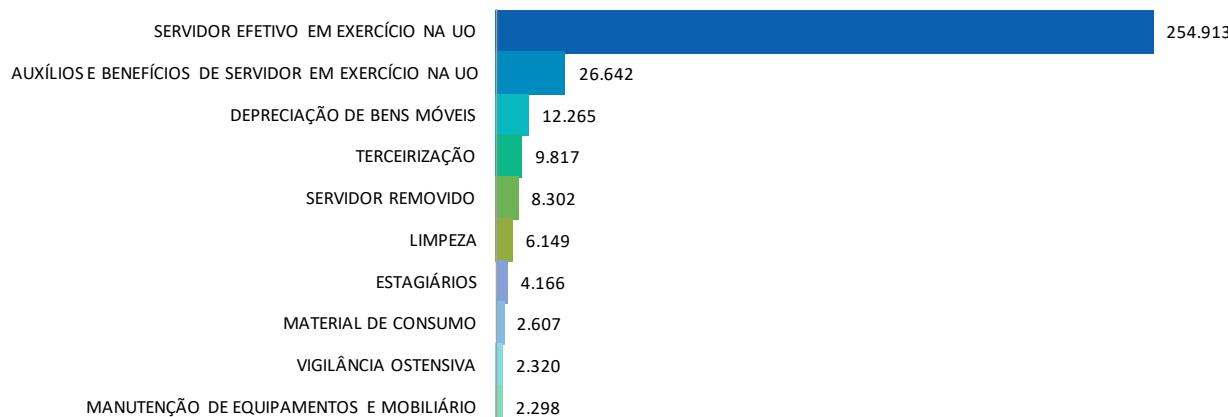
No eixo das **Atividades/Serviços**, procura-se responder à questão “**para quê?**”, e é apresentado o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



*Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, e algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

Relativamente aos custos apurados do **Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no exercício de 2023**, que totalizaram R\$ 351,1 milhões, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:

10 maiores itens de custos (em R\$ mil)



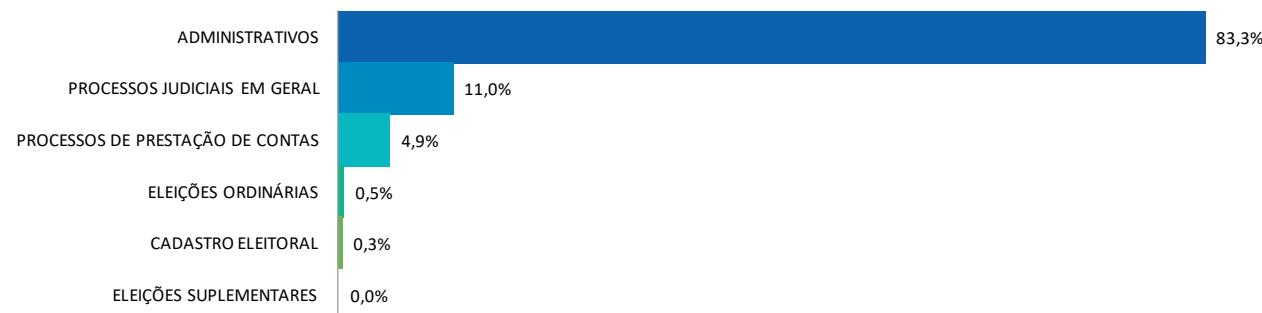
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:

Custos por subgrupos (em %)



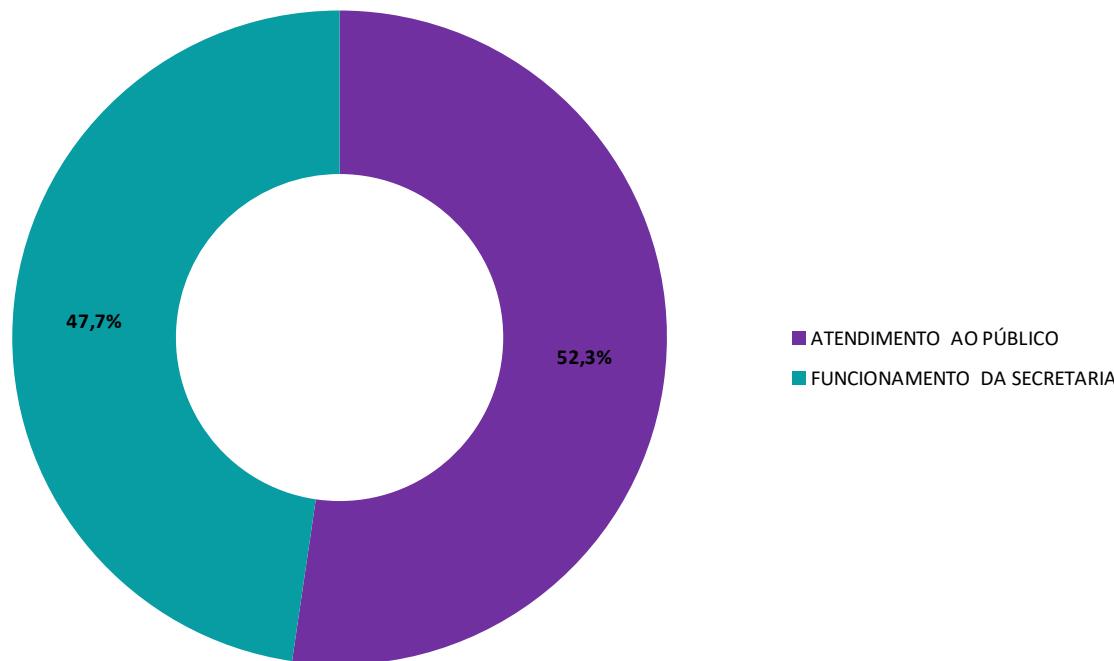
Os dados das atividades/serviços estão representados no gráfico a seguir:

Custos por atividades/ serviços (em %)



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao Público (em %)



Por fim, cumpre ressaltar que essas informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, com a incorporação de novas técnicas e ferramentas, na busca por contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes, não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral. Ademais, novos relatórios gerenciais têm sido disponibilizados com base na apuração de custos realizada, buscando ampliar a usabilidade das informações por parte dos gestores da Justiça Eleitoral.